



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**MATTOSO CÂMARA: UMA EXPERIÊNCIA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA
LINGUÍSTICA DO/NO BRASIL**

CAMILA CRISTINA BOSCHILIA

**SÃO CARLOS
2017**



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MATTOSO CÂMARA: UMA EXPERIÊNCIA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA
LINGUÍSTICA DO/NO BRASIL

CAMILA CRISTINA BOSCHILIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Baltazar
Diniz Signori

SÃO CARLOS – SÃO PAULO – BRASIL

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Camila Cristina Boschilia, realizada em 23/06/2017:

Profa. Dra. Mônica Baltazar Diniz Signori
UFSCar

Profa. Dra. Cássia Regina Coutinho Sossolote
UNESP

Profa. Dra. Marília Blundi Onofre
UFSCar

AGRADECIMENTOS

A Deus, que manteve suas bênçãos sobre mim durante todo este percurso.

Minha eterna gratidão a todo mundo lá de casa, incluindo os de quatro patas, e em especial minha amada mãe.

À Professora Doutora Mônica Baltazar Diniz Signori pelo conhecimento compartilhado, pela confiança, pela parceira em acreditar comigo no desenvolvimento deste projeto, pela paciência e carinho com que sempre me recebeu em nossos encontros, sala de aula, trocas de e-mails.

Aos Professores Doutores Marília Blundi Onofre e Roberto Leiser Baronas, da UFSCar – São Carlos, por suas relevantes observações, enriquecedoras contribuições para com esta dissertação no Exame de Qualificação, que me ajudaram a ampliar o olhar e no melhor desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores e funcionários do PPGL que (in)diretamente colaboraram com o progresso da minha pesquisa.

Aos amigos de tempos e aos novos, como a Ana que já a conhecia pelos ATs da UFSCar, mas foi no Mestrado que tivemos a oportunidade de construir nossa amizade.

Muito obrigada!

isso de querer
ser exatamente aquilo
que a gente é
ainda vai
nos levar além

(Paulo Leminski, poema: Incenso fosse música)

RESUMO

A presente dissertação de Mestrado propõe um estudo acerca do linguista Joaquim Mattoso Câmara Júnior, concentrando-se na figura do pesquisador como divulgador. Para esse estudo, partimos da reflexão da língua como objeto de divulgação, abordando os conceitos de disseminação, de didatização e de publicização, apoiados nos estudos das autoras Jaqueline Authier-Revuz e Eni Orlandi acerca do discurso de divulgação científica. Para a realização dessa abordagem, discutimos as relações entre enunciador e enunciatário e as estratégias enunciativas presentes no processo de textualização, conforme propostos pela Semiótica Discursiva. Estabelecemos como *corpus* de análise os textos de divulgação científica do pesquisador publicados no jornal *Correio da Manhã* em 1934 e na revista *A Cigarra Magazine* entre os anos de 1957 a 1960. Temos o propósito de chamar a atenção para a importância da divulgação da ciência linguística do/no Brasil, incentivar a realização de atividades divulgadoras de ciência na atualidade, contribuir para as pesquisas sobre a língua, especialmente em se tratando de objeto de divulgação e das produções intelectuais do pesquisador, além de discorrer a respeito da atualidade de sua iniciativa, uma vez que ainda hoje é evidente a necessidade de divulgação da ciência linguística e, juntamente, do fazer do seu profissional, o linguista, e de seu valor e reconhecimento para diversas áreas do fazer humano na sociedade.

Palavras-chave: Mattoso Câmara; Discurso de Divulgação Científica; Semiótica Discursiva; Estratégias Discursivas.

ABSTRACT

This Masters dissertation proposes a study of the linguist Joaquim Mattoso Câmara Júnior, concentrating on the researcher's figure as science communicator. For this study we start from the reflection of language as divulgation object, addressing concepts of the dissemination, didactization and publicity, supported in studies of the authors Jacqueline Authier-Revuz and Eni Orlandi about scientific divulgation discourse. For the realization of this approach, we discuss the relationship between enunciator and enunciatee and the enunciative strategies present in textualization process as proposed by Semiotics Discourse. We have established as analysis corpus the researcher's scientific divulgation texts published in the newspaper *Correio da Manhã* in 1934 and in the magazine *A Cigarra Magazine* between the years 1957-1960. We intend to draw attention to the importance of dissemination of linguistic science of/in Brazil, encouraging the realization of science disseminators activities at present, contribute to research on the language, especially when it comes to divulgation object and intellectual productions of the researche, besides discuss about the actuality of the initiative of researcher, since it is still evident the need for divulgation of linguistic science and, together, the making of their professional, the linguist, and its value and recognition to various areas of human activity in society.

Keywords: Mattoso Câmara; Scientific Divulgation Discourse; Semiotics Discourse; Discursive Strategies.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1.....	50
Capa (Primeira Página) do exemplar <i>Correio da Manhã</i> , edição 12018, 1 de fevereiro de 1934	
ILUSTRAÇÃO 2.....	65
Capa do exemplar nº 3 de <i>A Cigarra Magazine</i> , março de 1958	
ILUSTRAÇÃO 3.....	66
Sumário: <i>A Cigarra Magazine</i> , ano 44, nº 8, agosto de 1958	
ILUSTRAÇÃO 4.....	68
Seção <i>Livros</i> . In: <i>A Cigarra Magazine</i> , nº 3, março de 1958, p. 122	
ILUSTRAÇÃO 5.....	69
Seção <i>Livros</i> . In: <i>A Cigarra Magazine</i> , nº 3, março de 1958, p. 123	

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. MATTOSO CÂMARA.....	18
1.1 Percurso (breves notas).....	18
1.2 Pioneiro.....	23
1.3 Divulgador.....	26
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO – METODOLÓGICOS.....	29
2.1 Discurso de divulgação científica.....	29
2.2 Semiótica Discursiva.....	34
2.2.1 Enunciador e enunciatário.....	37
2.2.2 Debreagem e embreagem.....	42
3. PRODUTOS DE DIVULGAÇÃO.....	47
3.1 Com a palavra, Mattoso Câmara Jr.....	47
3.1.1 <i>O Correio da Manhã</i>	47
3.1.2 <i>A Cigarra Magazine</i>	62
4. LÍNGUA: OBJETO/INSTRUMENTO DE DIVULGAÇÃO.....	77
4.1 Estratégias Discursivas.....	77
4.1.1 <i>Correio da Manhã</i>	77
4.1.2 <i>A Cigarra Magazine</i>	90

4.2 O jornal e a revista.....	106
5. O JORNAL, A REVISTA, O DISCURSO.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124
ANEXOS.....	129
Anexo A.....	130
Anexo B.....	156

INTRODUÇÃO

“Os estudos linguísticos brasileiros se acham numa encruzilhada, prontos para tomar um caminho novo, e vários trabalhos que estão surgindo fazem-nos muito esperar do futuro”.

(Joaquim Mattoso Câmara Júnior, 1961)

O linguista Joaquim Mattoso Câmara Júnior é considerado o introdutor da Linguística Moderna no Brasil, o primeiro divulgador de estudos propriamente linguísticos no país e o primeiro professor de Linguística de uma universidade brasileira.

Câmara desenvolveu uma extensa e proficiente atividade no campo dos estudos da linguagem e das ideias linguísticas, se ocupando, de modo específico, dos estudos linguísticos realizados no Brasil (cf. UCHÔA, 2004). Destarte, sua produção científica é reconhecida como uma obra de referência no país em estudos de língua(gens), afirmando, assim, a relevância do pesquisador como renovador dos estudos sobre a língua portuguesa e como disseminador da ciência da linguagem no Brasil.

As contribuições de Câmara estão presentes em diferentes áreas: fundamentos de linguística geral, estudos descritivos do português, sobretudo fonologia e morfologia, estilística teórica e aplicada, línguas indígenas brasileiras, institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil, além da divulgação científica da Linguística do/no Brasil.

A respeito do caráter inovador de Câmara, do estudo de seus textos, Leite (2008) disserta que

o exame da obra de Mattoso Câmara nos mostra que não se deve temer nem negar o passado, mas nele mergulhar sempre que pudermos, não apenas para reverenciá-lo e para entender o presente, mas acima de tudo para compreendermos o relativismo que o hoje e o atual implicam e significam, principalmente numa ciência tão mutante e dinâmica como a Linguística (LEITE, 2008, p. 27).

Na presente dissertação de mestrado propomos desenvolver um estudo acerca do linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr., concentrando nosso foco na figura do pesquisador como divulgador, na sua prática divulgadora em expandir as ideias linguísticas antes apenas expostas, discutidas em ambientes mais restritos, como em livros específicos, nas universidades e entre especialistas. Para esse estudo, partiremos da reflexão da língua como objeto de divulgação, firmando o processo de produção do discurso em que a língua figura como um instrumento de divulgação, a partir da relação de um sujeito divulgador e um sujeito leitor, visto que o discurso de divulgação científica funciona como um produto de informações na sociedade de consumo (no tocante ao aumento de interesse da mídia e do grande público pela ciência) na medida em que é feita o que podemos chamar de mediação da ciência.

Desse modo, abordaremos alguns conceitos apoiados nos estudos das autoras Jacqueline Authier-Revuz e Eni Orlandi acerca do discurso de divulgação científica, tais como atividade de disseminação, processo de didatização, bem como práticas de publicização na/pela mídia de informações sobre a ciência.

Para tanto, discutiremos o fazer persuasivo na esfera do percurso gerativo do sentido, mais especificamente as relações entre enunciador e enunciatário e os mecanismos de persuasão conduzidos pela Semiótica Discursiva. Por meio da metodologia proposta pela Semiótica para a abordagem do texto é possível apreender o quanto algumas construções discursivas se apresentam carregadas de caráter persuasivo – no nível discursivo é que estão representadas todas as escolhas feitas pelo enunciador no sentido de persuadir o enunciatário a aceitar e crer no seu discurso, ou seja, nesse nível, podemos perceber os efeitos de sentido que as escolhas do enunciador provocam no enunciatário. Oportuno evidenciar que a persuasão aqui disposta não está no sentido de interesse próprio, muitas vezes relacionado como uma

postura nociva de induzir, mas na condição de legitimar o texto, ou seja, o enunciador conseguir alcançar o seu objetivo de ser compreendido pelo enunciatário.

No caso do nosso estudo, abordaremos a relação enunciador/enunciatário observando as estratégias discursivas utilizadas nos textos de Mattoso Câmara tendo em vista seu propósito de divulgação da ciência Linguística.

Estabelecemos como *corpus* de análise os textos de divulgação científica de Joaquim Mattoso Câmara Jr. publicados no jornal *Correio da Manhã* em 1934 e na revista *A Cigarra Magazine* entre os anos de 1957 a 1960, totalizando 38 textos, sendo que 26 publicados no *Correio da Manhã* e 12 na *A Cigarra Magazine*. O critério de seleção do *corpus* perpassa pela observação de serem textos relevantes na carreira do pesquisador como divulgador frente ao saber linguístico, do ensino da língua portuguesa e dos estudos da linguagem, publicados em veículos de comunicação, abrangendo não somente o meio acadêmico, mas a sociedade em geral.

Assim, visamos observar no trabalho de Mattoso Câmara aspectos relacionados à maneira como o linguista configura suas estratégias de divulgação nos textos publicados no jornal *Correio da Manhã* e na revista *A Cigarra Magazine*, mobilizando os princípios semióticos que concebem o texto como a articulação entre um plano da expressão e um plano do conteúdo e buscando verificar, na comparação dos dois veículos midiáticos, as semelhanças e as especificidades tanto da forma de dizer quanto dos conteúdos abordados.

Nesses dois veículos Câmara publicou uma série de artigos de divulgação com o objetivo de contribuir com a formação dos professores de língua portuguesa do ensino secundário e informar os interessados em questões de linguagem acerca da pesquisa linguística brasileira da época. Os textos são relacionados aos estudos de linguagem e da língua portuguesa (gramaticais, filológicos e linguísticos), bem como à alfabetização indígena e ao ensino do português.

Entendemos como relevante o estudo das produções intelectuais do pesquisador Joaquim Mattoso Câmara Jr. como divulgador da ciência linguística – contribuindo para a legitimação das Ciências da Linguagem no Brasil –, pela atualidade de sua iniciativa, uma vez que ainda hoje é evidente a necessidade de divulgação da ciência linguística e, juntamente, do fazer do seu profissional, o linguista, e de seu valor e reconhecimento para diversas áreas do fazer humano na sociedade. Além disso, a pesquisa poderá colaborar com os estudos sobre a língua, especialmente em se tratando de objeto de divulgação e da obra do Mattoso Câmara.

Ao trazermos à luz do presente o estudo a respeito dos textos do Mattoso Câmara, colocamos à disposição reflexões e conhecimentos acerca da língua em si, além de uma representação de como divulgar a ciência – nos depararmos com o que o pesquisador foi e fez, nos possibilita compreender e nos espelhar no que podemos ser e/ou fazer, enquanto linguistas, estudantes e/ou pesquisadores da linguagem. Quando há a chance de (re)conhecermos o que foi realizado no passado, podemos entender fatores do presente, como por exemplo, no que tange às transformações da língua, como também nos é proporcionado a possibilidade de recriar, questionar, transformar a forma de divulgar a ciência.

A partir do estudo acerca dos textos de Mattoso Câmara, bem como a apresentação de sua produção de divulgação, será proporcionada uma cara fonte documental para a ciência linguística, ademais de enriquecer a memória linguística brasileira no âmbito da divulgação científica.

Consideramos que ainda hoje a Linguística carece de maior divulgação, ou seja, difundir tanto os estudos e pesquisas acerca da ciência em si, quanto o profissional, dando a conhecer, por exemplo, a relevância da presença do linguista no variado mercado de trabalho e não apenas no universo acadêmico, visto que a linguagem faz parte do próprio ser humano, estando presente, portanto, na organização social de suas atividades.

Assim, objetivamos com esta dissertação chamar a atenção para a importância da divulgação da ciência linguística do/no Brasil, não somente em meios especializados, como por exemplo, em revistas, simpósios, colóquios da área etc, mas para um público em geral, e também fazer uma reflexão teórica sobre a divulgação científica, mais precisamente, o discurso de divulgação científica.

Com esse objetivo, visamos também, a partir da abordagem da experiência de Mattoso Câmara como divulgador, provocar possíveis estímulos para a realização de trabalho semelhante na atualidade por parte dos estudantes, pesquisadores em geral, uma vez que presumimos que atividades de divulgação também é um ponto considerável na carreira de qualquer profissional.

O arquivo do estudo foi produzido em outro momento passado (entre as décadas de 1930 a 1960), por conseguinte, é pertinente ressaltar que estudar/falar de Mattoso Câmara, de sua produção intelectual, de divulgação científica da linguística do/no Brasil, ainda é muito atual.

Em Mattoso Câmara, **a distância entre o ontem e o hoje se esvai, pois em seus trabalhos se encontra muito do hoje, sua integridade intelectual e moral o tornam muito próximo e presente**, aquele a quem se pode recorrer em pensamento nos momentos difíceis e de dúvidas pelo exemplo de determinação e coragem de defender suas posições e ideias que nos deixou (LEITE, 2008, p.27, grifo nosso).

Ao destacar Câmara como divulgador, mostrando o modo como foi realizado seu trabalho nos veículos de comunicação, no nosso caso, no jornal *Correio da Manhã* e na revista *A Cigarra Magazine*, constrói-se um ponto de partida, uma espécie de referência, um exemplo de como exercer tal função, podendo ser aprimorado, modificado, no intuito de que a divulgação da Linguística seja feita de forma cada vez mais eficaz – já que apesar do consenso entre agências de fomento e pesquisadores quanto à necessidade de realizar atividades de divulgação científica muito se discute sobre como efetuar.

A abordagem dos dados foi elaborada de maneira que o conhecimento do trabalho mattosiano incentive uma cultura da divulgação, que seja incluída, por exemplo, na formação de futuros linguistas, dado que a divulgação científica em jornais e revistas não específicos da área ainda é, salvo algumas exceções, uma atitude voluntária.

A divulgação científica tem um papel importante para que a sociedade se informe sobre a ciência e conheça o quanto ela se faz presente em seu entorno, estabelecendo-se uma ponte entre a teoria e o grande público, isto é, propiciando uma maior integração entre a linguística, os estudos de linguagem e a sociedade.

Transmitir informação de caráter científico a uma comunidade de prática não especializada tem um papel significativo porque além de colocar em circulação a ciência, potencializa a criação de uma consciência pública sobre o seu valor. A prática de divulgar conhecimento, popularizar a ciência por vias não formais, como jornais, revistas, internet, entre outras formas e meios de comunicação, enriquece a todos, democratiza, além de incentivar o debate científico.

Assim, iniciamos a dissertação evidenciando a relevância de Mattoso Câmara à Linguística Brasileira, apresentando uma sucinta trajetória a respeito de seus estudos, sua produção intelectual e carreira. Isto posto, apresentamos uma apreciação sobre Joaquim Mattoso Câmara Jr, de acordo com as tradições linguísticas, como o introdutor – pioneiro – da Linguística moderna no Brasil e também explanamos sobre o seu valor no que se refere à divulgação científica da Linguística do/no Brasil.

No segundo capítulo dispomos os conceitos das autoras Jaqueline Authier-Revuz e Eni Orlandi acerca do discurso de divulgação científica e do fazer persuasivo na esfera do percurso gerativo do sentido, mais especificamente as relações entre enunciador e enunciatário e os mecanismos de persuasão conduzidos pela Semiótica Discursiva. Os pressupostos teórico-metodológicos desses campos do conhecimento delineiam e

fundamentam, juntamente com outras noções de outros autores que se fizeram pertinentes, a análise que propusemos tecer.

No capítulo *Produtos de Divulgação* delimitamos o *corpus* do estudo, ou seja, os textos de divulgação científica de Mattoso Câmara publicados no *Correio da Manhã* em 1934 e na *A Cigarra Magazine* entre os anos de 1957 a 1960. Descrevemos o jornal e a revista em que se inserem as produções do linguista, as principais características de suas produções textuais e demonstramos os textos reunidos com seus respectivos títulos e ano de publicação.

O quarto capítulo é composto pela análise dos textos de divulgação, visando observar na produção de Mattoso Câmara aspectos relacionados à maneira como o linguista configura suas estratégias de divulgação nos textos publicados no jornal *Correio da Manhã* e na revista *A Cigarra Magazine*, as relações entre enunciador e enunciatário à luz da Semiótica Discursiva. Considerando a especificidade da interlocução pressuposta pelos meios jornal e revista, se há formas de dizer (enunciador) recorrentes, quer sejam no âmbito de cada veículo, quer sejam expressas em ambos; se os mecanismos de persuasão exibem traços equivalentes ou são diferentes no jornal e na revista, por serem meios de comunicação diferentes, cada um com as suas especificidades, entre outros pontos.

No capítulo seguinte apresentamos uma discussão referente ao estudo mencionado no capítulo anterior, apreciando as noções das autoras Jaqueline Authier-Revuz e Eni Orlandi, como atividade de disseminação, processo de didatização e práticas de publicização. E examinando, na comparação dos dois veículos midiáticos, as semelhanças e as especificidades tanto da forma de dizer quanto dos conteúdos abordados.

Nas *Considerações finais* fazemos alguns apontamentos acerca de todo o trabalho realizado, dos resultados apreendidos e a respeito das possíveis perspectivas.

1. MATTOSO CÂMARA

1.1 Percurso (breves notas)

Aqui fazemos uma síntese da carreira e da produção intelectual de Mattoso Câmara. Para tratar deste item, apoiamo-nos na leitura de *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* (2004), *Para compreender Mattoso Câmara* (2004), *Dicionário de Gramática e Filologia* (1986) e *Princípios de Linguística Geral* (1989)¹.

Joaquim Mattoso Câmara Júnior nasce no dia 13 de abril de 1904 na cidade do Rio de Janeiro; falece na mesma cidade no dia 4 de fevereiro de 1970.

No ano de 1927 forma-se em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas-Artes, e no ano de 1932 conclui o curso de Direito pela Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na década de 1930 cria a disciplina Linguística Geral na Universidade do Brasil. Conforme Uchôa (2004), o trabalho e a dedicação de Câmara teve destaque para a institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil.

Mattoso Câmara publica seus primeiros artigos, em 1934, no jornal *Correio da Manhã*, intitulados como *Pequenas lições de português*.

No ano seguinte publica *Elementos de Português, Premières Leçons de Français* e *Elements of English* e participa, por meio de artigos em jornais e cartas abertas, no

¹ UCHÔA, Carlos E. Falcão *Dispersos de Joaquim Mattoso Câmara Jr.* 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
CUNHA, Albertina; ALTGOTT, Alice Azevedo. Dados biográficos de Mattoso Câmara. *Para compreender Mattoso Câmara*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
ELIA, Hamilton. Sinopse dos estudos linguísticos no Brasil. In: CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Princípios de Linguística Geral: como introdução aos Estudos Superiores da Língua Portuguesa*. 7 ed, Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

debate sobre a denominação do idioma nacional, momento em que assume a postura de defesa da denominação Língua Portuguesa (cf. BALDINI, 2012).

Em 1937, especializa-se em Filologia latina e neolatina, com o professor George Millardet, da Sorbonne, na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro e, no ano de 1938 ministra o primeiro curso de Linguística do Brasil, nessa mesma universidade. Em 1939, é extinta a Universidade do Distrito Federal e, em seu lugar, instalou-se a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em cujo currículo de Letras não se incluía a Linguística (cf. UCHÔA, 2004).

De 1939 a 1941, período em que não leciona Linguística, Câmara publica na *Revista de Cultura* suas *Lições* apresentadas no ano de 1938 e lança a primeira edição do livro *Princípios de Linguística Geral* (1941) com uma reimpressão em 1942, (cf. UCHÔA, 2004, p.20): “primeiro compêndio de teoria linguística publicado em língua portuguesa, que, através de edições sucessivas, sempre refundidas, desempenhou um papel sobremodo relevante no início e na progressão do estudo científico da linguagem entre nós”. Segundo Uchôa (2004, p.31) a publicação de *Princípios* era uma obra que tinha como “objeto de estudo a teoria linguística, com a divulgação de um modelo referencial novo (o estruturalismo)”.

Em 1942, volta a ministrar cursos de Linguística: Linguística Histórica na Universidade de Washington, e Linguística Geral na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Nos anos de 1943 e 1944 especializa-se em diversos cursos de Linguística nos Estados Unidos: Fundamentos da Linguagem, Linguística indo-irânica e Línguas da África, Língua Grega, na Universidade de Colúmbia (Nova Iorque); Linguística Geral, com Roman Jakobson, e Geografia Linguística, com Giuliano Bonfante, na École Libre dês Hautes Études

(Nova Iorque²); Fonética Experimental, na Universidade de Chicago (cf. UCHÔA, 2004). Nesse período entra em contato não só com as teorias de Jakobson e Bonfante, mas também com as teorias de Otto Jespersen, Karl Bühler, Edward Sapir, que entre outras, constituíram sua filiação teórica.

Em 1948, Mattoso Câmara é convidado para professor regente de Linguística na Faculdade Nacional de Filosofia, na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo Uchôa (2004, p.16) tornando-se, então, “o pioneiro do ensino regular e ininterrupto de Linguística no Brasil”. Durante muito anos este foi o único curso de Linguística ministrado no Brasil, pois só a partir de 1962 o Conselho Federal de Educação estabelece que toda escola superior de Letras deveria incluir obrigatoriamente o ensino de Linguística nos seus currículos (cf. UCHÔA, 2004).

Em 1949, conclui o Doutorado em Letras Clássicas nessa mesma universidade (na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil). Seu estudo de doutoramento *Para o estudo da fonêmica portuguesa* é publicado posteriormente, em 1953. Este trabalho é o último capítulo da tese do autor, além de ser outro livro-marco na história da linguística brasileira, sendo até hoje referência inicial obrigatória para qualquer análise da fonologia do português do Brasil (cf. UCHÔA, 2004).

Mattoso Câmara obtém o título de livre-docente de Língua Portuguesa no ano de 1952, com a tese *Contribuição para uma estilística da língua portuguesa*.

Em 1956, Câmara publica seu *Dicionário de fatos gramaticais*, atualmente, tem o título *Dicionário de Linguística e Gramática*. No mesmo ano, inicia sua carreira como professor titular de Língua Portuguesa e Linguística na Faculdade de Filosofia, Ciências e

² A École Libre dês Hautes Études foi fundada no início de 1942 em Nova Iorque - EUA (durante a Segunda Guerra Mundial) por estudiosos franceses (por isso do nome no idioma Francês) no exílio a partir da prática Graduate School (EPHE), como um instrumento de resistência intelectual para hospedar intelectuais fugidos da Europa.

Letras da Universidade Católica de Petrópolis e publica *Uma forma verbal portuguesa*, tratando de questões estilísticas.

No ano de 1958 cria um setor de Linguística no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

No período de 1957 a 1960, Mattoso Câmara escreve o que ele chamou de *notícias críticas* para uma revista de grande circulação na época, destinada ao público em geral, intitulada *A Cigarra Magazine* – revista mensal da editora *O Cruzeiro*.

Em 1961, traduz uma série de artigos de Edward Sapir reunidos no volume *Linguística como ciência*. Com as traduções de Sapir, Câmara produz também um discurso “metalinguístico bem dissonante do que se valiam os estudiosos da época para falar de etimologias ou para analisar fatos da língua literária e de falares regionais” (UCHÔA, 2004a, p.3).

Outro linguista que teve uma série de artigos traduzidos por Câmara, englobados em um volume, foi Roman Jakobson, trabalho esse com o título: *Fonema e fonologia* (1967). Os livros e traduções de Câmara contribuíram para viabilizar o ensino da Linguística nos cursos universitários de Letras. Sobre o volume de Jakobson, Uchôa disserta:

Mattoso Câmara, mais uma vez, mostrava a **sua preocupação em divulgar artigos de teoria linguística** – aqui sobre assuntos fonológicos, campo em que tanto se deve às investigações de Jakobson – que considerava de particular interesse para os estudiosos brasileiros, o que vale dizer, para o progresso da Linguística no Brasil (UCHÔA, 2004, p.22, grifo nosso).

Em 1962, Mattoso Câmara publica *Ensaio Machadiano* em que reúne alguns trabalhos acerca dos romances de Machado de Assis já divulgados em revistas e miscelâneas em que colaborava, além de *A gíria em Machado de Assis*, ainda inédito. De acordo com

Uchôa (2004) Machado foi o autor escolhido por Câmara para quase todos os seus estudos sobre Estilística.

Em 1965, Câmara lança *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, livro em que apresenta as palestras (ao todo dez) por ele ministradas no ano de 1960 em um curso para estudantes de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro. No ano de 1969 publica *Problemas de linguística descritiva*, livro esse que reúne dez artigos que foram divulgados na revista *Vozes* nos anos de 1967 e 1968.

No ano de 1970, Mattoso Câmara publica *Estrutura da língua portuguesa*, obra inacabada, de edição póstuma.

Relevante destacar ainda que além de ter ministrado inúmeros cursos e palestras em várias universidades brasileiras, Câmara também lecionou no exterior, sendo professor visitante em várias universidades, como na Universidade de Washington, Georgetown e Lisboa. Conforme Uchôa (2004) foi membro-fundador da Academia Brasileira de Filologia, sócio-correspondente da seção de Letras da Academia de Ciências de Lisboa, membro e conselheiro de inúmeras associações de Linguística, Filologia e Antropologia, nacionais e estrangeiras. Ao falecer era presidente da Associação de Linguística e Filologia da América Latina – ALFAL.

Nos últimos anos de vida, Mattoso Câmara vinha participando do curso de Mestrado instituído pelo setor linguístico da Divisão de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

1.2 Pioneiro

Joaquim Mattoso Câmara Júnior de acordo com as tradições linguísticas é considerado o pioneiro da Linguística no Brasil. Conforme Altman (2009, p.119-120) é reconhecido por várias gerações de linguistas “como o introdutor da moderna ciência da linguagem no Brasil”, descartando a “herança descritiva colonial-missionária do nosso horizonte de retrospectiva”. Mattoso Câmara é consensualmente apontado como pioneiro dos estudos propriamente linguísticos no Brasil³, seu primeiro divulgador e o primeiro professor de Linguística de uma universidade brasileira (cf. ALTMAN, 1998).

A produção científica de Mattoso Câmara é reconhecida como uma obra de referência no Brasil em estudos de língua(gens), afirmando, assim, a relevância do pesquisador como renovador dos estudos sobre a língua portuguesa e como disseminador da ciência da linguagem no Brasil. Destaca Altman (1996) que,

com exceção única talvez da obra de Mattoso Câmara, ainda a principal referência da produção linguística brasileira [...], não se encontra ainda até hoje, a rigor, nenhuma reflexão sistemática, suficientemente abrangente, sobre autores, obras, periodização, tradições, continuidades, descontinuidades, alternância, co-ocorrência e recorrência de problemas da produção linguística brasileira (ALTMAN, 1996, p. 175).

Rodrigues (1984, p. 91) também acentua o trabalho de Câmara, “foi, sem dúvida, um pioneiro” nos estudos linguísticos no/do Brasil e na produção de trabalhos em História da Linguística Brasileira (cf. BALDINI, 2005), com um percurso consolidado, um vasto número

³ De acordo com Uchôa (2004a): “[...] quando se afirma, e consensualmente, que Mattoso Câmara foi o introdutor da Linguística Moderna no Brasil, o que tal afirmação significa, a rigor, é que, com ele, se inicia uma forma distinta de trabalho com a linguagem entre nós, que se concretiza em um novo discurso” (cf. UCHÔA, 2004a, p. 2). Conforme o autor (2004a) esse novo discurso sobre a linguagem inaugurada por Mattoso, no início da década de 1940, “privilegiaria antes de mais nada, o estudo da linguagem em seu plano universal, vale dizer, um discurso marcado pela preocupação teórica, pelo escopo de fazer linguística teórica, de trabalhar com uma teoria linguística cujos princípios gerais fossem aplicáveis a qualquer língua” (cf. UCHÔA, 2004a, p. 2).

de textos e títulos que até hoje circulam entre os estudiosos. Mattoso Câmara não foi “apenas o pioneiro, mas o propugnador constante e imbatível dos estudos Linguísticos sérios, cientificamente bem fundados” (RODRIGUES, 1984, p. 83).

Relevante dizer, que pioneiro de acordo com Rodrigues (1984, p.91) não é assumido no sentido de primeiro linguista, visto que “outros estudiosos procuraram introduzir os estudos científicos da linguagem no Brasil antes de Mattoso e paralelamente a ele, (por exemplo, José Oiticica, Jorge Bertolaso Stella, Rosário Farani Mansur Guérios etc.)”, todavia, somente Mattoso Câmara “conseguiu exercer uma ação realmente decisiva, devido à ampla compreensão que desde cedo desenvolveu acerca da linguagem e das línguas e à pertinência e à sabedoria com que atuou através dos livros”. Segundo Rodrigues (1984, p.92) os escritos de Câmara atuaram positivamente sobre milhares de estudiosos da língua e da Linguística, “não só granjeando-lhe o notável renome de intelectual sério que todos nós reconhecemos, mas criando, nos principais centros do País, uma base cultural favorável à renovação dos estudos linguísticos”.

O livro *Princípios de Linguística Geral* (1942) de Mattoso Câmara⁴ (cf. RODRIGUES, 1984) é o que teve maior divulgação no Brasil e o que mais contribuiu para disseminar conhecimentos científicos sobre a linguagem. Segundo Rodrigues,

durante um quarto de século, foi o único texto introdutório à Linguística produzido em língua portuguesa, e, mesmo agora, continua sendo o mais abrangente, mais sólido e melhor escrito. Cada uma de suas quatro edições (1942, 1954, 1959 e 1964) é uma verdadeira edição nova, reelaborada, aperfeiçoada, atualizada. Notável é o cuidado que tinha Mattoso com a incorporação de novos conhecimentos e com a melhoria do texto (RODRIGUES, 1984, p.87, grifo nosso).

⁴ Conforme Uchôa (2004a) o discurso de Mattoso Câmara sobre a linguagem distinguia também dos de seus contemporâneos por divulgar um referencial teórico novo entre eles: o estruturalismo: “O linguista brasileiro apresentava, por ocasião da 1ª edição de *Princípios* e no correr dos anos 40 e 50, como representante isolado, no Brasil e em Portugal, do discurso teórico estruturalista, opondo-se deste modo ao discurso dominante dos filólogos, de orientação atomista [...]”(UCHÔA, 2004a, p. 3).

A respeito dessa obra de Mattoso Câmara, Eugenio Coseriu, professor da Universidade de Tübingen (Alemanha), afirma “sem dúvida um dos linguistas mais lúcidos da atualidade” (cf. Uchôa, 2004, p. 21) e discursa: “desde a segunda edição (Rio, 1954) tornou-se (os PLG⁵) o melhor manual de introdução à Linguística até então publicados em país latino” (cf. Uchôa, 2004, p.21).

A respeito da obra de Mattoso Câmara, Uchôa discorre:

Se a carreira de Mattoso Câmara leva a marca do pioneirismo – iniciador do ensino regular de Linguística entre nós – da obra que ele nos deixou já se pode dizer, com segurança, **que ela representa um marco dos mais importantes na história dos estudos linguísticos no Brasil e mesmo na história dos estudos linguísticos em língua portuguesa** (UCHÔA, 2004, p.20, grifo nosso).

Conforme Uchôa (2004a, p.2), *Princípios* revela o trabalho de um linguista “bem informado, atualizado, cuja seleção de temas⁶ assegurava uma cobertura satisfatória dos domínios da Linguística desenvolvidos à época”, além da originalidade da reflexão pessoal do autor.

Câmara considerava a Linguística uma ciência antropologia, assim na década de 1940 desenvolve uma característica relevante ao discurso sobre a linguagem no Brasil, centrada na noção de que as línguas são produtos da cultura, assim se complementam, e não se excluem, devido ao amplo campo da linguagem (cf. UCHÔA, 2004a).

Se o discurso da Linguística Moderna se iniciou e se firmou entre nós com o discurso estruturalista de Mattoso Câmara, é de se esperar que os nossos estudiosos da linguagem tenham sempre a consciência de que os vários discursos que lhe sucederam – o do gerativismo, o da sociolinguística, o da pragmática, o da linguística do texto etc – se complementam na verdade, e não se excluem, direcionados que são a objetos ou interesses distintos que o amplo campo da linguagem comporta. Só assim alcançarão a necessária compreensão da progressão que o estudo científico do fenômeno linguístico vai suscitando, encarado de

⁵ Livro *Princípios de Linguística Geral* (1942).

⁶ No livro Mattoso Câmara divulgou o estruturalismo linguístico do Círculo Linguístico de Praga, do estruturalismo americano, mas sempre aplicando seus pressupostos teóricos à análise da língua portuguesa (cf. UCHÔA, 2004).

diferentes planos e perspectivas, a exigirem sempre novos discursos (UCHÔA, 2004a, p. 4).

1.3 Divulgador

Podemos considerar a década de 1940 como o momento de irrupção da Linguística Brasileira⁷. Embora houvesse antes desse período inúmeros trabalhos que buscavam compreender o português americano⁸, sobretudo a partir dos mirantes gramatical, histórico, dialetológico e da crítica textual, é com a publicação do livro *Princípios de Linguística de Geral* de Mattoso Câmara Júnior em 1942 que efetivamente irrompe a ciência linguística no Brasil⁹. Mattoso Câmara Júnior é considerado por muitas gerações de linguistas como o iniciador da Linguística de língua portuguesa.

Câmara, com *Princípios*, foi o primeiro a divulgar no Brasil e em Portugal um discurso mais abrangente e voltado para a compreensão dos princípios fundamentais que regem o funcionamento da atividade linguística entre os homens. Todavia, a preocupação de Mattoso Câmara pelos estudos de teoria linguística não se limitou aos *Princípios*. Segundo Uchôa (2004, p.21), o linguista também se dedicava “na sua atividade incansável de tradutor,

⁷ Segundo Cavaliere (2002) a Linguística e a Filologia no Brasil sempre se apoiaram em cânones de paradigmas estrangeiros; nos primeiros períodos, do século XIX e metade do século XX, a Linguística e Filologia não tinham faces claramente distintas. Somente a partir de Mattoso Câmara, entretanto, em meados do século XX, que as fontes doutrinárias se renovam nitidamente na vertente de estudos sobre a linguagem a que se denominou propriamente Linguística.

⁸ Referimo-nos aqui aos trabalhos de estudiosos da linguagem que mesmo sem formação universitária específica no campo das Letras tais como Said Ali, Antenor Nascentes, Amadeu Amaral e Souza da Silveira produziram densos trabalhos tendo o português americano como objeto de estudo.

⁹ Conforme Cavaliere (2002): [...] o cisma teórico-metodológico que se estabeleceu no cenário brasileiro após a publicação do *Princípios de Linguística Geral* trouxe [...] a consolidação da Linguística como ciência autônoma dentro da universidade [...] creio ser cabível denominar esta fase como **período linguístico**, estabelecendo seu marco inicial no ano de 1941, em que vem a público os *Princípios de Linguística Geral*, a mais importante obra teórica sobre linguagem escrita no Brasil em todo século XX (CAVALIERE, 2002, p. 115).

quando procurava pôr ao alcance dos leitores de língua portuguesa obras e artigos de importância dentro do desenvolvimento dos estudos linguísticos pelo mundo”.

No que tange à história da linguística brasileira, à ciência linguística brasileira, Câmara constantemente demonstrou o interesse de não apenas fazer avançar a teoria linguística e os estudos linguísticos relacionados à descrição do português brasileiro nos seus mais diversos níveis linguísticos – objetos de trabalho iniciais do linguista –, mas também com o objetivo de divulgar cientificamente tais avanços, relacionando-os, por exemplo, com o ensino de Língua Portuguesa na escola. Fazemos tal asserção embasados, a saber, que em meio às diversas atividades, Câmara divulgou suas ideias e as de estudiosos com os quais compartilhou conceitos e princípios linguísticos¹⁰, em diferentes periódicos, como: revista *Vozes*, *Revista Brasileira de Filologia*, jornal *Correio da Manhã*, *Revista de Cultura*, revista *A Cigarra Magazine*, entre outros. Os seus textos nesses periódicos fazem circular ideias da ciência da linguagem em diferentes espaços sociais, tratam de temas desde os estudos filológicos até a alfabetização indígena. Mattoso Câmara tinha a preocupação de fazer tais ideias serem divulgadas no meio acadêmico e fora dele. Segundo Uchôa, Mattoso Câmara ao longo de sua carreira escreveu:

ensaios ou crônicas sobre correntes linguísticas (como a glotocronologia e o estruturalismo), sobre linguistas (como Jespersen, Jakobson, Said Ali...), sobre o panorama de estudos de um país (como o sobre A Linguística Brasileira) e um sem-número de resenhas ou resenhas críticas de obras de linguistas de várias nacionalidades (brasileiros também). Esta parte de sua bibliografia exerceu, nas décadas de 40, 50 e 60, um **importante papel para a difusão, entre nós, de ideias**

¹⁰ Podemos citar, por exemplo, de Edward Sapir: Mattoso Câmara traduziu uma série de artigos que reuniu no volume intitulado *Linguística como ciência* (1961), com a intenção de fornecer ao público brasileiro uma informação mais plena sobre o modo que Sapir encarar o fenômeno da linguagem e sobre as suas contribuições à Linguística de nossos dias. “Procurou, assim, Mattoso Câmara divulgar ao máximo o pensamento sapiriano entre nós” (cf. UCHÔA, 2004, p. 22). “Outro linguista que teve uma série de artigos traduzidos por Mattoso Câmara, englobados num volume, foi Roman Jakobson, seu antigo professor em Nova Iorque. *Fonema e fonologia* (1967) ficou sendo o nome deste conjunto de ensaios de uma das figuras mais destacadas do famoso Círculo Linguístico de Praga [...]” (UCHÔA, 2004, p. 23).

em voga no campo do estudo da linguagem, divulgadas através do filtro crítico de um linguista atualizado e sagaz (UCHÔA, 2004, p.25, grifo nosso).

Assim, é possível formular que fazia parte do projeto de Joaquim Mattoso Câmara Júnior a divulgação científica, o pesquisador instaura um movimento de divulgação dos pensamentos linguístico-científicos tanto dentro da comunidade acadêmica quanto fora desse espaço de saber institucionalizado. Ou seja, ao lado de seu empenho com a teoria linguística, com a descrição do português, com as línguas indígenas e com a formação de professores de língua portuguesa esteve manifesto no projeto mattosiano também uma preocupação com a divulgação científica da ciência linguística brasileira.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO – METODOLÓGICOS

Como vimos no capítulo anterior Joaquim Mattoso Câmara Júnior desenvolveu uma extensa e proficiente atividade no campo dos estudos da linguagem e das ideias linguísticas, se ocupando, de modo específico, dos estudos linguísticos realizados no Brasil, demonstrando o interesse desde o início de sua carreira de não apenas fazer avançar a teoria linguística e os estudos linguísticos, mas também o objetivo de divulgar cientificamente tais avanços, ou seja, a divulgação científica da ciência linguística estava presente no projeto mattosiano.

Neste capítulo, propomos pensar acerca de algumas noções e reflexões sobre o discurso de divulgação científica, assim abordaremos conceitos apoiados nos estudos das autoras Jaqueline Authier-Revuz e Eni Orlandi, como também discutiremos o fazer persuasivo na esfera do percurso gerativo do sentido conduzidos pela Semiótica Discursiva.

2.1 Discurso de divulgação científica

De acordo com Orlandi (2006) em cada materialidade discursiva, o processo de produção do discurso (da língua enquanto objeto de divulgação), sucede a partir da prática de sujeitos que, portanto, assumem em um dado momento a posição-sujeito divulgadores em comparação à sua significação na qualidade de sujeitos da ciência comprometidos com uma certa ordem de discurso e, ao mesmo tempo, com instituições e com o modo como ela administra o conhecimento. A partir desse entendimento, podemos considerar o pesquisador Joaquim Mattoso Câmara Júnior como o sujeito divulgador da ciência, quando produz seus

textos, no jornal *Correio da Manhã* e na revista *A Cigarra Magazine*, comprometido com um discurso diferente daquele quando o autor está na posição de linguista no meio acadêmico.

Na concepção de Authier-Revuz (1998), o texto de divulgação científica é uma associação do discurso científico com o discurso cotidiano, sendo que este último favorece a leitura por parte de um número maior de leitores. A autora refere-se ao discurso de divulgação científica como:

uma atividade de disseminação, em direção ao exterior, de conhecimentos científicos já produzidos e em circulação no interior de uma comunidade mais restrita; essa disseminação é feita fora da instituição escolar-universitária, não visa à formação de especialistas, isto é, não tem por objetivo estender a comunidade de origem (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 107).

Assim, a autora conceitua o discurso de divulgação como uma atividade de disseminação, ou seja, em direção a um exterior, do conhecimento que circula no interior de uma comunidade mais restrita, a saber, o meio acadêmico; de colocar em circulação conhecimentos antes apenas dispostos nas universidades, em outras palavras, um modo de socializar a ciência.

Conforme Authier-Revuz (1998), tal discurso consiste em razão de uma “ruptura cultural” entre a elite científica e os demais sujeitos de uma sociedade não integrantes do meio acadêmico, no caso, “o grande público”. Logo, resulta a disseminação via a materialização do discurso em meios de comunicação diversos.

[...] entre uma elite científica, investida de poderes ligados à competência, e uma massa privada de meios de controle; importa, pois, sendo estes males imputados à falta de saber, remediá-los através de uma disseminação desse saber no conjunto da sociedade (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 108).

Para Authier-Revuz (1998), o discurso de divulgação significa-se apenas enquanto saber *aproximativo* que, sendo assim, não visa à formação de especialistas, tampouco estender a comunidade de origem. Nessas condições, constitui-se pela inscrição em uma ordem

proposta como intermediária, aproximando-as por meio do saber a comunidade científico-acadêmica e a sociedade em geral.

Podemos relacionar com o que Sánches Mora (2003, p. 13) propõe, que “a divulgação é uma recriação do conhecimento científico, para torná-lo acessível ao público”, uma vez que se trata de um público-leitor distanciado das ciências ou de alguns de seus campos, isto é, a divulgação da ciência é veiculada em vários meios de comunicação em que leitores potenciais podem ser leigos em determinados assuntos. No entanto, considera que “cada divulgador tem sua própria definição de divulgação”.

Assim, a principal função atribuída à divulgação é a realização da comunicação ciência-público (cf. AUTHIER-REVUZ, 1998), colocando de forma acessível e de maior assimilação os novos conhecimentos resultantes das teorias e pesquisas científicas. Desse modo, para que seja eficaz e concretizada tal função, há a emergência da didatização e das práticas de publicização (ORLANDI, 2004).

Para Orlandi (2004) o discurso de divulgação científica significa-se por sentidos derivados tanto de saberes de ordem do senso comum quanto de saberes da ordem da ciência, processo esse que a autora entende como didatização. Assim, de acordo com Orlandi (2004) quando atentamos para o discurso de divulgação científica não estamos mais tratando *de* ciência em si, mas *sobre* ciência, já que os saberes inscritos em tal ordem não vão mais significar conhecimento (domínio teórico) propriamente, e sim incorrer em uma informação a respeito do conhecimento.

Isto posto, reportamos ao discurso de divulgação científica enquanto efeito de práticas de publicização na/pela mídia de informações sobre a ciência (cf. ORLANDI, 2004), que pressupõe não mais a divulgação do conhecimento produzido apenas no meio científico-acadêmico, mas uma ressignificação da ciência circulando, portanto, na sociedade em geral. Publicizar é um discurso que parte de práticas de distribuição social do conhecimento – ação

de tornar público –, inscritas na relação entre sujeito e tecnologia da informação (cf. ORLANDI, 2004). Logo, a divulgação científica ao socializar o conhecimento, simultaneamente, publiciza a ciência através das (re)significações produzidas pelo divulgador de ciência e/ou do leitor de ciência.

O que estabelece é o que se pode chamar de efeito de informação científica em que o conhecimento científico passa a informação científica (cf. ORLANDI, 2001), isto é:

quando se busca, através do uso de certa terminologia, por em contato sem substituir o discurso do “senso-comum” e o da ciência. Por meio de vários procedimentos o termo científico é apresentado ao lado de descrições, sinônimos, perífrases, equivalentes, etc, “deixando à vista o processo pelo qual o discurso científico se apresenta como uma retomada” (ORLANDI, 2001 p. 27).

Entendemos que a significação do discurso de divulgação científica corresponde ao que Orlandi (2004) explora como efeito de exterioridade da ciência, relacionando também com o conceito de disseminação (AUTHIER-REVUZ, 1998). O efeito de exterioridade da ciência faz-se presente no ato de produzir o novo discurso, ou seja, o da divulgação científica. Conforme Orlandi (2001) tal produção para a sociedade é fundamental, visto que a ciência ao sair de seu espaço social de origem passa a ocupar um lugar outro, aquele onde se encontram os sujeitos leitores do discurso de divulgação científica. “A divulgação científica é uma versão da ciência” (ORLANDI, 2005, p.134).

De acordo com Orlandi (2001) a exterioridade da ciência indica a necessidade que tem nossa sociedade de que a ciência não se limite ao seu espaço de circulação mais restrito (centro de pesquisas, meio acadêmico, por exemplo), mas ganhe o espaço social mais amplo. “Se exteriorize na sociedade. Ela sai de si, sai de suas condições mais próprias e ocupa um lugar no cotidiano dos sujeitos” (ORLANDI, 2001, p. 28).

Esse exteriorizar permite uma abrangência de diferentes saberes, o que significa um aumento de conhecimento do interlocutor, logo, caracterizando um efeito de credibilidade e confiança nas informações postuladas. O que Orlandi (2001) define como “efeito-leitor”, isto

é, ao produzir um texto, o divulgador, no caso dos textos de divulgação científica, leva em consideração o leitor implicado na recepção daquele texto, e o faz deslocando o modo de significar os discursos. Desse modo,

[...] a ciência tem necessidade de se representar em uma certa exterioridade, que se faz pela construção desse sujeito-leitor de ciência que se apresenta como sujeito social. Esse sujeito-leitor está representado (ou seja, presente, mas transformado) no texto, pelo mecanismo de antecipação que, ao produzir os efeitos de sentidos produz o próprio efeito-leitor (um imaginário de leitura) (ORLANDI, 2001, p. 27)

Pautando-nos em Orlandi (2001) e (2004) podemos relacionar com as reflexões de Leibrunder (2003, *apud*, FILHO, 2010, p.760), a respeito do texto de divulgação científica que segundo o autor, “contrapõe-se ao hermetismo próprio do discurso científico, buscando propiciar ao leitor não especialista o contato com o universo da ciência por meio de uma linguagem que lhe seja familiar”.

De acordo com Zamboni (2001), a divulgação científica, em geral, é entendida como movimento de difusão do conhecimento científico produzido dentro da comunidade científica para fora de seu contexto original, “mobilizando diferentes recursos, técnicas e processos para a veiculação das informações científicas e tecnológicas ao público em geral” (ZAMBONI, 2001, p.46). No entanto, a autora complementa essa noção, afirmando que a divulgação científica assume um papel maior no sentido de partilhar socialmente o saber científico, levando os saberes a grupos que estão distanciados da ciência.

A atividade de divulgação científica assume, dessa maneira, os contornos de uma prática fundamentalmente comunicativa, em que seus agentes são chamados a dissolver problemas de incompreensão, para que se restabeleça a ponte de interligação entre os dois grupos historicamente apartados: o dos cientistas e dos leigos. (ZAMBONI, 2001, p.50)

Assim, podemos ressaltar que a representação que se constrói da atividade de divulgação científica, – que tem como objetivo viabilizar que o grande público conheça os

avanços da ciência, os conhecimentos produzidos pela comunidade científica e acadêmica –, quando destinada ao público leigo, a sociedade em geral, necessita de uma linguagem de fácil compreensão, próxima do cotidiano do leitor, além de partilhar o saber, reformulando um discurso de especialidade em um discurso de informação. Esse movimento do divulgador da ciência de levar ao público leigo os conhecimentos que são produzidos pela comunidade especialista passa por reformulações marcadas por características comunicativas, estratégias discursivas que buscaremos depreender por meio da Semiótica Discursiva abordada no subtópico seguinte.

2.2 Semiótica Discursiva

A teoria semiótica de linha francesa busca o estudo da significação do texto, descrevendo-o como objeto de comunicação e significação. Conforme Barros (2005, p.11) a Semiótica procura “descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz”. Não tem como objeto de estudo palavras soltas ou apenas as frases, pois “se preocupa com a organização global do texto”, além de examinar “as relações entre a enunciação e o discurso enunciado e entre o discurso enunciado e os fatores sócio-históricos que o constroem” (BARROS, 2003, p.187).

A Semiótica Discursiva não se preocupa com o sentido em si, mas com o modo como é empregado no texto, “interessa-se pelo ‘parecer do sentido’, que se apreende por meio das formas da linguagem, mais concretamente, dos discursos que o manifestam, tornando-o comunicável e partilhável, ainda que parcialmente” (BERTRAND, 2003, p. 11).

Conforme Barros (2005) o texto é compreendido como objeto de significação e objeto de comunicação, ou seja, o texto é definido pela sua organização e estrutura, que se complementam para fazê-lo um “todo de sentido” (objeto de significação), “precisa ser examinado em relação ao contexto sócio-histórico que o envolve e que, em última instância, lhe atribui sentido” (BARROS, 2005, p. 12) e considerar a “relação com os demais objetos culturais, pois está inserido em uma sociedade, em um dado momento histórico e é determinado por formações ideológicas específicas” – objeto de comunicação (BARROS, 2003, p. 187). Assim, o texto só existe quando concebido nesta dualidade que o define, como objeto de significação e objeto de comunicação, por meio das relações que se estabelecem entre um interlocutor e um interlocutário:

Para explicar “o que o texto diz” e “como o diz”, a semiótica trata, assim, de examinar os procedimentos da organização textual e, ao mesmo tempo, os mecanismos enunciativos de produção e de recepção do texto (BARROS, 2005, p. 12).

Para Fiorin (1995, p. 165-166), conceituar o texto como um objeto de significação implica considerá-lo um todo de sentido que, diferente da frase, é “dotado de uma organização específica”, ou seja, dar atenção especial “ao exame dos procedimentos e mecanismos que o estruturam, que o tecem como uma totalidade de sentido”, visto que o texto não é um amontoado de frases, ele tem uma estrutura, “que garante que o sentido seja apreendido em sua globalidade, que o significado de cada uma de suas partes dependa do todo”.

Logo, conforme os preceitos semióticos, em um texto há o plano do conteúdo, o que se diz, com um plano de expressão, como se diz. Assim,

a função semiótica é, em si mesma, uma solidariedade: expressão e conteúdo são solidários e um pressupõe necessariamente o outro. **Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão.** Do mesmo modo, é impossível existir (a menos que

sejam isolados artificialmente) um conteúdo sem expressão e uma expressão sem conteúdo. (HELMSLEV, 2003, p. 198, grifo nosso)

O plano do conteúdo de um texto é engendrado sob a forma de seu percurso gerativo de sentido, ou seja, uma sucessão de patamares – fundamental, narrativo e discursivo – “cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido” (FIORIN, 2005, p. 17).

A teoria semiótica procura, portanto, explicar os sentidos do texto. Para tanto, vai examinar, em primeiro lugar, os mecanismos e procedimentos de seu plano de conteúdo. O plano de conteúdo de um texto é, nesse caso, concebido, metodologicamente, sob a forma de um percurso gerativo. (BARROS, 2003, p. 188)

Assim, de acordo com Barros (2005) a semiótica concebe o plano do conteúdo sob a forma de um percurso gerativo para construir o sentido do texto. A autora resume a noção de percurso gerativo do sentido nos seguintes termos:

a) o percurso gerativo do sentido vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto; b) são estabelecidas três etapas no percurso, podendo cada uma ser descrita e explicada por uma gramática autônoma, muito embora o sentido do texto dependa da relação entre os níveis; c) a primeira etapa do percurso, a mais simples e abstrata, recebe o nome de nível fundamental ou das estruturas fundamentais e nele surge a significação como uma oposição semântica mínima; d) no segundo patamar, denominado nível narrativo ou das estruturas narrativas, organiza-se a narrativa, do ponto de vista de um sujeito; e) o terceiro nível é o do discurso ou das estruturas discursivas em que a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação (BARROS, 2005, p. 13).

Desse modo, para que exista um texto é necessário que aconteça uma união de conteúdo, o que se diz, com uma expressão, como se diz, ou seja, a semiótica se interessa na explicitação do modo pelo qual o sentido se constitui. Tais interesses resultam na descrição do sentido que se manifesta por meio de um percurso gerativo, que compreende um nível fundamental de organização do sentido, um nível narrativo e um nível discursivo; níveis esses que proporcionarão a explicação desse sentido.

2.2.1 Enunciador e enunciatário

De acordo com os pressupostos da Semiótica na abordagem do texto é possível apreender o quanto algumas construções discursivas se apresentam carregadas de caráter persuasivo. No nível discursivo¹¹ estão representadas/dipostas todas as escolhas feitas pelo enunciador no sentido de persuadir o enunciatário a aceitar/crer no seu discurso¹², ou seja, nesse nível, podemos perceber os efeitos de sentido que as escolhas do enunciador provocam no enunciatário.

Em todo discurso presume um sujeito que fala e um outro para quem o texto se dirige. Na enunciação, há a instauração de dois participantes pressupostos, a saber, o *eu* e o *tu*, que no nível discursivo são denominados de enunciador e de enunciatário. De acordo com Fiorin (2008, p. 137), “o primeiro produz o enunciado e o segundo é levado em consideração pelo *eu* na construção desse enunciado”, ou seja, o *eu* projeta uma imagem do *tu*, assumindo que este ao identificar-se com o discurso, o aceite como sendo verdadeiro.

Na materialidade discursiva, na prática de comunicação, o autor e o leitor não são reais, “de carne e osso, mas o autor e o leitor implícitos, ou seja, uma imagem do autor e do leitor construída pelo texto” (FIORIN, 2005, p. 56), autor e leitor criados na instância do discurso, logo, virtuais, abstratos, fruto de construções discursivas. Segundo Fiorin (2002, p. 65), “o autor real é inapreensível e, por conseguinte, só o autor implícito pertence ao campo

¹¹ No nível discursivo “as formas abstratas do nível narrativo são revestidas de termos que lhe dão concretude” (FIORIN, 2005, p. 29).

¹² Conforme Fiorin (2005, p. 56) “a enunciação é a instância que povoa o enunciado (com marcas) de pessoas, de tempos e de espaços”; o discurso é o produto da enunciação de um sujeito que assume a palavra e diz algo a alguém. “O discurso define-se, ao mesmo tempo, como objeto produzido pelo sujeito da enunciação e como objeto de comunicação entre um destinador e um destinatário” (BARROS, 2005, p. 54). O discurso “é o patamar do percurso gerativo de sentido em que um enunciador assume as estruturas narrativas e, por meio de mecanismos de enunciação, actorializa-as, especializa-as, temporaliza-as e reveste-as de temas e/ou figuras. O texto é unidade de manifestação. É o lugar em que os diferentes níveis [...] do agenciamento do sentido se manifestam e se dão a ler” (FIORIN, 1999, p. 30).

da teoria da enunciação”, inferindo-se a partir de seu discurso, do que ele enuncia, sua imagem abstrata.

O enunciador e o enunciatário são participantes fundamentais na construção discursiva, posto que o enunciado é resultado da enunciação, “considerada uma instância de mediação, que propicia a discursivização¹³ das virtualidades linguísticas, as da língua em sentido estrito e as do discurso” (FIORIN, 2007, p. 25); a instância que povoa o enunciado de pessoas, de tempos e de espaços (FORIN,2004, p. 16). Fiorin (2002, p. 35) afirma que, quando se produz um enunciado, “estabelece-se uma ‘convenção fiduciária’ entre enunciador e enunciatário, a qual determina o estatuto veridictório do texto”. Logo,

não se imagina que o enunciador produza discursos verdadeiros, mas discursos que produzem um efeito de sentido "verdade"; desse ponto de vista, a produção da verdade corresponde ao exercício de um fazer cognitivo particular, de um fazer **parecer verdadeiro que se pode chamar, sem nenhuma nuance pejorativa, de fazer persuasivo.** (GREIMAS, COURTÉS,1989, p. 487, grifo nosso)

O enunciador tem a finalidade de garantir a adesão ao seu discurso e, para tanto, o constrói de modo que o leitor compartilhe seus valores. Essa adesão sucede por meio de um contrato entre enunciador e enunciatário, em que o enunciatário precisa aceitar o que é dito como sendo verídico para que o objetivo do discurso seja alcançado. Dessa forma, segundo Fiorin (2002) o enunciatário, “como filtro e instância pressuposta no ato de enunciar, é também sujeito produtor do discurso”, visto ser também participante fundamental na construção discursiva (FIORIN, 2002, p. 65)

¹³ Sobre a discursivização Fiorin (2008, p. 25) explica que “é o mecanismo criador da pessoa, do tempo e do espaço da enunciação e, ao mesmo tempo, da representação actancial, espacial e temporal do enunciado”. Isso ocorre conforme Fiorin (2008, p. 24) porque “como a pessoa enuncia em um dado tempo e num determinado espaço, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do ‘sujeito’, tomado como ponto de referência. A partir do espaço e do tempo da enunciação, organizam-se todas as relações espaciais e temporais. Porque a enunciação é o lugar de instauração do sujeito e este é o ponto de referência das relações espaço-temporais, ela é o lugar do *ego, hic et nunc*”.

Toda enunciação presume a competência de um sujeito enunciador que se depara diante das linguagens enquanto sistemas virtualizados e sistemas realizados (no mundo natural). A enunciação é uma práxis¹⁴ na medida em que confere certo estatuto de realidade aos produtos de linguagem, reincorporando referências, menções do mundo natural – com ausência disso, os discursos não teriam nenhuma eficácia (cf. FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 172).

Fiorin (2002) define enunciação como o ato produtor do enunciado. Nesse ato, enunciador e enunciatário constituem, o sujeito da enunciação. Conforme Greimas e Courtés (2008):

Denominar-se-á enunciador o destinador implícito da enunciação (ou da “comunicação”) distinguindo-o assim do narrador [...] instalado explicitamente no discurso. Paralelamente, o enunciatário corresponderá ao destinatário implícito da enunciação, diferenciando-se, portanto, do narratário [...] reconhecível como tal no interior do enunciado. Assim compreendido, o enunciatário não é apenas o destinatário da comunicação, mas também sujeito produtor do discurso, por ser a leitura um ato de linguagem (um ato de significar) da mesma maneira que a produção do discurso propriamente dito. O termo “sujeito da enunciação”, empregado frequentemente como sinônimo de enunciador, cobre de fato as duas posições actanciais de enunciador e de enunciatário (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 171).

De acordo com Barros (2005) “o sujeito da enunciação faz uma série de ‘escolhas’, de pessoa, de tempo, de espaço, de figuras, e ‘conta’ ou passa a narrativa, transformando-a em discurso” (BARROS, 2005, p. 53). Destarte, o discurso é uma narrativa enriquecida por todas essas escolhas do sujeito da enunciação, que sinalizam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia (cf. BARROS,

¹⁴ A práxis enunciativa administra a presença das particularidades discursivas no campo do discurso: ela convoca ou invoca no discurso os enunciados que compõem o campo. [...] Ela recupera formas esquematizadas pelo uso ou, ainda, estereótipos e estruturas cristalizadas. Ela as reproduz tais como são ou as desvirtua e lhes fornece novas significações. Ela também apresenta outras formas e estruturas [...] (FONTANILLE, 2007, p. 271 - 272).

2005, p. 53). O sujeito da enunciação visando os efeitos de sentidos que deseja produzir o realiza diversas escolhas para elaborar o discurso, ou seja, os esquemas narrativos são assumidos pelo sujeito da enunciação que realiza escolhas tanto de pessoa, quanto de tempo e espaço, transformando a narrativa em discurso.

Barros (2012) ao tratar da relação intersubjetiva entre enunciador e enunciatário, diferencia a relação entre máquinas da relação entre homens:

Ao contrário do que ocorre nas relações entre máquinas, na comunicação entre homens, os sujeitos envolvidos não são lugares vazios, e sim casas cheias: de valores, de projetos, de aspirações, de desejos, de modos diferentes de ver o mundo. Com base nesses elementos, procura-se, **em toda relação de comunicação, convencer o outro de alguma coisa, persuadi-lo, levá-lo a acreditar em algo e fazer o que se quer que ele faça** (BARROS, 2012, p. 28, grifo nosso).

No que tange às relações entre enunciador e enunciatário, quando se produz um enunciado para comunicar a alguém, o enunciador realiza um fazer persuasivo, quer dizer, objetiva levar o enunciatário a aceitar o que está sendo comunicado à medida que o enunciatário realiza um fazer interpretativo. Para exercer a persuasão, o enunciador utiliza-se de um conjunto de procedimentos argumentativos¹⁵, que são parte constitutiva das relações entre o enunciador e o enunciatário (cf. FIORIN, 1989, p. 57), visto que a persuasão somente se realiza com a adesão do enunciatário às proposições que lhe são feitas, ou seja, “um discurso será verdadeiro quando for interpretado como verdadeiro” (BARROS, 2005, p. 64), o fundamental é o fazer parecer verdadeiro mesmo quando a realidade não confere com a que é dita no discurso.

Relevante destacar que “tanto a persuasão do enunciador quanto a interpretação do enunciatário se realizam no e pelo discurso” (BARROS, 2005, p. 60). Assim, na instância da enunciação se estabelece relações entre o enunciador (fazer persuasivo) e o enunciatário

¹⁵ A argumentação é qualquer mecanismo pelo qual o enunciador busca persuadir o enunciatário a aceitar seu discurso, a acolher o simulacro de si mesmo que cria no ato de comunicação (cf. Fiorin, 1995, p. 172).

(fazer interpretativo), visto que enunciador e enunciatário são desdobramentos do sujeito da enunciação.

O Enunciador e o enunciatário são desdobramentos do sujeito da enunciação que cumprem os papéis de destinador e de destinatário do discurso. O enunciador define-se como o destinador-manipulador responsável pelos valores do discurso e capaz de levar o enunciatário a crer e a fazer. A manipulação do enunciador exerce-se como um fazer persuasivo, enquanto ao enunciatário cabe o fazer interpretativo e a ação subsequente (BARROS, 2005, p. 60).

No fazer persuasivo está na tentativa de levar o outro a autenticar um determinado dizer. De acordo com Fiorin (2005),

todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. Por isso, ele é sempre persuasão (FIORIN, 2005, p. 75).

No jogo de persuasão, o enunciador utiliza-se de certos procedimentos argumentativos com a pretensão de levar o enunciatário a admitir como certo o sentido produzido (cf. FIORIN, 1995, p. 75). Segundo Barros (2005) os dispositivos empregados na produção do discurso servem de mecanismos, meios de persuasão utilizados pelo enunciador para convencer o enunciatário da “verdade”¹⁶ do seu texto, uma espécie de validação textual. Desse modo, dentre as possibilidades existentes, “o sujeito da enunciação faz uma série de opções para projetar o discurso, tendo em vista os efeitos de sentido que deseja produzir” (cf. BARROS, 2005, p. 54). Ainda, de acordo com Barros (2005, p. 54) estudar as estratégias discursivas, as “projeções da enunciação é, por conseguinte, verificar quais são os

¹⁶ Interessante destacar que a verdade, conforme a teoria semiótica é “um efeito de sentido (um parecer verdadeiro)” assim, “sua produção advém de uma ação de ‘fazer parecer verdadeiro’, isto é, do emprego pelo enunciador de recursos que levam a verossimilhança do discurso a ser aceita pelo enunciatário como verdadeira, a partir do acordo tácito, ‘em confiança’, que se instaura entre eles no discurso” (SOBRAL, 2005, p. 126).

procedimentos utilizados para constituir o discurso e quais os efeitos de sentido fabricados pelos mecanismos escolhidos”.

Assim, a análise discursiva com o estudo das projeções enunciativas compreende que as distintas formas de projetar a enunciação no enunciado criam infintos efeitos de sentido e direcionam a interpretação do sujeito leitor, visto que a relação entre enunciador e enunciatário prevê uma fidelização do enunciatário fundamentada na confiança depositada por este no enunciador, por meio das estratégias usadas pelo enunciador para conquistar o enunciatário.

2.2.2 Debreagem e embreagem

Como vimos anteriormente, a enunciação está diretamente relacionada ao percurso gerativo do sentido, uma vez que, é uma instância constitutiva do enunciado mediando as estruturas semióticas virtuais (nível fundamental e narrativo) e realizadas (nível discursivo). O enunciador e o enunciatário são participantes fundamentais na construção discursiva, posto que, o enunciado é resultado da enunciação. Conforme Fiorin (2004, p. 16) a enunciação é “a instância que povoa o enunciado de pessoas, de tempos e de espaços”:

A enunciação define-se como a instância de um *eu-aqui-agora*. O *eu* é instaurado no ato de dizer: *eu* é quem diz *eu*. A pessoa a quem o *eu* se dirige é estabelecida como *tu*. O *eu* e o *tu* são os actantes da enunciação, os participantes da ação enunciativa. Ambos constituem o sujeito da enunciação, porque o primeiro produz o enunciado e o segundo, funcionando como uma espécie de filtro, é levado em consideração pelo *eu* na construção do enunciado. O *eu* realiza o ato de dizer num determinado tempo e num dado espaço. [...] *Aqui* é o espaço do *eu*, a partir do qual todos os espaços são ordenados [aí, lá etc]; *agora* é o momento em que o *eu* toma a palavra e, a partir dele, toda a temporalidade linguística é organizada (FIORIN, 2005, p. 56)

Assim, nas relações discursivas o enunciador passa a informação para o enunciatário, objetivando convencê-lo, persuadi-lo a aceitar seu ponto de vista. Para tanto, de acordo com Barros (2005, p. 54) o sujeito da enunciação “faz uma série de opções para projetar o discurso, tendo em vista os efeitos de sentido que deseja produzir”. As escolhas realizadas pelo sujeito da enunciação partindo dos efeitos de sentidos que pretende alcançar são produzidas por dois procedimentos básicos chamados de *debreagem* e de *embreagem*.

A *debreagem* define-se como o distanciamento do sujeito, do lugar e do tempo da enunciação, ou seja, é a operação que o sujeito da enunciação projeta para fora da enunciação, “desprende” do sujeito, do espaço e do tempo, para permitir a constituição do discurso no enunciado um *não-eu*, *não-aqui* e *não-agora*, produzindo efeitos de sentido intencionados pelas escolhas de projeção do discurso. De acordo com Fiorin (2008, p. 25) “é a colocação fora da instância da enunciação da pessoa, do espaço e do tempo do enunciado”.

Para Greimas e Courtés (2008, p. 95), a *debreagem* é a “operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si, no ato de linguagem, e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso”.

A *embreagem* segundo Greimas e Courtés (2008, p. 141), é “o efeito de retorno à enunciação, produzido pela suspensão da oposição entre certos termos da categoria da pessoa e/ou do espaço e/ou tempo, bem como pela denegação da instância do enunciado”, isto é, o efeito é o inverso da *debreagem*, é simulado um retorno à enunciação ao neutralizarem-se as categorias de pessoa, tempo e/ou espaço e pela denegação do enunciado. Por exemplo, no caso de uma *embreagem* actancial neutraliza-se a categoria de pessoa ao empregar “ele” no lugar de “eu”, obtendo-se, assim, um “efeito de identificação entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação” (FIORIN, 2002, p. 48).

Como já mencionado tanto a debreagem como a embreagem concerne às três categorias da enunciação: actancial, temporal e espacial. E ambas são divididas em dois tipos: enunciativa e enunciva. De acordo com Fiorin (2006, p. 89) “com as debreagens enunciativas e enuncivas criamos a ilusão de que as pessoas, os espaços e os tempos inscritos na linguagem são decalques das pessoas, dos tempos e dos espaços do mundo”. Interessante ressaltar que o ato embreante presume uma debreagem, conforme Greimas e Courtés (2008, p. 160), “é impossível conceber a embreagem total; ela equivaleria a apagar toda marca do discurso, seria a volta ao ‘inefável’”.

As marcas da enunciação na debreagem enunciativa encontram-se presentes no enunciado ao instalar um *eu-aqui- agora*, os actantes (eu/tu), o espaço (aqui) e o tempo (agora) da enunciação, enquanto na enunciva, a instalação de um *ele-alhures-então*, os actantes (ele/eles), o espaço (alhures) e o tempo (então), oculta os actantes e instaura um tempo e espaço diferentes em relação ao momento da enunciação.

Segundo Barros (2003, p. 204) “o nível discursivo tem como principais características descrever o tempo, o espaço, e as pessoas instaladas no discurso, por meio dos dispositivos de debreagem”. Desse modo, o enunciador do texto, ao temporalizar, espacializar e actorializar o discurso produz também efeitos de sentido de aproximação e de distanciamento.

Por meio da debreagem enunciativa o sujeito da enunciação projeta um *eu-aqui- agora*, produz um discurso em primeira pessoa simulando o espaço e tempo em que o discurso é enunciado, configurando-se como um exemplo de *enunciação enunciada*, isto é, existem marcas da enunciação no enunciado, um “conjunto de marcas, identificáveis no texto, que remetem à instância da enunciação” (FIORIN, 1996, p. 36), mantendo uma relação de aproximação com relação à enunciação e criando o efeito de sentido de subjetividade.

Na debreagem enunciativa é projetado pelo o sujeito da enunciação um *ele-alhures-então*, produzindo um discurso em terceira pessoa, além de um espaço e tempo não coincidente ao da enunciação, configurando-se um *enunciado enunciado*, visto que os traços enunciativos são ocultados no discurso, há a eliminação das marcas de enunciação do texto mantendo uma relação de distanciamento com relação à enunciação produzindo o efeito de sentido de objetividade.

Logo, podemos dizer que os procedimentos de actorialização, temporalização e espacialização instaurados no texto por meio de debreagens são responsáveis por projetar o discurso de diferentes formas, produzindo assim, efeitos de sentido distintos.

Além do uso das debreagens enunciativa e enunciva, há também o emprego de debreagens internas ou debreagens de 2º grau, isto é, quando se concede voz aos interlocutores e cria a ilusão de um diálogo real dentro do discurso, delega uma projeção de segundo grau ao abrir espaço para a voz de um actante no texto. Explica Fiorin (2002, p. 45):

Trata-se do fato de que um actante já debreado, seja ele da enunciação ou do enunciado, se torna instância enunciativa, que opera, portanto, uma segunda debreagem, que pode ser enunciativa ou enunciva. É assim, por exemplo, que se constitui um diálogo: com debreagens internas, em que há mais de uma instância de tomada da palavra. Essas instâncias subordinam-se umas às outras: o *eu* que fala em discurso direto é dominado por um *eu* narrador que, por sua vez, depende de um *eu* pressuposto pelo enunciado. **Em virtude dessa cadeia de subordinação, diz-se que o discurso direto é uma debreagem de segundo grau** (FIORIN, 2002, p. 45, grifo nosso).

Assim, o discurso direto é por si, a consequência de uma debreagem interna com a finalidade de inserir uma citação em discurso direto que comprova o ponto de vista defendido, a informação transmitida pelo enunciador – a fala do interlocutor em discurso direto auxilia o enunciador imprimindo uma ilusão de verdade ao discurso. Segundo Fiorin (2002, p. 75), o discurso direto tem a propriedade “de criar um simulacro da enunciação no enunciado, dando ao texto um efeito de realidade”, verdade.

No discurso indireto não há uma debragem interna, o enunciador transmite as informações, passa o conteúdo por meio de suas próprias formas de dizer, como explica Fiorin (2002, p. 75):

[...] o que significa que o discurso citado está subordinado à enunciação do discurso citante. Não há dois *eu*, mas há uma fonte enunciativa que não diz *eu* (locutor), responsável por parte da enunciação de um *eu*. (...) Como há uma única enunciação, todos os traços enunciativos da enunciação desse interlocutor, que foi subordinada à enunciação do narrador, e que, assim, tornou-se um locutor são apagados. Dessa forma, os embreantes são referidos à situação de enunciação do discurso citante (FIORIN, 2002, p. 75).

Podemos dizer que o discurso indireto comparado ao discurso direto não produz o mesmo efeito de veracidade e realidade, uma vez que, como o discurso citado aparece interpretado e incorporado no discurso do enunciador, é minimizado o aparente efeito de verdade, logo, sobressaindo a subjetividade e o julgamento deste.

Interessante ressaltar que os recursos utilizados para introduzir a voz do outro, como o uso do discurso direto e indireto, dando voz aos interlocutores, a fim de garantir a confiança do leitor e de dar maior credibilidade ao discurso, explícita, inclusive, além dos efeitos de sentido causados no uso dos procedimentos, a criação da ilusão de o enunciador ser um simples mediador entre a fonte, o conteúdo e o público.

Desse modo, os mecanismos como debragem, embreagem, *enunciação enunciada*, *enunciado enunciado* produzem diferentes efeitos de sentido no discurso cuja função preponderante é persuadir, convencer o outro a aceitar como verdadeiro o que está sendo comunicado, informado. Assim, o enunciador ao fazer uso desses diferentes mecanismos, dentre outras estratégias discursivas, tem como propósito conduzir a interpretação do enunciatário para um determinado ponto de vista, como também validar, reforçar o que está sendo exposto, divulgado, publicado.

3. PRODUTOS DE DIVULGAÇÃO

No segundo capítulo abordamos os pressupostos teóricos-metodológicos que delineiam e fundamentam a nossa análise, norteados pelos conceitos das autoras Jaqueline Authier-Revuz e Eni Orlandi acerca do discurso de divulgação científica e do fazer persuasivo na esfera do percurso gerativo do sentido, mais especificamente as relações entre enunciador e enunciatário e os mecanismos de persuasão conduzidos pela Semiótica Discursiva.

Conforme já mencionado anteriormente, Joaquim Mattoso Câmara Júnior desenvolveu uma extensa e proficiente atividade no campo dos estudos da linguagem e das ideias linguísticas, se ocupando, de modo específico, dos estudos linguísticos realizados no Brasil. Ao longo de sua carreira o linguista, constantemente, demonstrava a sua preocupação em divulgar a ciência linguística (cf. UCHÔA, 2004), evidenciado, por exemplo, em seus textos de divulgação científica publicados no *Correio da Manhã* e na *A Cigarra Magazine*. Destarte, neste capítulo apresentamos e delimitamos o *corpus* do nosso estudo, ou seja, os textos de divulgação científica de Mattoso Câmara publicados no jornal *Correio da Manhã* em 1934 e na revista *A Cigarra Magazine* entre os anos de 1957 a 1960.

3.1 Com a palavra, Mattoso Câmara Jr.

3.1.1 O Correio da Manhã

Fundado por Edmundo Bittencourt, o jornal *Correio da Manhã* teve sua primeira edição em 15 de junho de 1901, na cidade do Rio de Janeiro. É considerado um dos mais importantes jornais brasileiros do século XX, tendo-se sempre destacado como um “jornal de

opinião”, isento de qualquer tipo de compromisso partidário, veículo introdutor de uma ética própria e de refinamentos textuais que se transformaram na sua marca, surgindo em um momento em que o jornalismo carioca era acusado de estar, em grande parte, a serviço do governo, sem independência e sem voz. O jornal apresentava-se como o defensor do direito do povo, de seu bem-estar e de suas liberdades, abordava questões de diversas áreas, principalmente no âmbito da política, sendo referência em sua época, colocando-se no centro das discussões políticas do Brasil.

O periódico identificava-se com a classe média do Rio de Janeiro. Presente em uma época em que a imprensa fazia sempre o jogo do poder primava por seu caráter independente, liberal e doutrinário, dentro de uma linha editorial combativa. O *Correio da Manhã* sempre se posicionava a favor de medidas modernizadoras e contra as oligarquias que, aliadas às forças governamentais, bloqueava, na opinião do jornal, o acesso do povo a alguns de seus direitos fundamentais.

Em 1969, o jornal foi arrendado à Editora Comunicações Sistemas Gráficos de propriedade de Maurício Nunes de Alencar e acabou extinto, definitivamente, em julho de 1974.

A galeria das personalidades mais conhecidas do jornalismo era, de modo geral, a mesma das personalidades mais conhecidas da política e da literatura.

Em sua trajetória, o *Correio da Manhã* contou com contribuições de brasileiros de diferentes campos, como Rui Barbosa, José Veríssimo, Artur Azevedo, Afonso Celso, Medeiros e Albuquerque, Evaristo de Moraes, Carlos de Laet, Antonio Salles, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Joaquim Mattoso Câmara Júnior, Carlos Lacerda, Aurélio Buarque de Holanda, Franklin de Oliveira, Antônio Callado, Rubem Braga, Carlos Heitor Cony, Otto Maria Carpeaux, Nelson Rodrigues, Oswaldo Peralva, Fernando Pedreira,

Márcio Moreira Alves, Paulo Francis, Newton Carlos, Paulo de Castro, Haroldo de Campos, Augusto de Campos, Decio Pignatari, Oliveira Bastos, entre outros.

Segue abaixo a Primeira Página do *Correio da Manhã*, publicado no dia 1 de fevereiro de 1934, com diversos destaques e fatos políticos que precediam o conteúdo interno do jornal.

No decorrer do ano de 1934, Mattoso Câmara publicou uma série de artigos de divulgação no periódico carioca *Correio da Manhã*. Os artigos fazem parte de um conjunto de textos intitulados de *Pequenas Lições de Português*, dedicados ao estudo da língua portuguesa. Conforme Uchôa (2004), Câmara desde cedo demonstrou atenção didático-pedagógica com a descrição do português, isto foi documentado com a produção dessa série didática.

Os artigos têm, particularmente, o objetivo de informar não somente as teorias linguísticas estruturalista e antropológica (algumas das teorias linguísticas as quais Mattoso Câmara se filiava) e contribuir com a formação dos professores de língua portuguesa do ensino secundário, mas também propiciar a divulgação da pesquisa linguística brasileira da época. Os textos em *Pequenas Lições de Português* tratam de temas desde os estudos filológicos até a alfabetização indígena: reportam ao uso da língua; apresentam explicações etimológicas, exemplos do uso do português no cotidiano, ou em obras literárias; possuem clareza de vocabulário, entre outros fatores que confirmam a razão de as produções de Mattoso Câmara serem, constantemente, enaltecidas. Ao final de cada exemplar é assinado pelo pesquisador somente com a inicial ‘C’ de Câmara.

Sobre o trabalho de Mattoso Câmara no jornal, Leite (2004) disserta que o linguista prezava observar o não observado, de falar sobre temas pouco discutidos, “de fazer dos fatos corriqueiros da linguagem um objeto de reflexão” (LEITE, 2004, p. 12).

Trata de um tema tradicional e ao gosto da época (1934): o uso de latinismos na linguagem burocrática. E já aí seu espírito inovador se revela, pois argumenta pelo aporuguesamento de formas latinas como memorandum, memoranda, denunciando o pretense latinismo considerandum, posicionando-se contra o pedantismo e falsa cultura dos burocratas. A esse artigo seguiram-se vários outros, numa constância periódica, também marcante em sua vida, todos fazendo parte da seção Pequenas Lições de Português, publicada no *Correio da Manhã*, durante o ano de 1934. O rol de temas tratados nos mostra outra constante de sua produção: o gosto pela minudência, de observar o pouco observado, de fazer dos fatos corriqueiros da linguagem um objeto de reflexão (LEITE, 2004, p. 12).

Dispusemos a seguir os títulos dos exemplares reunidos para o nosso estudo das lições que Mattoso Câmara escreveu no jornal *Correio da Manhã*:¹⁷

- 1) Exemplar de 25 de Janeiro de 1934, página 8.¹⁸

Pequenas Lições de Portuguez, Alguns exemplos expressivos. Edição 12012.

Mattoso Câmara reproduz uma carta destinada à redação do jornal *Correio da Manhã*, no entanto não revela o remetente. São abordadas questões acerca dos vocábulos ‘memorando’ e ‘considerando’.

- 2) Exemplar de 1 de Fevereiro de 1934, página 7.

Pequenas Lições de Portuguez. Edição 12018.

Câmara discorre a peculiaridade da língua portuguesa no Brasil na década de 30 sobre a “tendência a ampliar as funções da preposição ‘em’ [...] em detrimento da preposição ‘a’”; ensinando a partir de exemplos quando usar na escrita a preposição ‘em’ ou ‘a’.

- 3) Exemplar de 6 de Fevereiro de 1934, página 2.

Pequenas Lições de Portuguez. Edição 12022.

O pesquisador discute a respeito da abundância de vocábulos designativos dos ‘amigos do alheio’ (gíria para ladrão) na língua portuguesa, elencando sinónimas como: ‘larapio’, ‘alicantineiro’, ‘trapaceiro’, ‘velhaco’, ‘embusteiro’, ‘caloteiro’, entre outros. E

¹⁷ Optamos por manter os títulos com a ortografia original da época.

¹⁸ Para cada uma das produções intelectuais de Joaquim Mattoso Câmara Júnior reunidas para o nosso estudo apresentamos, respectivamente, um sucinto texto referente ao conteúdo divulgado pelo pesquisador.

também explica sobre o “condenável neologismo ‘scroc’” que alguns jornais da época integraram na língua.

- 4) Exemplar de 9 de Fevereiro de 1934, página 3.

Pequenas Lições de Portuguez. Edição 12025.

É desenvolvido um esclarecimento acerca da frase: “as lages de granito que pavezam aquele logradouro público”, mais especificamente da expressão ‘pavezam’, publicada em um comunicado telegráfico a propósito dos distúrbios (manifestações) de Paris, do ano de 1934, concluindo Câmara de forma objetiva: “Lages de granito que pavimentam aquele logradouro público, é frase que se lê e se entende”.

- 5) Exemplar de 16 de Fevereiro de 1934, página 2.

Pequenas Lições de Portuguez. Alguns exemplos expressivos: “inconteste”. Edição 12030.

No artigo é abordado por Câmara a questão do “novel vocábulo ‘inconteste’”, argumentando não haver um motivo aceitável para a adoção desse vocábulo em vez de ‘incontestado’, já que não tem raízes na língua cotidiana. Segundo o autor há, ao contrário, razões para extingui-lo: “Sob o aspecto da propriedade da linguagem, a consequência é a confusão de dois conceitos distintos, nitidamente interpretados pelos vocábulos já existentes – ‘incontestado’ e ‘incontestável’”.

- 6) Exemplar de 25 de Fevereiro de 1934, página 2.

Pequenas Lições de Portuguez, Alguns enganos expressivos: “revisar”. Edição 12038.

Câmara disserta sobre o neologismo *revisar* da crônica política veiculada em um jornal da época: “a comissão dos vinte e seis vai *revisar* o projeto da Constituição”, ressaltando que tal expressão associa morfologicamente com outro verbo, no caso ‘*visar*’. Observa que “*revisar*, para fazer *revisão*”, seria o único neologismo morfologicamente aceitável, porém a sua existência não teria ainda uma justificativa plausível.

7) Exemplar de 7 de Março de 1934, página 2.

Pequenas Lições de Portuguez, Um equivoco de tres “caturras”. Edição 12046.

É explanado pelo linguista questões relacionadas ao vocábulo ‘*desapercebido*’. Câmara desenvolve uma objetiva explicação para afirmar que ‘*desapercebido*’, ‘*desprevenido*’ apenas pode denotar ‘*desaparelhado*’, visto que ‘*apercebida*’ quer dizer ‘*aparelhada*’.

8) Exemplar de 14 de Março de 1934, página 2.

Pequenas Lições de Portuguez, A proposito de “estadia”. Edição 12052.

Câmara escreve a respeito do aparecimento de ‘*tomadia*’ e ‘*estadia*’ ao lado de ‘*tomada*’ e ‘*estada*’, ressaltando que ‘*estada*’ pode ser aplicada em qualquer caso, tanto como termo especial marítimo, quanto na língua de modo geral, como sucede com ‘*chegada*’ e ‘*partida*’, dispensando assim o ‘*estadia*’, pela mesma razão de não ter a necessidade de ‘*chegadia*’ e ‘*partidia*’.

9) Exemplar de 15 de Março de 1934, página 2.

Pequenas Lições de Portuguez, Futebol. Edição 12053.

No artigo Mattoso Câmara discorre sobre a não aceitação de grafar o vocábulo ‘futebol’ – do inglês *football* – na língua portuguesa: “Cumpre considerar ainda que suprimir ou mudar letras na representação de um vocábulo estrangeiro não é aportuguesá-lo [...]”. Para o pesquisador, *football* não poderia ser aportuguesado, como é o caso da expressão, por exemplo, *habeas-corpus*.

10) Exemplar de 22 de Março de 1934, página 2.

Pequenas Lições de Portuguez, Um erro de prosodia: “espírita”. Edição 12059.

Câmara explica sobre o vocábulo ‘espírita’: “[...] que se designam entre nós os adeptos do espiritismo, provém de francês *spirite*, que é adaptação um tanto arbitrária de latim ‘spiritus’”. De acordo com o ele o efeito do surgimento do ‘espírita’ é o mesmo que se estivesse criado um derivado de ‘espírito’ com o sufixo ‘ita’. No entanto, argumenta que não se pode admitir que o vocábulo seja deturpado por um erro grosseiro de acentuação.

11) Exemplar de 30 de Março de 1934, página 2.

Pequenas Lições de Portuguez, A significação do vocabulo “conductor”. Edição 12066.

O texto aborda a respeito da palavra ‘conductor’: a pertinência da questão decorre pelo fato de algumas pessoas se surpreenderem quando leem nos jornais o emprego de ‘conductor’ para designar certa classe de funcionários no serviço de bondes; não somente aplicável ao motorista, quem conduz o veículo. Segundo Câmara, tanto ‘conduzir’ como ‘dirigir’ não tem apenas um valor especial e concreto: “[...] portanto, a ‘conductor’ da mesma sorte que a ‘diretor’, cabe significações mais geral e mais ampla”.

12) Exemplar de 4 de Abril de 1934, página 2.

Pequenas Lições de Portuguez, “Opiniões desencontradas”. Edição 12070.

Câmara disserta acerca da expressão ‘opiniões desencontradas’. De acordo com o pesquisador o verbo ‘encontrar’ significa principalmente ‘colidir’, – seguindo com a sua proveniência da preposição ‘contra’–, e em sentido figurado, ‘contrariar’. A acepção do adjetivo ‘encontrado’, como por exemplo, leis encontradas, opiniões encontradas, definem como opostas, contraditórias, concluindo na não necessidade do prefixo ‘des’.

13) Exemplar de 8 de Abril de 1934, página 10.

Pequenas Lições de Portuguez, A conjugação do verbo “pôr”. Edição 12074.

Mattoso Câmara explica a conjugação do verbo ‘pôr’, considerando injustificável, no estudo da morfologia portuguesa, classificá-lo em uma quarta conjugação (verbos terminados em ‘-or’). Argumenta: “[...] em ‘pôr’ a desinência é ‘r’ sem vogal. É um infinitivo irregular que não indica nitidamente a conjugação do verbo; indicam-na, porém, outras formas características – ‘põe’, ‘pusera’, ‘pusesse’, ‘puser’, onde figura a vogal típica da 2ª conjugação”.

14) Exemplar de 20 de Abril de 1934, página 2.

Pequenas Lições de Portuguez, Regimen ou regime? Edição 12084.

O pesquisador disserta acerca dos vocábulos ‘regimen’ e ‘regime’: “Há preliminarmente que observar que as duas formas existem na língua tanto de Portugal como do Brasil [...]”, explicando que havendo a grafia e pronúncia ‘regime’ na língua portuguesa é preferível adotá-la, no entanto, ‘regimen’ não é um desacerto. Outros pontos são

abordados no artigo como, por exemplo, a etimologia do vocábulo e se ‘regimen’ é escrito com ‘n’ ou ‘m’ no final da palavra.

15) Exemplar de 22 de Abril de 1934, página 5.

Pequenas Lições de Portuguez, A proposito de uma “chapa” literaria. Edição 12086.

No artigo Câmara aborda sobre o vocábulo ‘abencerrage’, explanando que ‘abencerrage’ resulta do próprio étimo árabe: ‘aben as-serraj’, isto é, o filho do seleiro: “Popularizou-se assim a locução – ‘o último dos Abencerrages’ [...] para todo defensor isolado de uma causa, política ou literária, extinta”. Segundo o autor, é importante respeitar a integridade do vocábulo, ou seja, não usá-lo em separado, e sim toda a expressão.

16) Exemplar de 5 de Maio de 1934, página 2.

Pequenas Lições de Portuguez, Idólatra e alcoolátra. Edição 12097.

É abordado no artigo sobre o vocábulo ‘idólatra’: a deslocação prosódica ‘i-dó-la-tra’ foi motivada por falhas de associações de ideias com vocábulos como ‘cátedra’, em que a penúltima sílaba seguida por uma consonantal oclusiva e ‘r’ era pronunciada de forma longa e tônica na fala popular. Conforme Câmara, tais enganos cometidos com esse vocábulo foi denominado por alguns antigos latinistas como ‘liberdade poética’.

17) Exemplar de 7 de Maio de 1934, página 2.

Pequenas Lições de Portuguez, Regimen ou Regime? (Synopsis da questão). Edição 12107.

Mattoso Câmara discorre sobre a polêmica questão, conforme o próprio autor afirma, da ortografia correta: ‘regimen’ ou ‘regime’. À vista disso, Câmara apresenta algumas considerações sobre o vocábulo, como por exemplo: ‘regime’, sem ‘n’, existe no português do Brasil; “havendo a forma ‘regime’, sem ‘n’, deve ser preferida, pois evita essa deturpação [...]; ‘regime’, sem ‘n’, não é erro, mas está, ao contrário, de pleno acordo com a evolução fonética do idioma”.

18) Exemplar de 26 de Maio de 1934, página 2.

Pequenas Lições de Portuguez, A proposito da etymologia de idolo. Edição 12115.

O pesquisador elucida sobre a etimologia do vocábulo português ‘idolo’ (proparoxítone) em confronto com a forma clássica latina ‘idolum’ (paroxítone): “[...] ‘idolum’, importado do grego [...], veio numa época em que o jogo das vogais longas e breves imperava no ritmo da língua e subordinava a si as regras da tonicidade. Ora, o étimo grego, que tinha a penúltima sílaba longa [...], deu espontaneamente um paroxítono em latim [...]”. Segundo Câmara, o Cristianismo trouxe relevante acervo de termos gregos para a língua latina, assim ‘idolum’ ganhou vulgarização e consolidou-se, porém, o clássico paroxítono ‘idolum’ não ficou significativo à literatura, e sim uma nova importação do grego ‘eídon’.

19) Exemplar de 15 de Junho de 1934, página 8.

Pequenas Lições de Portuguez, O Ensino do tupy. Edição 12132.

Câmara disserta a respeito da criação da disciplina Tupi-Guarani na Universidade de São Paulo. De acordo com o pesquisador, o tupi não pode ser emparelhado com o latim no ensino das humanidades, pois não interessa como estudo subsidiário da gramática

histórica brasileira. Não se pode confundir gramática histórica com etimologia vocabular; o tupi é imprescindível para a análise do léxico do Brasil que provém dele, como é imprescindível o estudo do grego, do árabe, do turco etc.

20) Exemplar de 22 de Julho de 1934, página 3.

Pequenas Lições de Portuguez, Porquê “Quatriennio”?. Edição 12164.

Câmara aborda sobre a questão da expressão ‘quatriênio presidencial’: “[...] ouve-se e lê-se a cada passo a expressão [...], quando, na realidade, o que existe em português, legítima e corretamente, é ‘quadriênio’ (com ‘d’) [...]”. Segundo o linguista o erro surge pela ilegítima associação com o vocábulo ‘quatro’; o número ‘quatro’ em latim partiu com efeito de uma variante ‘quadrus’, com ‘d’, e não de ‘quattuor’, no português ‘quatro’.

21) Exemplar de 18 de Agosto de 1934, página 3.

Pequenas Lições de Portuguez, Um neologismo abstruso: “brasilidade”. Edição 12187.

O artigo aborda acerca do vocábulo ‘brasilidade’. “Guiou-se provavelmente quem primeiro o empregou, pelos substantivos ‘habilidade’, ‘agilidade’ [...] sem atentar em que radical desses vocábulos só tem com ‘brasilidade’ analogia fonética e não morfológica, ou de sentido”. Conforme Câmara, muitos empregam o vocábulo ‘brasilidade’ para designar amor à terra brasileira e sentimento de união entre os estados, o que melhor representaria por ‘patriotismo’, “ou, a se teimar em preferir um termo especial, por ‘brasileirismo’”.

22) Exemplar de 22 de Agosto de 1934, página 7.

Pequenas Lições de Portuguez, A etymologia de “escapar”. Edição 12190.

No artigo o linguista explana acerca dos vocábulos ‘capa’ e ‘escapar’, dissertando que ‘capa’ existiu do latim vulgar ‘cappa’, com dois ‘p’, o que explica a expressão ‘capa’ em português que possui o ‘p’ simples latino entre vogais. Desse vocábulo derivou-se o verbo ‘excapar’, com o prefixo ‘ex’ e a significação literal de ‘tirar a capa’: “gesto naturalíssimo, para a liberdade de movimentos, em quem foge; donde a significação translata de ‘fugir’ e finalmente ‘salvar-se’”.

23) Exemplar de 29 de Agosto de 1934, página 8.

Pequenas Lições de Portuguez, Agua “fervendo” ou “fervente”? Edição 12196.

Câmara disserta sobre as expressões: ‘água fervendo’ e ‘água fervente’: “Muitos gramáticos têm em prevenção a fórmula ‘água fervendo’, natural e espontânea na língua cotidiana, e aconselham ‘água fervente’ em nome da “boa linguagem””. Conforme o pesquisador, ‘fervendo’ não é evidentemente um adjetivo, pois não comporta sequer as noções de gênero e número, é um adjetivo verbal que exprime junto de um substantivo, ‘estados verbais em manifestação’, como nos casos das locuções ‘a ferver’, ‘a correr’. ‘a brilhar’ etc. Objetivando: “‘Água fervendo’ caracteriza-se e legitima-se, pois, na mesma ordem de ideias que nos faz dizer – ‘água a ferver’”.

24) Exemplar de 9 de Setembro de 1934, página 8.

Pequenas Lições de Portuguez, A Expressão Popular: “Menino levado”. Edição 12206.

No artigo é exposto a respeito da expressão ‘levar a breca’. De acordo com Câmara ‘levar a breca’ tornou-se um equivalente puro e simples de ‘perder-se’, “esvaindo-se a responsabilidade do diabo”. O mesmo aconteceu em relação à locução adjetiva ‘levado da breca’, em que a nome ‘breca’, sujeito psicológico do particípio passivo ‘levado’, vem regido da preposição ‘de’ em vez de ‘por’, explicando: “‘Menino levado’, ‘criança levada’ foram às fórmulas resultantes dessa evolução gradual e integral de ideias”.

25) Exemplar de 15 de Setembro de 1934, página 12.

Pequenas Lições de Portuguez, “Romancismo” ou “Romancista”. Edição 12211.

No artigo Câmara explana sobre as palavras ‘romancismo’ e ‘romancista’ que designam, respectivamente, o estudo das línguas neolatinas e os linguistas que a essa tarefa se dedicam. De acordo com o linguista, os termos ‘romance’ ou ‘romanzo’, só podem resultar em português ‘romancismo’ e ‘romancista’: “O que indevidamente figura em regra em seu lugar, explica-se com tradução infeliz do ‘romanisme’ e ‘romaniste’ do francês, onde ao português ‘romance’ corresponde ‘roman’, também relacionado, mas indiretamente, ao latim ‘romanice’”. Poderia, talvez, rejeitar ‘romancista’ já que se usa com o valor de ‘romancista’ ou ‘escritor de ficção’, mas ambos “os sentidos do vocábulo podem coexistir sem inconvenientes, dada a absoluta diversidade semântica”.

26) Exemplar de 07 de dezembro de 1934, página 6.

Pequenas Lições de Portuguez, “A dupla negação”. Edição 12282.

Câmara explica a respeito da ‘dupla negativa’ na língua portuguesa, como, por exemplo, é demonstrado nos excertos de Machado de Assis: “Os silêncios dos últimos dias que

‘não’ descobriam ‘nada’, agora os sentia como sinais de alguma coisa”; “Havia já cinco minutos que ‘nenhum’ deles dizia ‘nada’”. Conforme o linguista, alguns autores são contra a dupla negação, entretanto em português não ocorre uma regra ampla, como se verifica em inglês, argumentando que a confusão gerada em torno de frases, como ‘não descobriram nada’, parece associar-se a um velho princípio da gramática latina, de que duas negações se excluem e resultam em uma afirmação. Todavia, tal princípio não tem eficiência em português para o caso de negações sintáticas.

3.1.2 *A Cigarra Magazine*

Fundada pelo jornalista Gelásio Pimenta, a revista *A Cigarra Magazine* foi publicada pela primeira vez em 1914, em São Paulo. Era um periódico relacionado com as diversas transformações culturais ocorridas no início do século XX, “fazendo crer que a imprensa aparecia como uma consequência da modernidade na cidade de São Paulo” (MATOS, 2008, p. 2).

Em 1936, *A Cigarra* passou a ser propriedade da Empresa Gráfica *O Cruzeiro*, parte do grupo de comunicação Diários Associados, formado na década de 1920 por Assis Chateaubriand. Assim, a revista começou a ser editada no Rio de Janeiro até 1975, quando foi extinta (cf. Azevedo, 2002). Do grupo, integravam ainda uma cadeia de jornais, revistas infantis, a revista semanal *O Cruzeiro*, agências de notícias, emissoras de rádio e, com o passar do tempo, a TV Tupi, seguida de outras estações televisivas.

A Cigarra era uma revista direcionada ao universo feminino. Em pouco tempo de circulação a revista ganhou espaço e alcançou o patamar de uma das revistas femininas mais vendidas no Brasil.

Conforme Azevedo (2002), a revista voltava-se para um público formado por mulheres da cidade e de classe média e incentivava sua participação social ativa. Azevedo (2002, p. 3), sobre a observação dos primeiros anos de circulação da revista, diz que no periódico havia “a inclinação ao ‘bom feminismo’ que conclamava as mulheres a participarem de maneira mais ativa para a formação da cidadã brasileira, cuja tarefa essencial e verdadeira missão era a de formar os cidadãos do futuro, [...]”. Foi um dos veículos que participou mais ativamente na divulgação de um novo modo de pensar e viver.

As revistas ilustradas do início do século XX, como *A Cigarra*, contribuíram na propagação de diversas transformações sociais e culturais, se mostravam atentas às demandas de seus públicos, contratando em alguns momentos correspondentes internacionais para que seus leitores obtivessem informações de outros países, principalmente relacionadas à moda. Assim, de acordo com Azevedo (2002) “é possível avaliar-se a importância destas para a difusão de padrões de comportamento, de modelos estéticos desejáveis e na busca de se construir um ideal de identidade” (AZEVEDO, 2002, p. 1).

Com uma linguagem de fácil entendimento, *A Cigarra* “trazia um discurso pouco elaborado, o que a caracterizava como uma revista indicada para variados tipos de público leitor” (MATOS, 2008, p. 4). Rica em ilustrações, a revista também caracterizava-se pelo grande número de seções, com a abordagem de temas variados, tais como artes plásticas, teatro, música, ciências e cinema, além da cobertura de eventos na cidade. Era constituída por várias editorias, como: Reportagens; Modas; Histórias; Humorismo; Crônicas e Artigos; Seções e Variedades. *A Cigarra* procurava ser “ao mesmo tempo noticiosa, recreativa, e também literária” (MATOS, 2008, p. 9),

Com essa grande disponibilidade de informações (presença de textos, artigos, publicidades, fotografias, literatura) permitiu a revista abrir vários canais de comunicação com a população letrada ou não (cf. MATOS, 2008). “Com ‘leveza e graça’ *A Cigarra* informava sobre o que ocorria na cidade e no mundo, fazia literatura e entretinha homens e mulheres, adultos e crianças. [...] A impressão que se tem ao ler [...] é que a revista ‘conversava’ com inúmeros e diferentes leitores” (MATOS, 2008, p. 3-5).

Segundo Matos (2008), o requinte na qualidade das imagens, as notícias de editoriais variadas, a colaboração de renomados intelectuais, contribuíram para o êxito da revista e sua estabilidade no mercado editorial por muitos anos.

através das seções, pode-se visualizar a grande variedade de assuntos e informações abordados na revista, cobrindo acontecimentos da sociedade paulistana [...] trazendo notícias de outras cidades e até de outros países, o que parece indicar a intenção de atingir um público leitor bastante variado. O alto padrão das imagens impressas, a participação de renomados intelectuais e a diversidade de assuntos abordados parecem ter garantido o sucesso inicial da revista que a ajudou a permanecer no mercado editorial por longas décadas (MATOS, 2008, p. 6).

Segue abaixo uma capa de *A Cigarra Magazine* de março de 1958, com destaque para uma reportagem intitulada “A verdadeira história de Dom Juan” e o sumário da edição de agosto de 1958, com as editoriais: Reportagens; Humorismo; Modas; Histórias; Seções e Variedades; Crônicas e Artigos.

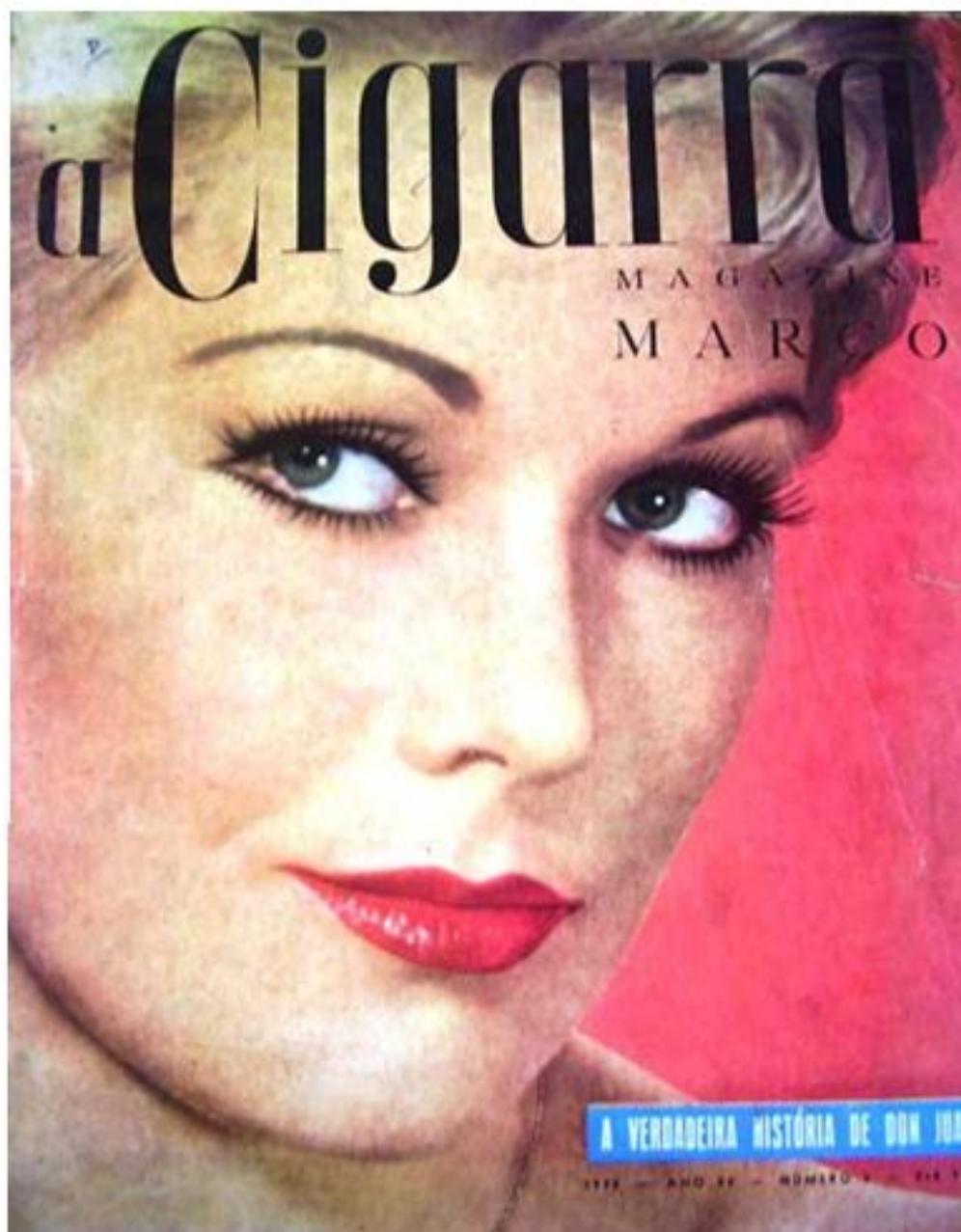


Ilustração 2 – Capa do exemplar nº 3 de *A Cigarra Magazine*, março de 1958.

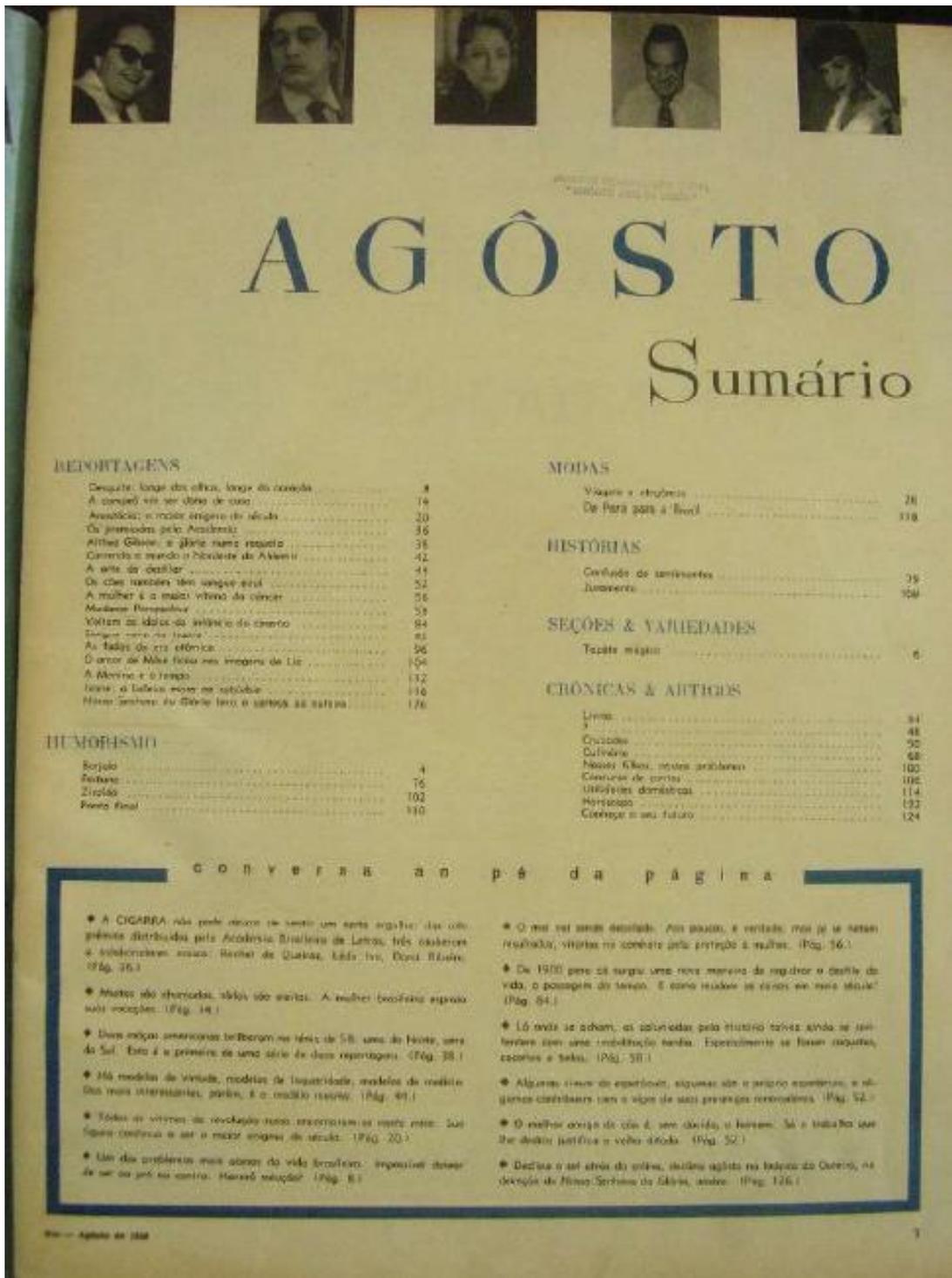


Ilustração 3 – Sumário: A Cigarra Magazine, ano 44, nº 8, agosto de 1958.

Joaquim Mattoso Câmara Júnior escreveu na seção “Livros” (presente na editoria “Crônicas e Artigos”) da revista *A Cigarra Magazine* entre os anos de 1957 a 1960 (cf.

Uchôa, 2004). Conforme o editorial da revista no ano de 1957¹⁹ fazia parte da equipe que escrevia para a seção “Livros” (seção de crítica de livros) 11 estudiosos/escritores, cujos assuntos se relacionavam às suas especialidades. Constavam como colaboradores: Aurélio Buarque de Hollanda, Cassiano Ricardo, Cecília Meirelles, Eugênio Gomes, Euryalo Cannabrava, Joaquim Mattoso Câmara Jr., José Lins do Rêgo, Lêdo Ivo, Otto Maria Carpeaux, Paulo Rónai, Pedro Calmon. Geralmente, havia quatro ou cinco resenhas (de diferentes autores) em cada número da revista publicado.

A organização da revista misturava diferentes linguagens visuais e textuais, mas a presença da literatura era constante nas edições. “A *Cigarra* mantinha como exigência e critério de seleção os textos leves e escritos de acordo com a norma culta da língua” (MATOS, 2008, p. 10).

A seção “Livros” era um espaço destinado à crítica de obras na sua maioria literárias, publicadas ou reeditadas. Abrangia duas páginas da revista, cujos textos constituintes não possuíam qualquer imagem ou ilustração, a não ser a própria capa da obra resenhada, como podemos observar nas ilustrações a seguir:

¹⁹ *A Cigarra Magazine*, 1957, ano 43, nº 1.

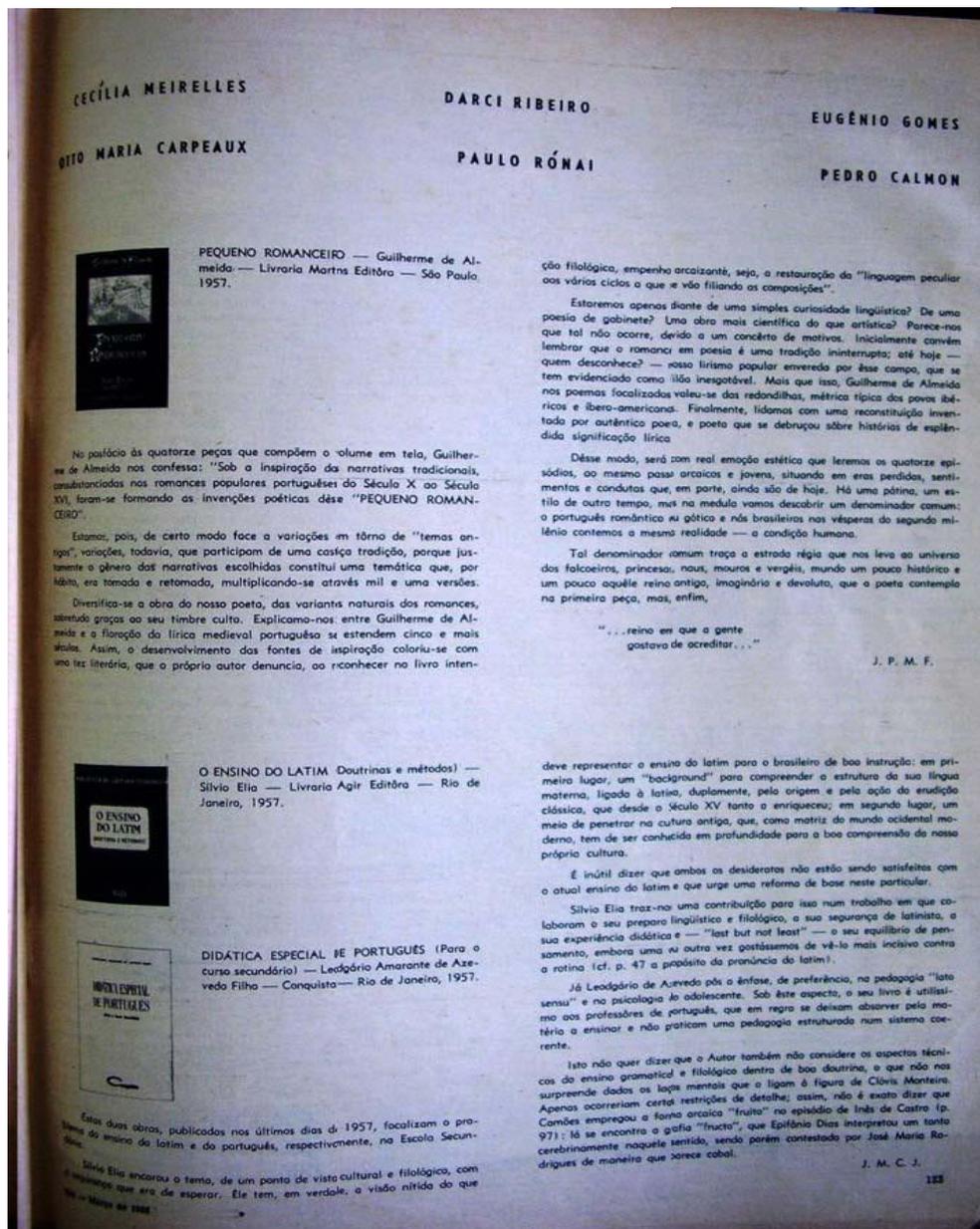


Ilustração 5 – Seção *Livros*. In: *A Cigarra Magazine*, nº 3, março de 1958, p 123.

Nas páginas da revista era constate a presença de textos literários. Os colaboradores eram desde os nomes mais evidentes na literatura e nas artes, até outros sem muito renome (cf. MATOS, 2008).

Segundo Matos (2008), *A Cigarra Magazine* tinha como um dos objetivos aproximar os leitores, a sociedade em geral do conteúdo dos literatos, de suas produções intelectuais.

se preocupava em tornar acessível o contato dos leitores com os literatos, pois, em um momento que o livro começava a ser produzido no país e a população ainda não tinha tanto acesso aos mesmos, **os periódicos se tornavam um espaço privilegiado para letrados e pessoas em geral interessados na produção intelectual** paulista. Assim, **as revistas seriam o veículo difusor** da obra de jovens autores, escritores e poetas (MATOS, 2008, p. 11, grifo nosso)

Mattoso Câmara foi um dos cinco primeiros escritores responsáveis de escrever as primeiras críticas de livros da revista. Ao contrário dos outros colaboradores da seção que produziam críticas literárias, Câmara escreveu doze resenhas, chamadas pelo autor de “notas ou notícias críticas”, em que comentou e divulgou treze obras recém-lançadas – editadas ou reeditadas no período de 1956 a 1959.

As notícias críticas são relacionadas a estudos de linguagem e da língua portuguesa (gramaticais, filológicos e linguísticos), bem como à alfabetização indígena e ao ensino do português.

Mattoso Câmara destaca aspectos pertinentes e dignos de elogios e/ou os que mereçam suas contestações e restrições. Juntamente com a divulgação das obras, Câmara crítica, opina sobre os tipos de estudos, além de emitir valor acerca das obras e sobre os autores das mesmas. Sobretudo, nas notícias em que predominam suas contestações, Câmara pondera que apesar de suas restrições, merecem ser reconhecidas pelo que os autores souberam cumprir dentro dos limites a que se propuseram – Mattoso Câmara recomendava ao público ler todas as obras que resenhava. Ao final dos textos assina com as iniciais do seu nome: J. M. C. J.

A respeito do processo de escolha das obras resenhadas, Uchôa (2000) afirma que elas constituíam-se de um compilado de obras que Mattoso Câmara considerava importante de ser estudado, refletido pelos pares e pela sociedade naquela conjuntura sócio-histórica.

Assim, dispusemos abaixo os títulos das notícias críticas de Mattoso Câmara reunidas para o nosso estudo que foram publicadas na revista *A Cigarra Magazine*:

a) Publicações em 1957²⁰:

1) Exemplar de Junho, página 21.

Teatro de Martins Pena, edição crítica por Darcy Damasceno com a colaboração de Maria Filgueiras.

Câmara disserta sobre o trabalho do dramaturgo Martins Pena e do crítico Darcy Damasceno. A respeito da edição crítica produzida por Damasceno sobre o teatro do dramaturgo, o linguista comenta que houve lucidez na adoção e colação dos textos, respeito escrupuloso a eles e tato perspicaz em resolver-lhe as dúvidas e confusões. No entanto, diz que Darcy Damasceno utilizou impropriamente ‘prosódia’, ‘mais’ por ‘mas’, adotou o acento grave na particular resultante da crase, concluindo ser este, “entretanto, é o único senão filológico que parece mais digno de reparo”.

2) Exemplar de Agosto, página 104.

Iniciação à Filologia Portuguesa, de Gladstone Chaves de Melo.

Mattoso Câmara comenta a respeito da segunda edição do livro *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Conforme o pesquisador essa edição concedeu grande destaque à

²⁰ Para cada uma das produções intelectuais de Joaquim Mattoso Câmara Júnior reunidas para o nosso estudo apresentamos, respectivamente, um sucinto texto referente ao conteúdo divulgado pelo pesquisador.

linguística, como base imprescindível da filologia, o que não sucedeu na primeira edição, todavia, diz não estar em integral concordância com todos os pontos de vista doutrinários do autor. No entanto, ressalta que tal contestação em nada interfere no grande apreço que possui por Gladstone Chaves de Melo e por suas ideias filológicas.

3) Exemplar de Setembro, página 17.

A Análise Matemática do Estilo, aplicação do processo de Fucks a obras literárias em português e espanhol, de Tulo Hostílio Montenegro.

Na notícia crítica sobre o livro *A Análise Matemática do Estilo*, de Tulo Hostílio Montenegro, Câmara explana que na crítica estilística tem-se uma série de temas quantitativos como o uso de certas palavras, extensão dos períodos, preferência por vocábulos curtos ou longos, por certa ordem vocabular etc. Segundo Câmara, Montenegro conclui que o processo de Wilhelm Fucks (Linguística Quantitativa) nada acrescenta quanto à caracterização individual de textos em referência a autores, obras e idiomas, revelando que é absurdo encarar a contagem das letras; o que vale são as consoantes e vogais na qualidade de fonemas.

4) Exemplar de Dezembro, página 12.

Dificuldade da Língua Portuguesa (Estudos e Observações), de Manuel Said Ali. Estabelecimento do texto, notas e índices pelo prof. Maximiano de Carvalho e Silva.

Mattoso Câmara resenha a quinta edição da obra *Dificuldade da Língua Portuguesa*, “cuidadosamente preparada pelo Professor Maximiano de Carvalho e Silva”. De acordo com o linguista, Silva apresenta um texto isento de lapsos, no modo que não teve enigmas para um leitor desprevenido, podendo, mais tarde, empreender esse trabalho

em um livro especial, que “poderá ser a sua consagração na filologia brasileira”. Câmara discursa que Said Ali faz jus a um estudo dessa ordem efetivado com compreensão e objetividade.

b) Publicações em 1958:

5) Exemplar de Março, página 123.

O Ensino do Latim (Doutrinas e Métodos), de Sílvio Elias; e *Didática Especial de Português* (Para o curso secundário), de Leodegário Amarante de Azevedo Filho.

Câmara considera que ambas as obras focalizam o problema do ensino do latim e do português, na Escola Secundária – hoje, Ensino Médio/Técnico. Segundo o pesquisador, Sílvio Elia, autor de *O Ensino do Latim*, analisa o tema de um ponto de vista cultural e filológico, exibindo uma visão nítida sobre a representação do ensino do latim para o brasileiro de boa instrução. Já Leodegário de Azevedo, *Didática Especial de Português*, dá preferência na pedagogia *lato sensu* e na psicologia do adolescente: “[...] o seu livro é utilíssimo aos professores de português, que em regra se deixam absorver pela matéria a ensinar e não praticam uma pedagogia estruturada num sistema coerente”.

6) Exemplar de Agosto, página 34.

Pontos de Gramática Histórica, de Ismael Lima Coutinho.

Para Câmara, a obra *Pontos de Gramática Histórica* é um guia excelente para estudantes universitários, professores de português e leitores interessados em filologia: “[...] se tem menor aprofundamento da matéria em certos pontos, compensa-o por uma visão mais ampla e uma base mais explícita de linguística geral”, concluindo:

“Louvemos, portanto, sem maiores restrições, esta ‘Gramática Histórica’, que soube ser tão ricamente informativa, bem orientada, bem planejada e segura dentro do quadro tradicional em que voluntariamente se colocou”.

c) Publicações em 1959:

7) Exemplar de Março, páginas 28 e 29.

Dicionário de Sinônimos, de Antenor Nascentes.

Mattoso Câmara explica que a sinonímia é uma das questões mais complicadas na ciência da linguagem, visto que conforme o linguista os sinônimos não exprimem a rigor a mesma coisa, há diferenças estilísticas e matizes de significação intelectual de um termo a outro. A respeito do *Dicionário de Sinônimos* de Antenor Nascentes, Câmara diz que o autor foi muito feliz no planejamento e no tratamento dos verbetes, “comprovando mais uma vez a organicidade do seu espírito, metódico e lúcido, e a sua capacidade de traduzir, com máxima singeleza, ideias que são fruto de uma das culturas filológicas mais cabais e profundas que se encontram no magistério brasileiro”.

8) Exemplar de Agosto, página 12.

Exercícios de Português, de M. Cavalcanti Proença.

No que tange ao livro *Exercícios de Português* de Manuel Cavalcanti Proença, Câmara descreve o trabalho produzido para o ensino na Academia Militar de Agulhas Negras (Resende, Rio de Janeiro). Segundo o pesquisador nunca é demais enaltecer o desenvolvimento das Humanidades entre os especialistas de profissão técnica, principalmente em se tratando de militares. As ciências humanas podem humanizar uma

prática que se destina em particular a destruir os homens e “existe pelas tristes contingências que nos impõe o atraso moral do mundo”.

9) Exemplar de Agosto, páginas 12 e 13.

100 Textos Errados e Corrigidos, de Hamilton Elia e Sílvio Elia.

Na notícia crítica acerca do livro *100 Textos Errados e Corrigidos* de Hamilton Elia e Sílvio Elia, Câmara discursa que o objetivo da obra é atender ao interesse geral, porém confessa que essa ideia não lhe agrada: “[...] além de psicologicamente contraindicado (uma vez que tende a fixar na memória o errado ao lado do certo), desgarrar-se não raro numa formulação artificial com reunir numa mesma frase erros díspares, porque privativos de níveis mentais e sociais diversos”. No entanto, considera que a obra é conveniente, pois possibilita “um debate dos mais lúcidos sobre vários pontos incertos ou controvertidos”.

10) Exemplar de Outubro, página 40.

Pequena Gramática para explicação da Nova Nomenclatura Gramatical, de Adriano da Gama Kury.

A respeito do livro, Câmara diz tratar-se de uma sucinta gramática fundamentada: “Eis porque esta Nota, vencendo quaisquer constrangimentos, não hesita em apontar a Pequena Gramática como um precioso manual, que vale pela segurança doutrinária, pela clareza da exposição e pelo equilíbrio das ideias”. Segundo o linguista, o professor Adriano da Gama Kury: “É ele uma dentre as expressivas figuras da nova geração de professores, merecedoras de alto apreço pela compreensão sistemática da matéria e senso de responsabilidade e profissional”.

d) Publicações em 1960:

11) Exemplar de Abril, páginas 80 e 81.

Vakomomo! Oti, 1, Cartilha terena – Publicação feita sob o patrocínio do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

Câmara expõe que *Vakomomo! Oti* é um interessante fascículo, de uma série de 12: “[...] representa a primeira tentativa para realizar no Brasil uma tarefa que a linguística e a antropologia hodiernas estão executando, com grande êxito, na América do Norte, no México”. Câmara destaca que a cartilha começa transformar em língua escrita a língua nativa da tribo indígena Terena, utilizando o método de leitura sintético na base de frases, concluindo “E com esse primeiro fascículo em uma Cartilha Terena está se preparando o Serviço de Proteção aos Índios em também empreender em novas bases a sua ingente e benemérita tarefa de integração dos índios na cultura nacional”.

12) Exemplar de Outubro, página 93.

Gramática do Latim Vulgar, de Th. Henrique Maurer Jr.

Câmara disserta que Maurer infere as características do latim vulgar pela comparação do que apresentam as línguas românicas: “O seu livro procura seguir as diretrizes de estudo e pesquisa firmadas antes desses esforços de reformulação e revisão, talvez porque tenha receado provocar um impacto perturbador no nosso ensino universitário de letras ainda incipiente”. Entretanto, o linguista argumenta estar em desacordo a esse tal receio: “[...] estou certo que impactos desses são antes salutares e estimulantes”, finalizando “[...] a restrição não impede de reconhecer que a *Gramática do Latim Vulgar* é uma contribuição das mais valiosas para a filologia românica no Brasil [...]”.

4. LÍNGUA: OBJETO/INSTRUMENTO DE DIVULGAÇÃO

Como podemos observar no capítulo *Produtos de Divulgação* Joaquim Mattoso Câmara Júnior publicou uma série de artigos de divulgação científica no jornal *Correio da Manhã* (1934) e na revista *A Cigarra Magazine* (1957 - 1960), com a finalidade de contribuir com a formação dos professores de língua portuguesa do ensino secundário, informar a sociedade em geral e os interessados em questões da lingua(gem) e acerca da pesquisa linguística brasileira da época. Grande parte dos textos eram relacionados aos estudos de linguagem e da língua portuguesa (gramaticais, filológicos e linguísticos), bem como à alfabetização indígena e ao ensino do português.

Neste capítulo analisamos os textos de divulgação, conforme o aporte teórico, as noções e reflexões ponderadas no capítulo *Pressupostos teórico-metodológico*, visando observar na produção de Mattoso Câmara aspectos relacionados à maneira como o linguista configura suas estratégias de divulgação nos seus textos publicados no *Correio da Manhã* e na *A Cigarra Magazine*.

4.1 Estratégias Discursivas

4.1.1 *Correio da Manhã*

A Semiótica Discursiva define *debreagem*²¹ para a diferenciação entre pessoa, espaço e tempos “reais” e as projeções de pessoa, espaço e tempo presentes no texto. Desse modo, no que tange ao exame das produções de divulgação científica do linguista Mattoso

²¹ Conforme Greimas e Courtés (2008), a *debreagem* tem por efeito referencializar a instância a partir da qual ela se efetua, produzindo, no enunciado discursivizado, um simulacro da realidade exterior a ele.

Câmara publicadas no jornal *Correio da Manhã* verificando as estratégias de divulgação podemos identificar na maioria das publicações, reportando à instância da enunciação, uma predominância da debreagem enunciativa²², visto que o enunciador cria um efeito de aproximação em relação ao enunciatário, instaurando subjetividade ao enunciado.

Características essas marcadas pela projeção do enunciador em primeira pessoa²³, presença dos pronomes possessivos “minha”, “nossos”; dos verbos empregados no presente; dos verbos “ter”, “perceber”, “recorrer”, “crer”, todos conjugados na primeira pessoa, em consonância com o *eu/nós*. Interessante destacar que, esse *nós*²⁴ é um *nós inclusivo* (eu+tu), (eu+vocês) – *nós*, primeira pessoa do plural, a pessoa ampliada (cf. FIORIN, 1999), enfatizando assim, o efeito de subjetividade e de aproximação da enunciação, além de uma identificação com o enunciatário, com o leitor das produções textuais. (cf. BARROS, 2002a).

Relevante dizer que o entendimento dessa aproximação do enunciador instaurada no discurso não se refere apenas à projeção de pessoa assumida em 1ª pessoa, mas ao examinarmos o jogo de vozes, as marcas discursivas presentes nos 26 textos de divulgação publicados no *Correio da Manhã* tornam identificáveis efeitos de verdade, de autoridade, ou seja, ao trazer no texto noções teóricas, ensinamentos, discussões, citações de diferentes especialistas, é reforçado o juízo, o discernimento do enunciador, construindo assim, sua autoridade além de ser uma forma de convencimento, de fazer com que o enunciatário aceite e reconheça a veracidade do discurso.

Podemos observar alguns exemplos de tais ocorrências abaixo:

²² A debreagem enunciativa se classifica quando digo “eu”, em um tempo “agora” em um espaço “aqui”, simulando no texto um *eu-aqui-agora* no processo de enunciação, criando assim, um sentido de aproximação.

²³ Conforme Benveniste (2005) a categoria pessoa para o processo enunciativo é fundamental, porque as pessoas instituídas no discurso são instituídas no tempo e no espaço da enunciação: *eu-aqui-agora*. Assim, o espaço e o tempo estão na dependência do *eu* que nele se enuncia, portanto, é a partir dessa relação que se organizam todas as relações espaciais e temporais (cf. FIORIN, 2003).

²⁴ Fiorin (2002, p. 60), o “*nós* não é a multiplicação de objetos idênticos, mas a junção de um *eu* com um *não-eu* (*tu*)”.

De um ilustre professor catedrático de português recebemos a seguinte carta.²⁵

Já em português, se recorrêssemos em *revisere*, teríamos de fazê-lo da 2ª conjugação [...].²⁶

Andaram acertadamente por isso os constituintes de 91, quando disseram na nossa primeira carta republicana [...].²⁷

Mas é preciso considerar [...].²⁸

Eu, por minha conta, adicionarei esse raciocínio fonético um semântico, observando que o vocábulo português só tem aplicações especiais [...].²⁹

Revela-me o ilustre Sr. Mattos Peixoto [...].³⁰

O próprio Porto Alegre, entre nós, seria de invocar [...].³¹

Os nossos antigos latinistas [...].³²

Com absoluta falta de tempo para sustentar polêmica sobre assunto plenamente esclarecido, julgo oportuno fazer uma sinopse [...].³³

²⁵ Ver Anexo A, texto 1.

²⁶ Ver Anexo A, texto 6.

²⁷ Ver Anexo A, texto 8.

²⁸ Ver Anexo A, texto 13.

²⁹ Ver Anexo A, texto 14.

³⁰ Ver Anexo A, texto 14.

³¹ Ver Anexo A, texto 15.

³² Ver Anexo A, texto 16.

A mim me parece assistir mais razão a Lindsay, o historiador [...].³⁴

Creio que a hipótese do eminente filólogo [...].³⁵

Devemos dizer, portanto, *quadriênio*, que provém de *quadriennium* [...].³⁶

Assim, a propósito da etimologia do verbo supra, vejo uma pueril anedota [...].³⁷

Ocorrem-me ao acaso estes exemplos, entre milhares de quaisquer autores [...].³⁸

O vocábulo *espírita*, com que se designam entre nós os adeptos do espiritismo [...].³⁹

O enunciador ao trazer uma subjetividade ao discurso, apropriando-se da língua, são impressas marcas que evidenciam sua posição de proximidade em relação ao conteúdo de sua produção textual, uma subjetividade demonstrada pelo assumir-se enquanto aquele que diz *eu*: “Eu, por minha conta, adicionarei esse raciocínio fonético um semântico, observando que o vocábulo português só tem aplicações especiais [...]”; “Creio que a hipótese do eminente filólogo [...]”; “A mim me parece assistir mais razão a Lindsay, o historiador [...]”. O enunciador ao produzir o efeito de sentido de subjetividade coloca-se como a autoridade da

³³ Ver Anexo A, texto 17.

³⁴ Ver Anexo A, texto 18.

³⁵ Ver Anexo A, texto 18.

³⁶ Ver Anexo A, texto 20.

³⁷ Ver Anexo A, texto 22.

³⁸ Ver Anexo A, texto 26.

³⁹ Ver Anexo A, texto 10.

enunciação, ou seja, Câmara ao escrever seus textos em primeira pessoa se “mostra” no texto, assumindo a responsabilidade pelo que é dito.

Como também, podemos mencionar que o enunciador quando se aproxima do enunciatário, cria um efeito de sentido de cumplicidade entre esses sujeitos, potencializando assim, a identificação do enunciatário com o ponto de vista defendido, com a informação, com o ensinamento, com o conteúdo disseminado pelo enunciador. O efeito de aproximação, cumplicidade, conquista a atenção, o interesse e curiosidade do leitor, do destinatário do dizer.

Em alguns trechos das produções de divulgação podemos perceber um certo distanciamento do enunciador com discurso enunciado, ou seja, a instauração de uma debreagem enunciativa⁴⁰, proporcionando assim efeito de objetividade entre o enunciador e o texto, como nos exemplos abaixo. No entanto, quando analisado as produções de Mattoso Câmara em sua totalidade depreendemos um texto enunciativo.

Diz-se, por exemplo, para indicar a contiguidade [...] com prejuízo da clareza e precisão da linguagem [...].⁴¹

Dir-se-ía uma estrangeirismo [...].⁴²

Constitui-se em português [...].⁴³

Houve, recentemente, por exemplo, quem, pelos jornais se surpreendesse com o emprego da palavra [...].⁴⁴

⁴⁰ Debregem marcada em terceira pessoa (ele), em um outro tempo (então) e outro espaço (lá), simulando no texto um *não-eu* (ele), um *não-aqui* (alhores) e um *não-agora* (então) no processo de enunciação.

⁴¹ Ver Anexo A, texto 2.

⁴² Ver Anexo A, texto 3.

⁴³ Ver Anexo A, texto 5.

Imagem-se todos esses idiomas, dialetos ou falas locais incluídas no curso de humanidades para tornar mais eficiente a gramática histórica portuguesa!⁴⁵

Muitos gramáticos têm em prevenção a fórmula ‘água fervendo’, natural e espontânea na língua cotidiana, e aconselham ‘água fervente’ em nome da “boa linguagem”.⁴⁶

A presença da debreagem enuncia embora com poucas ocorrências, considerando os 26 textos analisados, apresenta efeitos significativos, uma vez que a objetividade denotada nesses casos fortalece a transmissão do conteúdo como se fossem verdadeiros, sem assumir, sem parecer que seja um ponto de vista, ou seja, a presença do enunciador é pressuposta, ou implícita, traduzindo-se em um efeito de afastamento do discurso, que contribui para um efeito de verdade impessoal e atemporal pela ausência do enunciador, validando ainda mais o texto publicado.

Podemos observar o artifício das fontes, ou seja, uma debreagem interna, delegação interna da voz (no discurso direto), com o intuito de legitimar o conteúdo exposto, além de outros mecanismos discursivos como a referência, a citação de outros textos, autores, escritores etc. Procedimentos esses, de ancoragem⁴⁷, utilizados para concretizar com eficiência o efeito de realidade, trazendo assim uma “cópia da realidade”. E também podemos

⁴⁴ Ver Anexo A, texto 11.

⁴⁵ Ver Anexo A, texto 19.

⁴⁶ Ver Anexo A, texto 23.

⁴⁷“Os efeitos de realidade ou de referente são, no entanto, construídos mais frequentemente por meio de procedimentos da semântica discursiva [...] O recurso semântico denomina-se "ancoragem". Trata-se de atar o discurso a pessoas, espaços e datas que o receptor reconhece como “reais” ou “existentes”, pelo procedimento semântico de concretizar cada vez mais os atores, os espaços e o tempo do discurso [...]. Na verdade, [...] “cópias da realidade”, produzem tal ilusão” (BARROS, 2005, p. 60).

mencionar como um recurso do enunciador para demonstrar credibilidade no seu dizer, produzindo um efeito de confiança na relação entre o enunciatário, o leitor.

Diz o ilustre Sr. Mattos Peixoto:⁴⁸

– “Nem a essa grafia – isto é *regimen* – se opõe a etimologia da palavra

Em questão que não nos veio do francês regime, mas diretamente do latim [...]”.

Para indicar combinação, adaptação, harmonia, temos, não menos expressivamente, a locução bem *encontrado*: “Em todas (as salas) trabalham muitas mulheres, algumas em misteres bem encontrados com a franqueza feminina” (Frei de Luiz de Souza, Vida do Arcebispo; edição 1619, p:58).⁴⁹

Por isso, frei Thomé de Jesus, falando-nos de Jesus Cristo, verbera “a dureza da gente judaica, que, não só não queria receber, mas encontrava”.⁵⁰

[...] apercebida quer dizer aparelhada, pronta a atacar as vítimas, “pronta a vir sobre nós”, como explica Epifânio (Os Lusíadas comentados, Porto, 1910, v.I, p. 66).⁵¹

O próprio Porto Alegre, entre nós, seria de invocar no caso, embora tenha outro sentido, claudicado com o escrever *avancerrage* (Colombo, Rio, 1892. P. 11).⁵²

⁴⁸ Ver Anexo A, texto 14.

⁴⁹ Ver Anexo A, texto 12.

⁵⁰ Ver Anexo A, texto 12.

⁵¹ Ver Anexo A, texto 7.

⁵² Ver Anexo A, texto 15.

[...] jugo oportuno fazer uma sinopse definitiva, reportando-me à emenda Daniel de Carvalho (Jornal do Comércio de 13 de abril) [...].⁵³

E aliás o que já está provado documentalmente (como assinala o Dicionário Nascentes) por um trecho do Santo Osidoro (princípios do século VII), em que aparece a palavra latina *cappa*.⁵⁴

“Os silêncios dos últimos dias que me não descobriam nada, agora os sentia como sinais de alguma coisa” (Machado de Assis, D. Casmurro, p.35).⁵⁵

Como é possível verificar acima, Câmara projeta no texto a fala do outro, por meio do recurso da referência, da citação de outros textos, autores, especialistas etc. Essas falas são marcadas no texto pelo emprego das aspas, do parágrafo e travessão, do nome de alguma autoridade, especialista da área, obras clássicas, criando um efeito de sentido de realidade ao simular uma transcrição não somente do conteúdo, mas também como foi enunciada.

Podemos ponderar que tais recursos sinalizam uma maior confiabilidade ao texto, pois o enunciador ao ceder voz a outros sujeitos no discurso obtém-se uma prova de verdade, ou seja, a projeção da fala do outro reproduz a ausência de tomada de posição por parte do enunciador que faz parecer que apenas diz a realidade, uma espécie de testemunho sobre o assunto informado, buscando assim intensificar a adesão com o enunciatário ao que foi dito e aos valores comunicados. Pertinente observar que nos textos analisados, Câmara utiliza o

⁵³ Ver Anexo A, texto 17.

⁵⁴ Ver Anexo A, texto 22.

⁵⁵ Ver Anexo A, texto 26.

recurso da referência, da citação de outros textos, autores, escritores etc, condicionadas por uma intencionalidade subjacente para exemplificar o seu dizer, reafirmar o já dissertado pelo autor, configurando-se em um procedimento para endossar o discurso.

No que se refere à proximidade do sujeito em relação ao conteúdo de sua produção, à subjetividade demonstrada pelo assumir-se enquanto aquele que diz *eu*, podemos apontar a predominância de discursos de opinião, a presença de adjetivos (modalizando o enunciado), apreciação diante o assunto enunciado, além de interação entre enunciador e enunciatário, por meio, por exemplo, de perguntas ao leitor, de questionamentos direcionando a reflexão, o julgamento do leitor.

Diz: [...] com prejuízo da clareza e precisão da linguagem, pois expressões como ‘sentar na mesa’, são de uma ambiguidade detestável [...].⁵⁶

São absurdas, portanto, as expressões ‘á rua X’[...] para indicar morada ou a situação de um prédio. [...] Poucos erros terão em si tantos motivos de repulsa.⁵⁷

É forma vocabular de efeito acústico desagradável e anômalo e difícil de adquirir feição genuinamente portuguesa.⁵⁸

O verbo, antigo e usual, é *rever* que se aplica maravilhosamente ao acaso: *rever um manuscrito, rever provas tipográficas, rever um projeto de Constituição. É o que há e o que basta*.⁵⁹

⁵⁶ Ver Anexo A, texto 2.

⁵⁷ Ver Anexo A, texto 2.

⁵⁸ Ver Anexo A, texto 3.

⁵⁹ Ver Anexo A, texto 6.

Felizmente, o substitutivo que lhe deu a Assembleia Constituinte, e que ora se discute, voltou ao critério anterior.⁶⁰

Cumpra considerar ainda que suprimir ou mudar letras na representação de um vocábulo estrangeiro não é aportuguesá-lo: chinês de rabicho cortado não é europeu. Como admitir que ‘bol’ seja aportuguesamento de *ball*, se *ball* em português é bola?⁶¹

Quem não percebe que, a não empregá-las intactas, é melhor deixar de empregá-las?⁶²

Não há, portanto, necessidade do prefixo ‘des’[...]. [...] ‘opiniões encontradas’, são as que se opõem, se contrariam, colidem; ‘opiniões desencontradas’, apenas não vão para o mesmo ponto. Qual a frase mais completa, e mais incisiva? Responda o próprio leitor.⁶³

Não há razão de estender o erro de prosódia de ‘idólatra’ a um vocábulo que surge na língua contemporânea. Se dissermos, [...] ‘telefone’ ao lado do menos feliz ‘homófono’, podemos firmar a pronúncia ‘al-coo-lá-tra’, embora em contraste com ‘i-dó-la-tra’, que já hoje seria inútil tentar corrigir.⁶⁴

⁶⁰ Ver Anexo A, texto 8.

⁶¹ Ver Anexo A, texto 9.

⁶² Ver Anexo A, texto 9.

⁶³ Ver Anexo A, texto 12.

⁶⁴ Ver Anexo A, texto 16.

Imaginem-se todos esses idiomas, dialetos ou falas locais incluídas no curso de humanidades para tornar mais eficiente a gramática histórica portuguesa!⁶⁵

Por meio das marcas enunciativas, dos discursos de opinião, da presença dos modalizadores, dos questionamentos direcionando a reflexão do leitor, pode-se apreender o ponto de vista de Mattoso Câmara, suas atitudes e posicionamentos, mesmo que não os revelem explicitamente no texto. O enunciador ao utilizar vários adjetivos direcionando sua argumentação, passa a ser tal procedimento uma marca no enunciado, uma característica do enunciador. Observamos que os adjetivos atuam sobre a gradualidade das palavras, do contexto a que se ligam, intensificando o modo argumentativo de organização do discurso. Assim, podemos considerar que essa intensificação argumentativa ao interferir nos discursos proferidos revela também a subjetividade do enunciador.

Conforme Barros (2005) o enunciador utiliza figuras⁶⁶ no discurso para fazer-criar o enunciatário reconhecer as “imagens do mundo” e, resultar na verdade do discurso. Assim, um dos mecanismos persuasivos consiste na apresentação de figuras que pertençam ao universo do enunciatário, que gerem efeitos de verdade, de modo a fazê-lo crer na veracidade do discurso do enunciador⁶⁷, isto é, o enunciador constrói a veridicção do discurso para que seja aceito pelo enunciatário.

⁶⁵ Ver Anexo A, texto 19.

⁶⁶ De acordo com Bertrand (2003, p. 37) no que se tange às figuras presentes no texto: “uma impressão de “realidade” se depreende como se tratasse de um quadro pintado”.

⁶⁷ Segundo Bertrand (2003, p. 29), figuratividade “representa, estabelece, na leitura, uma relação imediata, uma semelhança, uma correspondência entre as figuras semânticas que desfilam sob os olhos do leitor e as do mundo, que ele experimenta sem cessar em sua experiência sensível”.

A unicidade de significação do discurso, a homogeneidade dos significados é determinada por isotopia⁶⁸, ou seja, a isotopia é garantida pela repetição de um número mínimo de signos/figuras necessários para a transmissão de uma determinada informação, “a reiteração de quaisquer unidades semânticas (repetição de temas ou recorrência de figuras)⁶⁹ no discurso, o que assegura sua linha sintagmática e sua coerência semântica” (BARROS, 2005). Conforme Bertrand (2003, p. 187), isotopia é a “redundância de um efeito de sentido, sob a responsabilidade do enunciador”; “um *continuum* semântico que tece uma ligação entre cada figura, pela recorrência de uma categoria significativa (ou de uma rede de categorias) no decorrer do desenvolvimento discursivo” (BERTRAND, 2003, p. 185-187).

A isotopia assegura a coerência textual pela recorrência de temas e figuras – “enriquecimentos semânticos” empregados para dar o acabamento estético almejado pelo enunciador (cf. Barros, 2003, p. 206) – que estabelece a linha sintagmática e a coerência semântica do discurso. Desse modo, no que tange aos textos de divulgação de Mattoso Câmara no jornal *Correio da Manhã* podemos traçar uma linha isotópica de um curso, de uma aula de Língua Portuguesa proferida por um professor, ou seja, uma explanação por um especialista da área de noções relacionadas à língua(gem), ao português, direcionada ao público leigo – de aprendizes, de alunos, e/ou de pessoas interessados no assunto. Isotopia essa, marcada, além das figuras presentes, no próprio título dos textos “*Pequenas Lições de Português*”, conduzindo assim a interpretação e leitura do texto.

Logo, as figuras presentes nos textos, na intenção de representar a realidade, assegurando a coerência semântica do discurso, são: linguagem, vocábulos, prefixos, palavras, verbos, frase, leitor, substantivos, texto, locução, morfologia, etimologia, sílabas, léxico,

⁶⁸ Segundo a definição de Bertrand (2003, p. 153), isotopia é “a permanência de um efeito de sentido ao longo da cadeia do discurso”, ou seja, uma forma de guiar a interpretação/leitura do texto.

⁶⁹ A manifestação de isotopia pode ser aplicada em dois tipos: as figurativas e as temáticas. A isotopia figurativa atribui ao discurso uma imagem, uma leitura organizada da realidade, uma impressão do real, através da redundância de traços figurativos, já a isotopia temática revela uma dimensão abstrata.

gramática, conjugação, linguística, língua portuguesa, filologia, sintaxe, professor, Machado de Assis, Camões, Eça de Queiroz, Saussure (Ferdinand de Saussure), Mattos Peixoto, escritores, latim, inglês, Brasil, dentre outras figuras pertencentes ao campo semântico referente à linha isotópica de uma aula de Língua Portuguesa, relacionadas às noções pertinentes à língua(gem).

Assim, podemos inferir por meios das figuras presentes no texto, da linha isotópica construída, uma evidência da presença da Linguística⁷⁰, do saber linguístico⁷¹ nos textos de divulgação de Mattoso Câmara, visto que a coerência semântica do discurso, a figuratividade garante esse efeito referencial. Ou seja, embora não esteja nitidamente marcado nos textos qual é o seu propósito, o de divulgar a ciência linguística, o arranjo enunciativo e discursivo, o contexto textual corroboram para tal entendimento. Por exemplo, no conjunto de textos analisados há introdução às noções básicas do estruturalismo; de pragmática, abordando assuntos e temas relacionados às condições do uso da linguagem, da prática linguística, da linguagem habitualmente falada na época; do uso linguístico e suas variantes, descritas e explicadas pelo linguista; é possível observar a preocupação com a quebra de preconceitos e paradigmas sobre os usos e as atribuições da linguagem e da língua portuguesa etc.

Isto posto, a repetição figurativa, a recorrência de elementos que apontem para um determinado campo semântico, influência na construção da argumentação produzindo a manutenção da coerência discursiva e conferindo unidade de sentido ao enunciado que visa

⁷⁰ Conforme Fiorin (2013, p. 13) a Linguística é uma ciência justamente por não se preocupar com acertos e erros, mas com aspectos descritivos e explicativos: “A Linguística é uma ciência porque ela, ao contrário da gramática, não se pretende normativa (não tem por finalidade prescrever como se deve dizer), mas se quer descritiva e explicativa (tem por objetivo dizer o que a língua é e por que é assim) [...]”.

⁷¹ Entendemos como saber linguístico o saber produzido acerca das línguas do Brasil, ao estudo das linguagens. Dessa forma, levamos em consideração as obras, os autores, as teorias, os conceitos que são mobilizados para a produção desse saber.

persuadir o leitor, isto é, determinados contextos que compartilham com um mesmo campo semântico é uma estratégia enunciativa de natureza persuasiva presente nos textos estudados.

4.1.2 A *Cigarra Magazine*

Nas produções de divulgação científica do linguista Mattoso Câmara publicadas na revista *A Cigarra Magazine*, observamos um efeito de aproximação do enunciador em relação ao enunciatário, instaurando subjetividade ao enunciado, ou seja, caracterizado pela predominância da debreagem enunciativa⁷² nos enunciados. Assim, identificamos a projeção do enunciador em primeira pessoa⁷³, a presença dos verbos empregados no presente; dos pronomes possessivos “nossa”, “minha”; dos pronomes pessoais oblíquos “-me”, “-nos”; dos verbos “ter”, “oferecer”, “louvar”, “gostar” todos conjugados na primeira pessoa, em consonância com o *eu/nós*⁷⁴.

Importante dizer que o entendimento dessa aproximação do enunciador instaurada no discurso, assim como já mencionado na análise dos textos do jornal *Correio da Manhã*, não se refere apenas à projeção de pessoa assumida em 1ª pessoa, mas ao examinarmos o jogo de vozes, as marcas discursivas presentes nos 12 textos de divulgação publicados na *A Cigarra Magazine* tornam identificáveis efeitos de verdade, de autoridade, ou seja, ao afirmar

⁷² A debreagem enunciativa se classifica quando digo “eu”, em um tempo “agora” em um espaço “aqui”, simulando no texto um *eu-aqui-agora* no processo de enunciação, criando assim, um sentido de aproximação.

⁷³ As relações espaços-temporais de um discurso têm o sujeito como referência, como esse “eu” enuncia em um determinado espaço e em um determinado tempo. Todo processo de enunciação ocorre pela instauração de um sujeito, segundo Fiorin (1995a, p. 26), “a categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso”.

⁷⁴ *Nós inclusivo* (eu+tu). Conforme Fiorin (1999, p. 60), o *nós* não aponta unicamente para uma ideia de plural, mas também para uma ampliação da pessoa, pois trata-se de um *eu* + outras pessoas (eu + tu, eu + você / vocês, eu + ele / eles).

a qualidade de um livro, ao trazer no texto noções teóricas, ensinamentos, reflexões sobre a obra resenhada, é reforçado o juízo, o discernimento do enunciador, construindo assim, sua autoridade, além de ser uma forma de convencimento, de fazer com que o enunciatário aceite e reconheça a veracidade do discurso. O enunciador ao se fazer reconhecer por meio de um *eu*, procura uma aproximação com o enunciatário ao apresentar seu ponto de vista sobre o assunto, favorecendo assim, que o enunciatário acredite, confie nas verdades assumidas por ele.

Podemos observar alguns exemplos de tais ocorrências abaixo:

Entre eles, os da nossa época romântica oferecem um magnífico campo de estudo linguístico, [...].⁷⁵

A nossa pronúncia só conhece “a” átono fechado, e quando a partícula soa aberta é porque se tornou secundariamente tônica por ênfase [...].⁷⁶

[...] esses instrumentos gramaticais como adjetivos e os que os interpretam como pronomes, parece-me um mero pano quente, que não vai ao âmago da questão e renova a atitude superada de João Ribeiro [...].⁷⁷

É claro que essa minha contestação não interfere com o alto apreço que me inspiram o livro, as ideias filológicas de Gladstone Chaves de Melo e a sua pessoa de intelectual, [...].⁷⁸

⁷⁵ Ver Anexo B, texto 1.

⁷⁶ Ver Anexo B, texto 1.

⁷⁷ Ver Anexo B, texto 2.

Isto não significa que eu esteja em integral concordância com todos os pontos de vista doutrinários de Gladstone Chaves de Melo [...].⁷⁹

Releve-me finalmente o autor [...].⁸⁰

O público bem o compreendeu, pois rapidamente se esgotou a 4ª edição, assim feita, e agora aqui temos uma 5ª edição, cuidadosamente preparada pelo Professor Maximiano de Carvalho e Silva [...].⁸¹

Sílvio Elia traz-nos uma contribuição para isso num trabalho em que colaboram o seu preparo linguístico e filológico, a sua segurança de latinista, a sua experiência didática [...].⁸²

Também gostaríamos de reconhecer-lhe sobre aquelas obras a vantagem de um enfoque novo, de base estruturalista e funcionalista [...].⁸³

Louvemos, portanto, sem maiores restrições, esta “Gramática Histórica”, [...].⁸⁴

Só num ponto cabe uma restrição a Cavalcanti Proença: quanto à sua maneira (usual entre nós infelizmente, é certo) de citar as consoantes, [...].⁸⁵

⁷⁸ Ver Anexo B, texto 2.

⁷⁹ Ver Anexo B, texto 2.

⁸⁰ Ver Anexo B, texto 3.

⁸¹ Ver Anexo B, texto 4.

⁸² Ver Anexo B, texto 5.

⁸³ Ver Anexo B, texto 6.

⁸⁴ Ver Anexo B, texto 6.

⁸⁵ Ver Anexo B, texto 8.

Com isso a nossa linguística indígena está se preparando para superar a sua metodologia até agora precária, [...].⁸⁶

Da minha parte não concordo com tal receio [...].⁸⁷

O enunciador ao trazer um subjetividade ao discurso, apropriando-se da língua, são impressas marcas que evidenciam sua posição de proximidade em relação ao conteúdo de sua produção textual, uma subjetividade demonstrada pelo assumir-se enquanto aquele que diz *eu*: “É claro que essa minha contestação não interfere com o alto apreço que me inspiram o livro, as ideias filológicas de Gladstone Chaves de Melo e a sua pessoa de intelectual, [...]”; “Releve-me finalmente o autor [...]”; “Louvemos, portanto, sem maiores restrições, esta “Gramática Histórica” [...]”; “Com isso a nossa linguística indígena está se preparando para superar a sua metodologia até agora precária, [...]”. O enunciador ao produzir o efeito de sentido de subjetividade coloca-se como a autoridade da enunciação, ou seja, Câmara ao escrever seus textos em primeira pessoa se “mostra” no texto, assumindo comprometimento, a responsabilidade pelo que é dito.

Como também, podemos mencionar que o enunciador quando se aproxima do enunciatário, cria um efeito de sentido de cumplicidade entre esses sujeitos, potencializando assim, a identificação do enunciatário com o ponto de vista defendido, com a informação, com a resenha da obra, com o conteúdo disseminado pelo enunciador. O efeito de aproximação, cumplicidade, conquista a atenção, o interesse e curiosidade do leitor, do destinatário do dizer.

⁸⁶ Ver Anexo B, texto 11.

⁸⁷ Ver Anexo B, texto 12.

Em alguns percursos dos textos de divulgação têm-se a instauração de uma debreagem enunciva⁸⁸, distanciando o enunciador do discurso – marcada em terceira pessoa (ele), em um outro tempo (então) e outro espaço (lá), simulando no texto um *não-eu* (ele), um *não-aqui* (alhores) e um *não-agora* (então) no processo de enunciação –, produzindo um efeito de sentido de objetividade entre o enunciador e o texto. Todavia, quando observada as produções de Mattoso Câmara publicadas na revista *A Cigarra Magazine* em sua completude depreendemos um texto enunciativo, como ocorre também nas produções de divulgação científica publicadas no jornal *Correio da Manhã*.

Acha ele que “o processo de Fucks nada acrescenta de definitivo quanto à caracterização individual [...].⁸⁹

O conceito de “latim vulgar” firmou-se no século passado, [...].⁹⁰

Concluiu-se, [...], que as línguas ditas “latinas” se filiam num tipo de latim, que era da fala corrente e do qual os poetas e prosadores [...].⁹¹

A presença da debreagem enunciva embora com poucas ocorrências, considerando os 12 textos analisados, apresenta efeitos significativos, uma vez que a objetividade denotada nesses casos fortalece a transmissão do conteúdo como se fossem verdadeiros, sem assumir, sem parecer que seja um ponto de vista, ou seja, a presença do

⁸⁸ Conforme Fiorin (2006, p. 89) “com as debreagens enunciativas e enuncivas criamos a ilusão de que as pessoas, os espaços e os tempos inscritos na linguagem são decalques das pessoas, dos tempos e dos espaços do mundo”.

⁸⁹ Ver Anexo B, texto 3.

⁹⁰ Ver Anexo B, texto 12.

⁹¹ Ver Anexo B, texto 12.

enunciador é pressuposta, ou implícita, traduzindo-se em um efeito de afastamento do discurso, que contribui para um efeito de verdade impessoal e atemporal pela ausência do enunciador, validando ainda mais o texto publicado.

A respeito dos procedimentos de ancoragem⁹², utilizados para concretizar com eficácia o efeito de realidade, trazendo assim uma “cópia da realidade”, podemos observar a ocorrência de debreagem interna, de alguns mecanismos persuasivos discursivos como a referência, isto é, a utilização de citações de expressões, de trechos dos livros resenhados, dos autores dos livros em questão, como também de outros textos, autores, escritores, instituições etc. Recurso esse, do enunciador com o intuito de legitimar o conteúdo exposto e para demonstrar credibilidade no seu dizer, estabelecendo um efeito de confiabilidade na relação com o enunciatário, o leitor. Segue abaixo, alguns exemplos:

(Darcy Damasceno diz impropriamente “prosódia”, pág.17, item II), como “comprimento” por “cumprimento”, “pode”, “fechar”, “mais” por “mas”, etc [...].⁹³

(Darcy Damasceno diz impropriamente – “adotou-se a crase”) embora se reconheça que “raras vezes aparece nos textos impressos e quase nunca nos manuscritos” (pág.18, item XI).⁹⁴

⁹²“Os efeitos de realidade ou de referente são, no entanto, construídos mais frequentemente por meio de procedimentos da semântica discursiva [...] O recurso semântico denomina-se “ancoragem”. Trata-se de atar o discurso a pessoas, espaços e datas que o receptor reconhece como “reais” ou “existentes”, pelo procedimento semântico de concretizar cada vez mais os atores, os espaços e o tempo do discurso [...]. Na verdade, [...] “cópias da realidade”, produzem tal ilusão” (BARROS, 2005, p. 60).

⁹³ Ver Anexo B, texto 1.

⁹⁴ Ver Anexo B, texto 1.

[...] a extensão do acento à preposição simples (como em José de Alencar) são índices de duas possibilidades da pronúncia brasileira,[...].⁹⁵

Gladstone tem toda a razão, quando, na linha de Meillet, prefere que se chame “Linguística Portuguesa e não Filologia Portuguesa o estudo científico da nossa língua” (pág. 30), e em seguida estabelece: “Filologia é o estudo de textos literários, ao passo que Linguística é estudo da língua como tal, independente de textos”[...].⁹⁶

[...] que não vai ao âmago da questão e renova a atitude superada de João Ribeiro (“Gramática Superior”, 20a ed., Rio, 1923, pág. 19) [...].⁹⁷

Acha ele que “o processo de Fucks nada acrescenta de definitivo quanto à caracterização individual desses textos relativamente a autores, obras e idiomas” (pág. 37). A proporcionalidade entre vocábulos curtos e longos, diz ele antes explicitamente, “é característica dos idiomas e não dos autores e das obras” (pág. 22).⁹⁸

Apenas ocorreriam certas restrições de detalhe; assim, não é exato dizer que Camões empregou a forma arcaica “fruito” no episódio Inês de Castro (p. 97): lá se encontra a grafia “fructo” [...].⁹⁹

⁹⁵ Ver Anexo B, texto 1.

⁹⁶ Ver Anexo B, texto 2.

⁹⁷ Ver Anexo B, texto 3.

⁹⁸ Ver Anexo B, texto 3.

⁹⁹ Ver Anexo B, texto 5.

Como nos diz Paul Garvin, a significação de um termo não é “pontual”, mas “linear”, e assim se explica por que há vários termos para cobrir essa linha, cada qual correspondente a um segmento distinto dela.¹⁰⁰

Sílvio é bem conhecido do público que se interessa por assuntos linguísticos e filológicos, como o abalizado teorista de “O Problema da Língua Brasileira” e das “Orientações da Linguística Moderna”.¹⁰¹

A Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira, organizada por Comissão de Professores Catedráticos do Colégio Pedro II, foi uma iniciativa das mais oportunas do Ministério da Educação [...].¹⁰²

Como é possível verificar acima, Câmara projeta no texto a fala do outro, por meio do recurso da referência, da citação dos autores, dos trechos das obras resenhadas ou de outros textos, autores, etc. Esses trechos, essas falas são marcadas no texto pelo emprego das aspas, do travessão, do nome de alguma autoridade, especialista da área, obras clássicas, criando um efeito de sentido de realidade ao simular uma transcrição não somente do conteúdo, mas também como foi enunciada, publicada na obra resenhada pelo linguista.

Ponderamos que tais recursos, como mencionado anteriormente na análise dos textos do *Correio da Manhã*, sinalizam uma maior confiabilidade ao texto, pois o enunciador ao ceder voz a outros sujeitos no discurso obtém-se uma prova de verdade, ou seja, a projeção da fala do outro reproduz a ausência de tomada de posição por parte do enunciador que faz

¹⁰⁰ Ver Anexo B, texto 7.

¹⁰¹ Ver Anexo B, texto 9.

¹⁰² Ver Anexo B, texto 10.

parecer que apenas diz a realidade, uma espécie de testemunho sobre o assunto informado, da questão analisada, buscando assim intensificar a adesão com o enunciatório ao que foi dito e aos valores comunicados.

Pertinente observar que nos textos analisados, Câmara utiliza o recurso da referência, da citação de outros textos, autores, instituições etc, condicionadas por uma intencionalidade subjacente para exemplificar o seu dizer, reafirmar o já dissertado pelo autor, configurando-se em um procedimento para endossar o discurso. Podemos considerar que Câmara ao produzir a referência, a citação, delimita entre as aspas, ou por outro recurso, o ponto de vista que busca apreender para validar o seu posicionamento, ou seja, as aspas que delimitam o trecho a ser citado de uma obra, a referência de uma instituição, de um autor, também resultam de um trabalho interpretante, intencional do enunciador. Desse modo, por meio de *debreagens* internas, de expressões de caráter subjetivo ou de quaisquer outros mecanismos são construídas as estratégias de persuasão no discurso.

No que tange ao mecanismo persuasivo de aproximação entre enunciador e enunciatório, à proximidade do sujeito em relação ao conteúdo de sua produção, à subjetividade demonstrada pelo assumir-se enquanto aquele que diz *eu*, podemos verificar também nos textos publicados na revista a predominância de discursos de opinião, além da presença de adjetivos (modalizando o enunciado), descrição das obras e suas respectivas temáticas, uma recorrente apreciação dos autores das obras apresentadas nos textos, favorável às suas práticas profissionais e à produção das obras em si, mas também com ressalvas e correções. Como é demonstrado a seguir:

[...] oferecem um magnífico campo de estudo linguístico, [...] em parte por processo de redação (feita ao correr da pena para favorecer a espontaneidade da expressão) e em parte [...] por deficiência de preparo gramatical e literário.¹⁰³

Martins Pena é um dos que propiciam mais rica colheita neste âmbito [...].¹⁰⁴

O que se espera do organizador de uma edição é, antes de tudo, lucidez na adoção e colação dos textos, respeito escrupuloso a eles e tato perspicaz em resolver-lhe as dúvidas e confusões.¹⁰⁵

Não há, por exemplo, como não louvar o senso científica com que foi feita a adaptação à atual ortografia [...].¹⁰⁶

Neste particular, cabe apenas a restrição a respeito de se ter adotado o acento grave na partícula resultante da crase (Darcy Damasceno diz impropriamente – “adotou-se a crase”) [...].¹⁰⁷

Este, entretanto, é o único senão filológico que parece mais digno de reparo. É quanto basta adiantar para se ver como é louvável e competente o trabalho que aqui se registra.¹⁰⁸

¹⁰³ Ver Anexo B, texto 1.

¹⁰⁴ Ver Anexo B, texto 1.

¹⁰⁵ Ver Anexo B, texto 1.

¹⁰⁶ Ver Anexo B, texto 1.

¹⁰⁷ Ver Anexo B, texto 1.

¹⁰⁸ Ver Anexo B, texto 1.

O livro, redigido numa linguagem simples, precisa e despretensiosa, fora do jargão filológico tão em moda entre nós, de um lado, e, de outro lado, sem o desleixo de composição que leva a frases redundantes e muitas vezes vazias, salpicadas de exibições extemporâneas¹⁰⁹ de erudição [...].¹¹⁰

Isto não significa que eu esteja em integral concordância com todos os pontos de vista doutrinários de Gladstone Chaves de Melo [...].¹¹¹

Está, pois, de parabéns a Livraria Acadêmica, que com esta publicação enriqueceu a sua Biblioteca Brasileira de Filologia e a Filologia Brasileira.¹¹²

Releve-me finalmente o autor (e queira levar o reparo à conta da simpatia pelo seu empreendimento e do desejo de vê-lo prosperar) [...].¹¹³

Foi bom, até certo ponto, que o prazo de que dispôs não lhe tivesse permitido, num plano mais desenvolvido o ensejo ambicioso [...].¹¹⁴

Said Ali bem merece um estudo dessa ordem executado com compreensão, objetividade e largueza de vistas, pondo o velho mestre no seu verdadeiro papel de pioneiro da linguística propriamente dita, [...].¹¹⁵

¹⁰⁹ Extemporânea; de modo extemporâneo; sem preparação prévia; de improviso, de repente. Fora de tempo; não oportunamente; inoportuno (Dicionário *Aulete*).

¹¹⁰ Ver Anexo B, texto 2.

¹¹¹ Ver Anexo B, texto 2.

¹¹² Ver Anexo B, texto 2.

¹¹³ Ver Anexo B, texto 3.

¹¹⁴ Ver Anexo B, texto 4.

¹¹⁵ Ver Anexo B, texto 4.

Sívio Elia encarou o tema, de um ponto de vista cultural e filológico, com a segurança que era de esperar. Ele tem, em verdade, a visão nítida do que deve representar o ensino do latim para o brasileiro de boa instrução [...].¹¹⁶

Já Leodegário de Azevedo pôs a ênfase, de preferência, na pedagogia “lato sensu” e na psicologia do adolescente. Sob este aspecto, o seu livro é utilíssimo aos professores de português, que em regra se deixam absorver pela matéria a ensinar e não praticam uma pedagogia estruturada num sistema coerente.¹¹⁷

Ismael Lima Coutinho é uma das nossas figuras mais respeitáveis nos estudos da filologia portuguesa [...].¹¹⁸

Acresce a exposição clara, metódica e atraente, muito superior à apresentação compacta de Cornu, ao estilo difuso e descosido de Nunes e à secura de formulação de Huber e Williams.¹¹⁹

Louvemos, portanto, sem maiores restrições, esta “Gramática Histórica”, que soube ser tão ricamente informativa, bem orientada, bem planejada e segura dentro do quadro tradicional em que voluntariamente se colocou.¹²⁰

O Autor foi em verdade felicíssimo no plano e no tratamento dos verbetes [...].¹²¹

¹¹⁶ Ver Anexo B, texto 5.

¹¹⁷ Ver Anexo B, texto 5.

¹¹⁸ Ver Anexo B, texto 6.

¹¹⁹ Ver Anexo B, texto 6.

¹²⁰ Ver Anexo B, texto 6.

¹²¹ Ver Anexo B, texto 7.

Este “Dicionário de Sinônimos” coloca-se no mesmo plano de excelência em que estão o “Dicionário Etimológico” e a sua continuação sobre os “Nomes Próprios”, do Autor, obras para o português que detêm a primazia no gênero.¹²²

O Autor foi muito feliz na seriação, escolha de temas e execução dos exercícios que compendia em seu livro.¹²³

O mau professor é o de conhecimentos por demais limitados, ou que se julga um sábio quando não passa de um sabichão.¹²⁴

Os Autores deste livrinho são duas figuras das mais conceituadas no nosso meio filológico contemporâneo.¹²⁵

Relevem os prezados Autores a franqueza dessa crítica final, unicamente determinada por um alto apreço a ambos (pois não se deve perder tempo em contestar àqueles a quem não se preza), e recebam parabéns pelo que souberam realizar, partindo embora de um tipo de exercício gramatical cujo valor, em essência, é muito discutível.¹²⁶

¹²² Ver Anexo B, texto 7.

¹²³ Ver Anexo B, texto 8.

¹²⁴ Ver Anexo B, texto 8.

¹²⁵ Ver Anexo B, texto 9.

¹²⁶ Ver Anexo B, texto 9.

Não poderia esperar outra coisa quem conhece de perto o Professor Adriano da Gama Kury e sabe-o um estudioso honesto, sagaz e incansável da língua vernácula e dos problemas da filologia.¹²⁷

O trabalho é uma das contribuições valiosas que está trazendo ao Serviço de Proteção aos Índios e ao Museu Nacional [...].¹²⁸

Com isso a nossa linguística indígena está se preparando para superar a sua metodologia até agora precária, incoerente e confusa.¹²⁹

De qualquer maneira, a restrição não impede de reconhecer que a “Gramática do Latim Vulgar” é uma contribuição das mais valiosas para a filologia românica no Brasil e representa uma obra sólida, de nível universitário, entre outras que a Livraria Acadêmica está lançando com acerto cultural e (é grato dizê-lo para honra dos estudantes e estudiosos brasileiros, às vezes tão mal julgados) com pleno sucesso comercial.¹³⁰

Por meio das marcas enunciativas, dos discursos de opinião, da presença dos modalizadores, da apreciação dos autores das obras apresentadas nos textos, dos questionamentos direcionando a reflexão do leitor, pode-se apreender o ponto de vista de Mattoso Câmara, suas atitudes, avaliações e posicionamentos, mesmo que não os revelem explicitamente no texto. O enunciador ao utilizar vários adjetivos direcionando sua

¹²⁷ Ver Anexo B, texto 10.

¹²⁸ Ver Anexo B, texto 11.

¹²⁹ Ver Anexo B, texto 11.

¹³⁰ Ver Anexo B, texto 12.

argumentação, passa a ser tal procedimento uma marca no enunciado, uma característica do enunciador. Observamos que os adjetivos atuam sobre a gradualidade das palavras, do contexto a que se ligam, intensificando o modo argumentativo de organização do discurso. Assim, podemos considerar que essa intensificação argumentativa ao interferir nos discursos proferidos revela também a subjetividade do enunciador.

Figuratividade e isotopia¹³¹ são estratégias discursivas que auxiliam na organização e na compreensão de qualquer discurso. Conforme Barros (2002, p. 124) “a noção de isotopia conserva a ideia de recorrência de elementos linguísticos, redundância que assegura a linha sintagmática do discurso e responde por sua coerência semântica”. Assim, a relevância da isotopia consiste na função de que, ao permitir a manutenção da linha sintagmática do discurso, bem como de sua coerência semântica, confere unidade de sentido ao enunciado, em outras palavras, a recorrência do mesmo traço semântico no decorrer de um texto corrobora determinando como esse discurso deve ser interpretado.

Desse modo, em relação aos textos de divulgação de Mattoso Câmara publicados na revista *A Cigarra Magazine* podemos traçar uma linha isotópica de um seminário, de uma aula sobre livros de Língua Portuguesa e/ou a temas concernentes à língua(gem), ou seja, é apresentado por um especialista da área alguns livros, juntamente, com comentários, exposição do conteúdo, discussões e retificações, na intenção de divulgar a obra para o grande público, além de ensinamentos de português.

Logo, as figuras presentes nos textos pelo enunciador para a construção do efeito de sentido de verdade, de realidade, assegurando a coerência semântica do discurso, são: palavras, expressões, Brasil, professor, autor, gramática, livro, fascículo, estudo, obra, capítulos, pedagogia, língua, linguagem, latim, português, ensino, estudantes, universitários,

¹³¹ A isotopia é responsável pela interpretação do texto, oferece ao leitor um plano de leitura e determina um modo de ler esse texto, ou seja, “trata-se de uma espécie de plano de leitura que confere ao texto uma unidade de sentido” (LARA; MATTE, 2009, p. 70).

termo, sinônimo, verbo, dicionário, morfologia, sintaxe, filologia portuguesa, gramática, escrita, fonética, sílabas, Linguística, filologia, língua portuguesa, Humanidades, Said Ali, Sílvio Elia, Camões, Ismael Lima Coutinho, Paul Garvin, Livraria Acadêmica, Biblioteca Brasileira de Filologia, Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira, dentre outras figuras pertencentes ao campo semântico referente à linha isotópica de uma aula de Língua Portuguesa, relacionadas às noções pertinentes à língua(gem).

Como já mencionado anteriormente, podemos inferir por meios das figuras presentes no texto, da linha isotópica construída, uma evidência da presença da Linguística, do saber linguístico¹³² nos textos de divulgação de Mattoso Câmara, visto que a coerência semântica do discurso, a figuratividade garante esse efeito referencial. Ou seja, embora não esteja nitidamente marcado nos textos qual é o seu propósito, o de divulgar a ciência linguística, o arranjo enunciativo e discursivo, o contexto textual corroboram para tal entendimento. Por exemplo, no conjunto de textos analisados há introdução de teorias linguística; há divulgação de livros relacionados ao estudo da língua, da linguagem e a noções linguísticas; de pragmática, abordando assuntos e temas relacionados às condições do uso da linguagem, da prática linguística, da linguagem habitualmente falada na época; do uso linguístico e suas variantes, descritas e explicadas pelo linguista; é possível observar como também verificado no *Correio da Manhã*, a preocupação com a quebra de preconceitos e paradigmas sobre os usos e as atribuições da linguagem e da língua portuguesa, entre outras questões e aspectos relativos à Linguística.

¹³² Entendemos como saber linguístico o saber produzido acerca das línguas do Brasil, ao estudo das linguagens. Dessa forma, levamos em consideração as obras, os autores, as teorias, os conceitos que são mobilizados para a produção desse saber.

A repetição figurativa¹³³, a recorrência de elementos que apontem para um determinado campo semântico, contribuindo com a coerência discursiva e estabelecendo significação para o que se associa a percepção do mundo exterior é um mecanismo persuasivo, isto é, consiste na apresentação de figuras que pertençam ao universo do enunciatário, que remetem ao mundo natural, criando um efeito de impressão referencial, de modo a fazê-lo crer na veracidade do discurso do enunciador. Além disso, relevante dizer que por meio da isotopia, da linha isotópica apreendida é revelado, direcionado um caminho para a análise, leitura do texto e, por extensão do discurso constituindo-se, simultaneamente, como elemento marcado das escolhas do enunciador e um indicativo das possibilidades de interpretação que o mesmo pretende alcançar.

4.2 O jornal e a revista

No que concerne ao estudo das estratégias enunciativas e discursivas presentes no processo de textualização das produções de divulgação científica do linguista Mattoso Câmara publicadas no jornal *Correio da Manhã* e na revista *A Cigarra Magazine* observamos algumas conformidades entre os textos e particularidades.

Assim, destacamos que nos textos de ambos os veículos há a predominância do efeito de aproximação do enunciador em relação ao enunciatário, a projeção do enunciador *eu*, instaurando subjetividade ao enunciado, proximidade em relação ao conteúdo da produção – tal entendimento não se refere apenas à projeção de pessoa assumida em 1ª pessoa, mas ao

¹³³ O fazer/crer do enunciador e o crer dos enunciatários pressupõem um acordo de veridicção, regulamentando assim, o reconhecimento das figuras.

jogo de vozes, as marcas discursivas dentre outros procedimentos examinados nos textos de divulgação científica. Há a presença de discursos de opinião, a recorrência de adjetivos (qualificando obras e autores e/ou modalizando o enunciado), de citações de outros textos, autores, escritores etc, além da assimilação do mesmo plano de leitura atribuindo uma significação de aula, seminário, isto é, uma explanação por um especialista da área de noções relacionadas à língua(gem), ao português, direcionada ao público em geral.

O enunciador ao produzir o efeito de sentido de subjetividade coloca-se como a autoridade da enunciação, o sujeito por trás do texto evidencia-se e manifesta, em parte, o seu comprometimento e a sua parcialidade em relação ao dissertado, ou seja, aproxima-se do enunciado bem como o enunciatário do enunciador, assim, Câmara ao escrever seus textos de divulgação no jornal e na revista em primeira pessoa se “mostra” no texto, assumindo a responsabilidade pelo que é dito. O mecanismo de projetar um discurso carregado de marcas subjetivas, estratégia essa de aproximar enunciador e enunciatário, contribui para a conquista da adesão do enunciatário ao texto, uma vez que, o enunciador ao trazer o *eu* para dentro do discurso, o enunciatário infere os fatos, identifica os conceitos enunciados sob a perspectiva de quem os conheceu, os estudou, os pesquisou, favorecendo a validação textual e a persuasão do enunciador, como também intensifica a confiança do enunciatário perante o texto.

No *Correio da Manhã* e na *A Cigarra Magazine* observamos também o fenômeno da polifonia, ou seja, no que diz respeito aos diferentes níveis de enunciação, às projeções de pessoa, ao jogo de vozes no discurso, delegação de vozes outras. Quando se trata de qualquer enunciado fala-se inevitavelmente em uma multiplicidade de vozes que o organizam, assim, entende-se a polifonia como inerente a qualquer produção textual, linguística (cf. FIORIN, 1999). Segundo Barros (1999a, p. 6) o termo polifonia é empregado “para caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que se deixam entrever muitas vozes, por oposição aos textos

monofônicos, que escondem os diálogos que os constituem”, eles se ocultam sob a aparência de um discurso único, de uma única voz.

Para Barros (1999a, p. 6) o diálogo é condição da linguagem e do discurso, entretanto, há textos polifônicos e monofônicos, conforme as estratégias discursivas acionadas. Dessa forma, monofonia e polifonia de um discurso são “efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos que se utilizam em textos, por definição, dialógicos”.

O termo dialogismo é reservado para o princípio constitutivo da linguagem e de todo discurso (cf. BARROS, 1999a). De acordo com Barros (1999a, p.3) o dialogismo é concebido como o espaço interacional entre o *eu* e o *tu* ou entre o *eu* e o *outro*, no texto, afirmando “que nenhuma palavra é nossa, mas traz em si a perspectiva de outra voz”. Não pode ser reduzido à ideia de um diálogo face a face entre interlocutores, como também não ser entendido como um diálogo entre discursos, uma vez que “o interlocutor só existe enquanto discurso” (FIORIN, 1999, p.32). Segundo a autora (1999a, p.6) os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais; podem, “no entanto, produzir efeitos de polifonia, quando essas vozes ou alguma delas deixam-se escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir”.¹³⁴

Assim, podemos inferir mais uma evidência da presença da Linguística nos textos de divulgação de Mattoso Câmara, considerando sua trajetória profissional, sua experiência com diferentes teorias linguísticas de vários países, seu contato com pesquisadores de distintas correntes de estudo da língua(gem), seus livros publicados, sua carreira como linguista, professor de linguística, sua atenção em divulgar a ciência linguística do/no Brasil etc, uma vez que, o dialogismo é condição da linguagem e todo discurso, isto é, vozes

¹³⁴ Essa definição da autora a respeito da polifonia é semelhante à concepção de intertextualidade definida por Fiorin (1999, p. 30), para quem o “termo intertextualidade fica reservado apenas para os casos em que a relação discursiva é materializada em texto”, enquanto todas as demais relações dialógicas, manifestas ou não, são do campo da interdiscursividade.

relacionadas à ciência da linguagem, aos pressupostos linguísticos permeiam o discurso de Câmara.

Desse modo, para Barros (1999a) diferentemente do dialogismo “de todo discurso”, a polifonia aconteceria quando o “dialogismo se deixa ver”, isto é, quando são “percebidas muitas vozes” no texto. Relevante destacar que na polifonia, as vozes podem ser projetadas de modo explícito ou implícito, pode ter muitas vozes ou uma mesma voz (ideia) pode transitar por várias conjunturas enunciativas.¹³⁵

Os procedimentos com uma função argumentativa são utilizados pelo enunciador para produzir discursos que se assemelham com a realidade, pareçam verdadeiros para serem aceitos pelo enunciatário, o convença, levando-o assim, a crer no que está sendo comunicado. Uma vez que, “importa não só o que se diz, mas também o modo como se diz” (FIORIN, 2008, p. 43). Destarte, entendemos que a polifonia está entre as estratégias argumentativas de persuadir o enunciatário, conduzindo-o a interpretar o sentido de determinado modo, conforme a finalidade do enunciador.

Na polifonia, estratégia discursiva em que o enunciador insere outra voz no texto, as vozes podem ser citadas de modo explícito, mostrando e marcando essa presença ou serem insinuadas, como também pode haver muitas vozes (ideias) ou uma mesma voz (ideia). Nos textos de divulgação estudados, observamos que em ambos os veículos, do jornal e da revista, o enunciador deixa explícito as marcas da fala do outro no texto, caracterizadas pelos elementos da manifestação textual como as aspas, o travessão, expressões “X diz”, “segundo

¹³⁵ A respeito do dialogismo, da noção de polifonia, podemos relacionar com a noção de heterogeneidade (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 103). Conforme a autora, todo texto é marcado pela heterogeneidade, há sempre “um outro que atravessa constitutivamente o um”, ou seja, resulta do entrecruzamento de vários outros textos, de maneira que o sujeito da enunciação não é único. Authier-Revuz propõe dois tipos de enunciados: um que pode apreender linguisticamente a presença do outro, ou seja, revelando a heterogeneidade com marcas explícitas (*mostrada marcada*) e um que a heterogeneidade não é visível linguisticamente, que não se encontra perceptível na materialidade linguística (*mostrada não-marcada*).

X”, “X nos indica”, citação de nome de alguma autoridade, especialista da área, de livros, como também o uso do discurso direto e indireto.¹³⁶

É possível verificar também, uma exceção de rara ocorrência, o emprego de alusões, ou seja, quando o enunciador, implicitamente, estabelece uma relação com discurso de outros sem demarcar precisamente sua presença, fazendo uma referência de maneira vaga ou indireta sobre algo ou alguém no texto, como, por exemplo, no jornal: “Demais, romanista já tem analogamente uma aplicação bem determinada para um Ihering, um Keller, um Mayr [...]”, ou na revista: “a maneira de Bally”, “na linha de Meillet”. Nos dois casos as referências são por estudiosos, pesquisadores, nomes de grande relevância devido suas importantes contribuições nas suas respectivas áreas.

O enunciador utiliza essas estratégias argumentativas no intuito de confirmar, validar o dito através da inserção do discurso do outro, produzindo efeito de verdade, realidade e sinalizando uma maior confiabilidade ao texto, como um procedimento discursivo do enunciador para criar uma adesão do enunciatário ao dito e aos valores comunicados. Posto que, o discurso do outro “perpassa, atravessa, condiciona” e dá forma ao enunciado, ao discurso do falante (FIORIN, 1999, p. 29). Câmara utiliza o recurso da referência, da citação de outros textos, autores, escritores etc, condicionadas por uma intencionalidade subjacente para exemplificar o seu dizer, reafirmar o já dissertado pelo autor, configurando-se em um procedimento para endossar o discurso. Assim, compreendemos que a polifonia presente nos textos analisados se constitui, no sentido que, por meio dessa estratégia é possível partilhar com o enunciatário o conteúdo pressuposto, tomando-o como verdadeiro e inquestionável.

¹³⁶ Tais recursos se assemelham com o que Authier-Revuz (2004, p. 140) diz sobre da *heterogeneidade mostrada marcada*, em enunciados: primeiro no discurso relatado, em que enunciador utiliza de suas próprias palavras para transmitir o discurso de um outro (discurso indireto) e em segundo, quando o sujeito recorta, transcreve as palavras do outro e as cita (discurso direto), assinalando estas palavras no seu discurso por meio de aspas, itálico, [...] ou seja, as “operações locais explícitas”.

Com relação à estrutura do dizer disposta nos textos podemos observar que no *Correio da Manhã* não possuem uma organização estável. É apresentado cartas de leitores; questionamentos pertinentes ao estudo da língua(gem), à formação de docentes de português; apontamentos, dúvidas, questões relacionadas à língua portuguesa que o enunciador evidencia como relevante de dissertar; esclarecimentos sobre expressões do cotidiano, ensino do português etc. Contudo, há a regularidade de explicações etimológicas, exemplos do uso da língua no cotidiano, citações de trechos de obras, de autores literários.

Já na revista *A Cigarra Magazine* acerca a estrutura discursiva verificamos uma organização regular nos textos. Em todas as publicações possui a apresentação de uma obra relacionada às humanidades, ao ensino, estudos da língua portuguesa, da língua(gem), com a referência do título da obra enunciada e uma indicação sucinta e inicial da temática; há a descrição das obras e respectivos conteúdos com citações de trechos dos livros; há a apreciação dos autores das obras, de modo favorável às suas práticas profissionais e à produção das obras em si, mas também ressalvas e correções.

A respeito do formato textual das produções de divulgação publicadas tanto no jornal quanto na revista, destacamos que de modo geral não são textos extensos, possuem coesão, lógica na organização do conteúdo, com uma linguagem clara, coloquial e de fácil compreensão, sustentando assim, o ato comunicacional.

Assim, entendemos que o uso de alguns vocábulos em detrimento de outros, a construção textual, bem como a escolha de um assunto, conteúdo a ser abordado ou de uma obra a ser resenhada, a aproximação ou afastamento em relação ao seu discurso, seja também uma ação intencional do enunciador, um procedimento de argumentação e persuasão. Mais que apresentar as obras, algum ensinamento, Câmara seleciona e organiza o conteúdo publicado de acordo com um ponto de vista, um propósito, que consideramos de acordo com seus livros publicados, sua trajetória profissional mencionada em capítulos anteriores, a

preocupação com a divulgação científica, ou seja, a institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil, além da divulgação científica da Linguística do/no Brasil.

Os mecanismos persuasivos apreendidos nos textos do jornal *Correio da Manhã* e da revista *A Cigarra Magazine* na totalidade se equivalem, posto que em ambos os veículos, configuram o efeito de aproximação em relação enunciador – enunciatário; compreendem o efeito da subjetividade e proximidade entre o enunciador e o texto; estabelecem planos de leitura, interpretação, sentidos análogos; apresentam elementos, figuras que apontem para os mesmos campos semânticos, garantindo a coerência semântica dos discursos.

5. O JORNAL, A REVISTA, O DISCURSO

No capítulo anterior podemos observar que uma das características discursivas, entre outras, presente nos textos de divulgação de Mattoso Câmara em ambos os veículos, no jornal *Correio da Manhã* e na revista *A Cigarra Magazine* é a predominância do efeito de aproximação do enunciador em relação ao enunciatário, ou seja, a projeção do enunciador *eu*, instaurando subjetividade ao enunciado, proximidade em relação ao conteúdo da produção. Essa aproximação do enunciador instaurada no discurso não se refere apenas à projeção de pessoa assumida em 1ª pessoa, mas ao examinarmos o jogo de vozes, as marcas discursivas presentes nos textos tornam identificáveis efeitos de verdade, de autoridade, ou seja, ao afirmar a qualidade de um livro, como por exemplo, na *A Cigarra Magazine*, ou trazer no texto noções teóricas, ensinamentos, como no *Correio da Manhã*, além de reflexões, citações de outros especialistas, é reforçado o juízo, o discernimento do enunciador, construindo assim sua autoridade, além de ser uma forma de convencimento, de fazer com que o enunciatário aceite e reconheça a veracidade do discurso.

Desse modo, neste capítulo apresentamos uma discussão referente à análise do capítulo anterior apreciando as noções das autoras Jaqueline Authier-Revuz e Eni Orlandi, como atividade de disseminação, processo de didatização e práticas de publicização.

Authier-Revuz (1998) conceitua o discurso de divulgação científica como uma atividade de disseminação, ou seja, fazer circular o conhecimento produzido no interior de uma comunidade acadêmica em um meio não especializado, para um público em geral,

podendo relacionar também com o que Orlandi (2004) explora como efeito de exterioridade da ciência.¹³⁷

Assim, no que tange aos textos de divulgação científica de Joaquim Mattoso Câmara Jr. publicados no jornal *Correio da Manhã* em 1934 e na revista *A Cigarra Magazine* entre os anos de 1957 a 1960, do trabalho do linguista enquanto divulgador, podemos observar que a disseminação¹³⁸ se faz presente, visto que ao publicar suas produções intelectuais, explicando, informando sobre a ciência linguística, estudos relacionados à língua(gem), ao ensino de português, à obras literárias, didáticas, em veículos de massa¹³⁹, a difusão das informações alcançam o coletivo, uma maior cobertura, de diferentes públicos, faixas etárias, grau de escolaridades etc, contrastando, por exemplo, com o que ocorre com os impressos especializados em que o público alvo é mais específico (comunicação entre os pares), fechado em torno do ambiente acadêmico, de um domínio particularizado.

Segundo Authier-Revuz (1999) a principal função atribuída à divulgação é a realização da comunicação ciência-público, isto é, a divulgação científica ser um meio também, dentre outras formas, de instrução da sociedade. Dessa forma, publicar ciência, por exemplo, em jornais, revistas não especializadas, contribui para a formação intelectual de uma

¹³⁷ De acordo com Orlandi (2001) a exterioridade da ciência indica a necessidade que tem nossa sociedade de que a ciência não se limite ao seu espaço de circulação mais restrito, mas ganhe o espaço social mais amplo e “se exteriorize na sociedade. Ela sai de si, sai de suas condições mais próprias e ocupa um lugar no cotidiano dos sujeitos” (ORLANDI, 2001, p. 28).

¹³⁸ A disseminação tem como público central aquele que está “fora da instituição escolar -universitária, não visando a formação de especialistas” (AUTHIER -REVUZ, 1998, p. 107). Conforme a autora, a disseminação almeja à materialização do discurso de divulgação em meios de comunicação diversos para que consiga atingir o maior número de pessoas.

¹³⁹ Comunicação de massa, veículos de massa, como por exemplo, o jornal, a revista, a televisão, o rádio, produzem uma comunicação de forma ampla, atingindo os mais variados tipos de sociedade, culturas etc. “A massa é constituída por um conjunto de indivíduos que, enquanto seus membros, são essencialmente iguais, indiferenciáveis, mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogêneos, e de todos os grupos sociais” (WOLF, 2002, p. 25).

comunidade, posto que, os meios de comunicação auxiliam no acesso de todo tipo de informação – práticas de publicização¹⁴⁰ (ORLANDI, 2004).

A divulgação/publicização científica exerce o papel de socializar ao público, compartilhar com os demais, externos à comunidade científica, os resultados dos estudos, das pesquisas. Assim, o texto de divulgação científica veiculado na/pela mídia ao favorecer a leitura por um número significativo de leitores, representa não somente a associação do discurso científico com o cotidiano (didatização¹⁴¹) como também a propagação fora da instituição universitária, dos conhecimentos científicos produzidos e em circulação no interior de uma comunidade restrita.

Nos textos de divulgação de Mattoso Câmara, publicados no jornal, são apresentados questões sobre o ensino, o uso do português, formação das palavras etc; na revista, além da divulgação das obras, também evidência conteúdos pertinentes ao uso da língua(gem). Com um vocabulário predominantemente coloquial, Mattoso explana acerca as teorias, os estudos, de um modo informal, propiciando uma maior assimilação do conteúdo por parte dos leitores.¹⁴²

Interessante ressaltar que em todas as produções textuais analisadas, Mattoso Câmara intervém com seu posicionamento frente ao saber. Ao produzir as *Pequenas Lições de Português*, as notícias críticas (na revista) o linguista ao mesmo tempo em que divulga a ciência, os estudos gramaticais, filológicos ou linguísticos, as obras, os livros didáticos, opina sobre tipos de estudos, aprova, discorda, coloca em circulação teorias, pensamentos de outros

¹⁴⁰ A publicização na/pela mídia, de informações sobre a ciência (cf. ORLANDI, 2004), pressupõe não mais a divulgação do conhecimento produzido apenas no meio científico-acadêmico, mas uma ressignificação da ciência circulando, portanto, na sociedade em geral.

¹⁴¹ Para Orlandi (2004) o discurso de divulgação científica significa-se por sentidos derivados tanto de saberes da ordem do senso comum quanto de saberes da ordem da ciência, processo esse que a autora entende como didatização. Conforme a autora recursos de didatização fazem parte da organização constituinte da ordem do discurso de divulgação científica.

¹⁴² Pautado nas reflexões de Leibrunder (2003, *apud*, FILHO, 2010, p. 760), o texto de divulgação científica “contrapõe-se ao hermetismo próprio do discurso científico, buscando propiciar ao leitor não especialista o contato com o universo da ciência por meio de uma linguagem que lhe seja familiar”.

autores, pesquisadores, além dos seus próprios. Assim, não há somente divulgação da ciência, mas também constituição de saberes, além de colaborar para o reconhecimento do trabalho de outros pesquisadores, obras, contribuindo para a legitimação do profissional das ciências da linguagem e da institucionalização do saber.

Destarte, ao publicizar a ciência, se amplia o contexto de interlocução, isto é, com a resignificação da ciência¹⁴³ se estabelece também outra forma de produção do conhecimento – na relação entre o divulgador e o leitor. Não é simplesmente divulgar, tornar público, divulgar matérias científicas por meio da publicação em jornais e revistas para leigos, mas ponderar que a atividade de divulgação científica, também se constitui como um mecanismo de produção de conhecimento, visto que o divulgador se vê na necessidade de ampliar o campo associativo do seu próprio saber, paralelamente ao interesse da sociedade por esse saber – na atualidade, há uma crescente conscientização da ciência como processo inerente à evolução do ser humano, questões sobre ciência e tecnologia estão cada vez mais inseridas no contexto social.¹⁴⁴

O discurso de divulgação científica é uma interação, uma comunicação direcionada ao público em geral (leigo ou não), dos fatos e princípios da ciência, explicitando fundamentos científicos como também métodos de ação dos cientistas e a evolução das ideias científicas, ou seja, por meio do texto de divulgação científica, com uma linguagem acessível,

¹⁴³ Quando atentamos para o discurso de divulgação científica, não estamos mais tratando *de* ciência em si, mas *sobre* ciência, já que os saberes inscritos em tal ordem não vão mais significar conhecimento (domínio teórico) propriamente, e sim incorrer em informação a respeito do conhecimento (cf. ORLANDI, 2004). A divulgação científica ao socializar o conhecimento, simultaneamente, publiciza a ciência através das (re)significações produzidas pelo divulgador de ciência e/ou leitor de ciência.

¹⁴⁴ Conforme o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), um estudo da série Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil, realizado entre os anos de 2014 a 2015, pelo Centro de Gestão e Estudo Estratégicos, aponta que 61% dos entrevistados demonstraram interesse por ciência e tecnologia (C&T). “O índice é comparável às médias dos países que realizaram pesquisa semelhante. Na União Europeia, por exemplo, 53% afirmaram ter interesse por assuntos de C&T. No Brasil, o tema é o quinto que mais atrai a atenção da população – está atrás de Medicina e Saúde (78%), Meio Ambiente (78%), Religião (75%) e Economia (68%). O interesse por C&T é maior que em Arte e Cultura (57%), Esportes (56%), Moda (34%) e Política (27%)” (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 2015).

clara, concisa, a sociedade é informada a respeito de pesquisas, de experimentos, profissões etc. No entanto, para que a informação sobre ciência alcance, de fato, as coletividades e a população como um todo, que seja realizado conforme Authier-Revuz (1998), uma “ruptura cultural” entre a elite científica e os demais sujeitos de uma sociedade não integrantes do meio acadêmico, no caso, “o grande público”, é primordial o processo de divulgação científica, o publicizar da ciência.

Nos textos do jornal *Correio da Manhã* e da revista *A Cigarra Magazine*, na totalidade, configuram o efeito de aproximação, envolvimento na relação divulgador – leitor, compreendem o efeito da subjetividade e proximidade entre Mattoso Câmara enquanto divulgador e o texto, como podemos observar no capítulo *Língua: objeto/instrumento de divulgação*. Isto posto, podemos refletir que o divulgador/enunciador ao se aproximar do leitor/enunciatário (os interlocutores são dispostos em um mesmo patamar imaginário), produz uma espécie de estreitamento da comunicação, estendendo assim a informação, uma maior compreensão da ciência por parte da sociedade, logo, auxiliando na disseminação, na publicização científica.

Por meio das estratégias discursivas, das marcas enunciativas, das projeções da enunciação analisadas e discutidas no capítulo anterior, dos textos de divulgação de Mattoso Câmara publicados no jornal e na revista, é possível depreender o *éthos*, ou seja, a “questão da imagem do enunciador pressuposto criado pelo texto” (FIORIN, 2008, p.34). Segundo Fiorin (2008, p.139), o *éthos* não se explicita no enunciado, mas na enunciação, é a figura do enunciador implícita no texto, construída discursivamente pelo seu autor, quer dizer, não é o autor real, é uma imagem do autor; é um autor discursivo, um autor implícito: “O *éthos* não se constrói naquilo que se diz, mas na maneira de dizer, no que o orador transmite, pois ele se firma nas marcas da enunciação”.

Relevante dizer que o *éthos* do enunciador, conforme Fiorin (2008) está pela

totalidade dos seus discursos e/ou de sua obra¹⁴⁵, assim ao analisar a produção textual de Mattoso Câmara do jornal e da revista, podemos depreender as marcas do *éthos* do enunciador a partir de uma totalidade presente na materialidade discursiva. Segundo o autor as marcas do *éthos* do enunciador podem ser encontradas observando as recorrências em qualquer elemento composicional do discurso ou do texto: na escolha do assunto, nos gêneros escolhidos, no nível de linguagem usada, na figurativização, na escolha dos temas, nas isotopias etc (cf. FIORIN, 2008, p. 143). Assim, de acordo com Fiorin (2008), o *éthos* deixa marcas linguísticas e textuais na materialidade discursiva, dessa forma, por meio da recorrência com que essas “pistas” aparecem no texto é possível ascender à imagem do enunciador.

Dessa forma, a respeito do enunciador dos textos de divulgação científica, tanto do *Correio da Manhã* quanto da *A Cigarra Magazine*, guardadas as especificidades de cada veículo ponderadas no quarto capítulo, temos um *éthos* constituído de valores intelectuais, que valoriza o conhecimento, a educação. Constrói-se no discurso, a imagem de um enunciador educador, de credibilidade, com vasta experiência do assunto tratado, que apresenta as informações muito bem fundamentadas em teorias, campos de conhecimento, que possui uma visão concreta dos assuntos, um ponto de vista definido e que objetiva propagar tal perceptiva.

Na tentativa de convencer o leitor (enunciatário) do seu dizer o enunciador simplifica noções, teorias dos assuntos tratados, trazendo, por exemplo, situações, expressões do cotidiano, como no caso dos textos publicados no jornal, trazendo trechos dos livros resenhados, como apresentado na revista, isto é, facilita suas ideias e raciocínios para

¹⁴⁵ Quando analisamos uma obra singular, podemos definir os traços do narrador, quando estudamos a obra inteira de um autor é que podemos apreender o *éthos* do enunciador. Podemos, ao final da análise encontrar uma identidade ou diferença entre o caráter do enunciador e o do narrador numa obra singular (FIORIN, 2008, p. 141).

favorecer a compreensão de suas propostas e de sua lógica pelo enunciatário, além de contribuir para a credibilidade do seu dizer.

Por meio de textos concisos, uma linguagem simples, informal, acessível, apresentado em ambos os veículos estudados, o enunciador busca aumentar a compreensão, a curiosidade e, conseqüentemente, ganhar a atenção do enunciatário. Ao escrever o texto, proferir o discurso, o enunciador escolhe o que vai ser dito e como vai ser, considerando aquilo que ele crê que o enunciatário julga positivo, interessante de ser lido, aprendido, sobre o que o enunciatário gostaria de ser informado. Assim, temos também a construção de um *éthos* que apresenta lucidez, consciência, preocupado em proporcionar algum benefício intelectual, informativo ao leitor.

Em ambos os veículos (jornal e revista) analisados Mattoso Câmara tece em seus textos, reflexões, opiniões, comentários de caráter pessoal, no entanto, relevante salientar que a essência do conhecimento científico não é desvirtuada, caracterizando um efeito de credibilidade e confiança nas informações postuladas. Câmara enquanto linguista, estudioso da língua e da linguagem, ao emitir, formular suas produções de divulgação científica nos meios de comunicação concede visibilidade à Linguística e ao lugar do linguista como legitimador do saber sobre a(s) língua(s).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações realizadas em nosso trabalho constatamos que ao lado do empenho com teoria linguística, com a descrição do português, formação de professores de língua portuguesa, estudos estilísticos, história das ideias linguísticas, interesse pelas línguas indígenas brasileiras, entre outros estudos e pesquisas, esteve presente em Joaquim Mattoso Câmara Júnior a preocupação com a divulgação científica da ciência linguística do/no Brasil. Em meio às diversas atividades intelectuais, Mattoso Câmara divulgou suas ideias e as de estudiosos com os quais compartilhava teorias e princípios linguísticos em diferentes periódicos, como por exemplo, revista *Vozes*, *Revista Brasileira de Filologia*, jornal *Correio da Manhã*, revista *A Cigarra Magazine*.

Por meio do estudo acerca do discurso de divulgação científica, dos textos de divulgação publicados no jornal *Correio da Manhã* em 1934 e na revista *A Cigarra Magazine* entre os anos de 1957 a 1960, observando as estratégias discursivas foi possível evidenciarmos como se configura Mattoso Câmara enquanto divulgador.

Câmara, enquanto estudioso, profissional da ciência da linguagem, ao dar visibilidade à Linguística através de suas produções intelectuais publicadas no jornal e na revista, também delimitava a constituição de diferentes campos do saber linguístico, conhecimentos sobre a língua(gem), divulgava autores e obras.

Esperamos ter produzido um estudo que contribua para as pesquisas sobre a língua, especialmente em se tratando de objeto de divulgação e das produções intelectuais de Mattoso Câmara e proporcionado um instrumento de pesquisa, uma fonte documental para a ciência linguística, além de enriquecer a memória linguística brasileira no âmbito da divulgação científica. E também por considerarmos nosso *corpus* rico, de grande valor intelectual, documental, histórico, dentre outros aspectos, a partir dos resultados da nossa

pesquisa, acreditamos continuar suscitando inquietações e ainda muitas ideias frutíferas.

Relevante enfatizar que o estudo acerca do linguista Mattoso Câmara foi desenvolvido com o objetivo que o conhecimento do trabalho mattosiano incentive uma cultura da divulgação – atitude essa bastante relevante nos dias atuais. A partir da abordagem da experiência de Mattoso Câmara como divulgador, provocar possíveis estímulos para a realização de trabalho semelhante na atualidade, gerar uma consciência que motive estudantes, profissionais, pesquisadores em geral, a assumir atitudes de transformação, diminuindo, assim, a distância entre o discurso e a prática de divulgar a ciência, visto que presumimos que atividades de divulgação também é um ponto considerável na carreira de qualquer profissional.

Uma vez que a preocupação de linguistas em produzir, elaborar meios de comunicação com a sociedade a respeito de suas pesquisas, estudos e descobertas não é recente. Desde Saussure¹⁴⁶ podemos traçar um histórico dessa preocupação, evidente nas primeiras páginas do *Curso de linguística geral* como podemos compreender na citação abaixo:

Qual é, enfim, a utilidade da Linguística? [...] não há domínio onde tenha germinado ideias tão absurdas, preconceitos, miragens, ficções. Do ponto de vista psicológico, esses erros não são desprezíveis; a tarefa do linguista, porém, é, antes de tudo denunciá-los e **dissipá-los tão completamente quanto possível** (SAUSSURE, 2006, p. 14, grifo nosso).

Isto posto, podemos dizer que essa citação permanece atual, apesar dos seus quase cem anos, tendo em vista que ainda hoje há muitas dúvidas, confusões, desconhecimento por parte da sociedade, do trabalho do linguista, do seu estudo e dos resultados de suas pesquisas.

Transmitir informação de caráter científico a uma comunidade não especializada tem um papel significativo porque além de colocar em circulação a ciência, potencializa a

¹⁴⁶ SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

criação de uma consciência pública sobre o seu valor – mais que um espaço de informação e debate, a atividade de divulgação científica é um canal de educação informal, uma importante ferramenta educativa, atingindo um público mais amplo que no contexto escolar.

A prática de divulgar conhecimento, popularizar a ciência por vias não formais, como jornais, revistas, internet, entre outras formas e meios de comunicação, enriquece a todos, democratiza, além de incentivar o debate científico, reflexões sobre as relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Embora o corpus do estudo tenha sido produzido em outro momento passado (entre as décadas de 1930 a 1960) estudar, falar de Mattoso Câmara, de sua produção intelectual, de divulgação científica da linguística do/no Brasil, ainda é muito atual.

Interessante ressaltar que um dos compromissos das pesquisas, da ciência é tornar as pessoas e as sociedades mais sábias, preparadas para compreenderem melhor o mundo em que vivem, logo, a divulgação científica é mister. A proposta desta dissertação está em consonância com o que Fiorin (2003a) propõe:

[...] divulgar o avanço da ciência é tão importante como fazer avançar a ciência, porque, na verdade, a ampliação da linguagem humana, a compreensão dos seus mecanismos dão ao homem a possibilidade de ascender à construção cultural que ele mesmo fez ao longo de sua história [...]. A linguística não pode em momento nenhum se alhear dessa preocupação de que ela tem que, digamos, **socializar as suas descobertas, para que cada vez mais os homens ascendam a esses benefícios, ampliem a sua capacidade de linguagem, ampliem os seus horizontes linguísticos** com o conhecimento de outras normas, de outros registros, de outras variantes... no sentido de que eles possam se tornar plenamente humanos (FIORIN, 2003a, p. 75, grifo nosso).

Dessa forma, conforme Fiorin (2003a) a responsabilidade da Linguística em relação à educação, está na ordem da divulgação, ou seja, a importância dada à divulgação dos estudos realizados no meio acadêmico, no domínio especializado, que merecem ser

repassados adiante, tem razão de ser, posto que ela torna os sujeitos conscientes e capazes de ascenderem socialmente, ampliarem seus horizontes linguísticos com o conhecimento de outras variantes, “no sentido de que eles possam se tornar plenamente humanos” (FIORIN, 2003a, p. 75). Assim, consideramos que o compromisso com a divulgação, a distribuição da informação pressupõe a aproximação da ciência em relação à sociedade, às práticas sociais, possibilitando aos sujeitos serem beneficiados por tal ação transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, C. *A Pesquisa linguística no Brasil: 1968-1988*. 1ª ed. São Paulo, SP: Humanitas, 1998.

_____. Memórias da Linguística na Linguística Brasileira. In: *Revista da ANPOLL*, São Paulo, n. 2, 1996, p. 173-189.

_____. Retrospectivas e Perspectivas da Historiografia Linguística no Brasil. In: *Revista Argentina de Historiografia Linguística*, v. 1, 2009, p. 115-136.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras Incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. Dialogismo e divulgação científica. In: *RUA*, n. 5. Revista do NUDECRI. Unicamp. Campinas, 1999.

_____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br>>. Acesso em: jan. 2015.

ASSOCIADOS. Disponível em: <<http://www.associados.com/fundador.php>>. Acesso em: dez. 2014.

BALDINI, L. J. S. Considerações sobre a vida e a obra de Mattoso Câmara Jr. In: *Estudos da Língua(gem)*. n. 2. Vitória da Conquista, 2005.

_____. Joaquim Mattoso Câmara Jr. In: *Entremeios: revista de estudo do discurso*. n.5, Pouso Alegre, 2012.

BARROS, D. L. P. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2005.

_____. Estudos do discurso. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à linguística*. II. Princípios de Análise. São Paulo: Contexto, 2003. p. 187- 219.

_____. *Teoria do discurso – fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 2002.

_____. Interação em anúncios publicitários. In: PRETI, D. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002a.

_____. *Teoria do discurso – fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 2002.

_____. & FIORIN, J. L. (orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. 2ª ed. São Paulo, SP: Edusp, 1999.

_____. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, D. L. P. ; FIORIN, J. L. (orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. 2ª ed. São Paulo, SP: Edusp, 1999a.

_____. Algumas reflexões semióticas sobre enunciação. In: DI FANTI, M.G; BARBISAN, L. B. (orgs). *Enunciação e discurso: tramas de sentidos*. São Paulo: Contexto, p. 28-43, 2012.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 5ª ed. São Paulo: Pontes, 2005.

BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: EdUSC, 2003.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>. Acesso em: jan. 2015 -2016.

BRUNELLI, A. F. (et al). *GEL: 40 anos de história na linguística brasileira*. São Paulo, SP: Paulistana, 2009.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Princípios de linguística geral (como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa)*, Rio de Janeiro: Briguiet, 1942.

_____. *Princípios de Linguística Geral: como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*. 7ª ed , Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

_____. A linguística brasileira. In: NARO, A. *Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: 1976.

_____. *História da linguística*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

CUNHA, A.; ALTGOTT, A. A.. Dados biográficos de Mattoso Câmara. *Para compreender Mattoso Câmara*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ELIA, H.. Sinopse dos estudos linguísticos no Brasil. In: CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 23ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

FIORIN, J. L. *A noção de texto na semiótica*. Organon, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 163-173, 1995.

_____. A pessoa desdobrada. In: *Alfa*, São Paulo, N. 39, p. 23-44, 1995a.

_____. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, D. L. P.; FIORIN, J. L. (orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. 2ª ed. São Paulo, SP: Edusp, 1999.

_____. *As astúcias da enunciação*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Pragmática. In: FIORIN, J. L. (org). *Introdução à Linguística II: princípios de análise*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. [Entrevista]. In: CORTEZ, S.; XAVIER, A. C. *Conversas com linguistas. Virtudes e controvérsias da linguística*. São Paulo: Parábola, 2003a.

_____. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 2005.

_____. Enunciação e semiótica. In: *Letras*, Santa Maria, Vol. 33, p. 69-97, 2006.

_____. O sujeito na Semiótica Narrativa e Discursiva. In: *Todas as Letras* (São Paulo), v. 9, n. 1, p. 24-31, 2007.

_____. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. (Org.) *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Contexto, 2013.

FILHO, U. C. Como Funciona o Discurso Do Gênero Divulgação Científica? In: *Cadernos do CNLF*, Vol. XIV, n. 2, t. 1, p. 757-770. 2010.

FONTANILLE, J. *Semiótica do discurso*. Tradução de Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.

FONTANILLE, J. ; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. Trad. Ivã C. Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

HEMEROTECA DIGITAL. Correio da Manhã. Disponível em:

< <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/correio-da-manha>>. Acesso em: 2015-2016.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LARA, G. M. P.; MATTE, A. C. F. *Ensaio de semiótica: aprendendo com o texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2009.

LEITE, Y. Joaquim Mattoso Câmara Jr: um inovador. In: *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. Delta, vol.20. São Paulo, 2004.

LEIBRUDER, A. P. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, H. N. (Coord.). *Gêneros do discurso na escola*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MATOS, H. M. Z. A Revista A Cigarra no espaço urbano 1914-1934. In: *Texto integrado dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP. São Paulo, 2008.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. Disponível em: < <http://www.mcti.gov.br/>>. Acesso em: set. 2015.

ORLANDI, E. L. P. Divulgação Científica e Efeito Leitor: uma política social e urbana. In: GUIMARÃES, E. (org) *Produção e Circulação do Conhecimento Vol 1 (Estado, Mídia, Sociedade)*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *História das ideias linguísticas e análise do discurso*. Grupo Corpus - Santa Maria, 2002.

_____. Linguagem, ciência, sociedade: o jornalismo científico. In: *Cidade dos Sentidos*. Ed. Pontes, Campinas, p. 129-147, 2004.

_____. *A língua brasileira*. Ciência e Cultura, São Paulo, 2005.

_____. Apresentação. Um fato, um acontecimento, uma história: ideias linguísticas no Brasil. In: *Relatos*, n.6. 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_06.html>. Acesso em: mar. 2015.

RODRIGUES, A. D. A obra científica de Mattoso Câmara Jr. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 6, p. 83-94, 1984.

SÁNCHEZ MORA, A. M. S. *A divulgação da ciência como literatura*. 14ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOBRAL, A. U. A relação entre enunciador e enunciatário num discurso de Plínio Salgado. In: LOPES, I. C. e HERNANDES, N. (orgs.). *Semiótica: objetos e práticas*. São Paulo: Contexto, p. 125-139, 2005.

UCHÔA, C. E. F. A colaboração de Mattoso Câmara em *A Cigarra* (1957-1960). In: *Confluência*, Rio de Janeiro, n.20, 2000.

_____ (org.). *Dispersos de Joaquim Mattoso Câmara Jr.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____ Mattoso Câmara: um novo discurso sobre o estudo da linguagem no Brasil. In: *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. Delta, vol.20. São Paulo, 2004a.

WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. 7ª ed. Portugal: Editora Presença, 2002.

ZAMBONI, L. M. S. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica*. Campinas: Autores Associados, 2001.

ANEXOS

PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ
—
Alguns exemplos expressivos

De um illustre professor cathedratico de portuguez, recebemos a seguinte carta:

“ Sr. Redactor: — Entre os estrangeirismos que pullulam na nossa lingua escripta, sobreleva no estilo burocratico o vocabulo *memorandum*, que melhor fôra, a exemplo de Herculano, aporluguezar para *memorando*, plural *memorandos*; seria apenas estender a uma acquisição vocabular moderna o processo de adaptação por que a lingua portugueza assimilou os innumerados vocabulos latinos terminados em — *um*. A forma peregrina obriga a um plural rebarbativo em: — *a*, *memoranda*, vogal que para o instincto linguistico portuguez corresponde de preferencia á noção de feminino (como já correspondia para os nossos antepassados medievaes que de *folia*, plural de *folium*, ou de *legenda*, plural de *legendum* fizeram os nomes singulares e femininos *folha*, *lenda*).

Não contestemos, comtudo, á burocracia o direito de ser pedante e rebarbativa e aceitemos com resignação o grupo binario *memorandum*: *memoranda* tão distante dos moldes de nossa lingua. Ao jornalismo, porém, não cabe a direito de apropriar-se do abuso e applical-o em falso num caso que faria arripiarem-se os cabellos dos nossos bons latinistas... se ainda os houvesse no Brasil depois da Escola Nova e da cultura em função dos Trabalhos Manuaes.

Explicuemo-nos:

Em introdução aos decretos e leis é de habito allinhar-se uma serie de considerações justificativas que comecam pela forma verbal *considerando*, mero e inofensivo particípio presente, ou melhor, gerundio, do verbo *considerar* (em francez usa-se correspondentemente o particípio *considerant*). Houve, porém, quem se lembrou intempestivamente do latinismo *memorandum* e, cioso dos conhecimentos classicos que não tinha, forjou um plural *consideranda* para exprimir todo o grupo das considerações a encabeçarem uma lei ou decreto.

O absurdo salta aos olhos. *Considerando* é vocabulo portuguez; prova-o a analyse logica mais perfunctoria e o cotejo com a forma franceza. Substantivado, o que é aliás perfeitamente inutil desde que ha o substantivo *consideração*, só pode ter como plural *considerandos*.

Um plural latino para um singular portuguez é coisa que aberrá, não direi do senso linguistico, mas do simples bom senso.

Seria, demais, um plural de contrabando, pela razão evidente de que o *considerando* portuguez, tendo função adverbial, como oração reduzida temporal (isto é, depois que considerou etc. e tal, o chefe do governo, ou outra autoridade — decreta...), corresponde ao latim *considerando*, pelo seu alcance syntactico, com plural (como será capaz de informar o mais chucro bacharel em latim por méd.a.) *considerandis*. Em latim, aliás, dir-se-ia na realidade *considerans*, adjectivo em concordancia com o nome do titulo da autoridade que decreta, e o plural seria então *considerantes*.

Nem se allegue que o plural *consideranda* corresponde a um substantivo singular *considerandum*, presuppuesto pelo escriptor. e com o mesmo valor de *memorandum*. *Memorandum*, como todos os nomes em *antum* é de valor obrigatorio e passivo, isto é, quer dizer *aquillo que deve ser lembrado*; *considerandum* seria identicamente *aquillo que deve ser considerado*, o que não daria sentido, pois um substantivo no caso só poderia exprimir *aquillo que (o legislador) considerou*; isto é só poderia exprimir o que já exprime a palavra *consideração*.

Logo, a não usar *consideração* — *considerações*, só se poderá dizer *considerando* e *considerandos*.

Grato pela publicação destas lhinhas, que apenas têm em mira chamar a atenção para um equívoco que deslustra a linguagem dos nossos mais abalizados jornaes, sou com sincera admiração.”

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 1 de Fevereiro de 1934, página 7.

2) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ. Edição 12018.

PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ

E' uma das peculiaridades da lingua portugueza no Brasil a tendencia a ampliar as funcções da preposição *em* (latim *in*) em detrimento da preposição *a* (latim *ad*). Diz-se, por exemplo, para indicar a contiguidade — *estar na janella*, com desrespeito da tradição desde o periodo classico latino (cf. *sedere ad focum*, sentar-se ao pé do fogo), e com prejuizo da clareza e precisão da linguagem, pois expressões como *sentar na mesa*, são de uma ambiguidade detestavel.

E' de louvar, portanto, a preocupação da lingua escripta de vencer o modismo, a que se obedece incorrigivelmente na fala (mais uma prova, diga-se de passagem, das condições especiaes da lingua escripta em confronto com a lingua falada). Mas isso não implica em substituir a torto e a direito *em* por *a* e escrever, como se faz ingenuamente por ahí, — *F. mora á rua A, o predio fica á praça B*. O equívoco torna-se evidente com os nomes masculinos *beco* e *largo* religiosamente precedidos da preposição *em* e com o cotejo asymetrico de expressões como estas: *A Perfumaria tal fica á rua X*, mas — *Na rua X ha uma casa de 1ª ordem, a Pérfumaria Tal*.

E' que a preposição nesta caso indica posição plena, não juxtaposição ou contiguidade. Uma rua, longo de resumir-se na faixa publica de transito, é realidade complexa, que incluye no seu conceito os terrenos e predios lateraes.

Dahi a razão de ser da preposição *em*, que se impõe ainda pela norma literaria, desde Gil Vicente até hoje; "lembrou-me reproduzir no Engenho Novo a casa em que morei *na* antiga rua de Matacavallos", diz por exemplo Machado de Assis no *D. Casmurro* (ed. Garnier s.d., p. 3). Identica é a sintaxe ingleza com a preposição *in* (port. *em*) e não *at* (port. *a*); por isso, a hospedaria do Grande Cavallo Branco, onde o sr. Pickwick fez tão desagradavel estada, ficava *in the main street of Ipswick* (ed. Collins, s.d. p. 311), o que Lopes de Mendonça traduziu: *na rua principal de Ipswick*. Identica, a sintaxe franceza com a preposição *dans*, que em muitos casos systematicamente se omitta: *Le cardinal habitait, á coté de l'église Saint-Louis des Français, dans une rue noire et étroite...* (Zola, Rome, ed. Charpentier, 1922, v. II, p. 3).

São absurdas, portanto, as expressões *á rua X, á praça Y* para indicar morada ou a situação de um predio. Collidem com a logica com a analogia de outras do mesmo typo, com a norma literaria e com o exemplo de outras grandes linguas de civilização, além de ser-lhes refractaria a propria tendencia idiomática popular. Poucos erros terão em si tantos motivos de repulsa.

C.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 6 de Fevereiro de 1934, página 2.

3) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ. Edição 12022.

Pequenas lições de Portuguez

É notavelmente profusa a lingua portugueza em vocabulos designativos dos amigos do alheio. Ha uma symonymia exuberante que percorre toda a escala da galunagem com especializações de sentido precisas e delimitadas: assim temos o *larapio*, o *alicantíneiro*, o *trapaceiro*, o *velhaco*, o *embusteiro*, o *ratoneiro*, o *caloteiro*, o pitoresco *pichelingue* sugerido a nossos maiores pelos ataques dos corsarios de Flessingue e, como accrescimos modernos, o *punguista* e o *vigariista*, saldo esta da metonymia irreverente que fez chamar-se *conto do vigario* a um processo particular de ladroice em que funciona como elxo a historia de uma obra de caridade por fazer.

Não é, portanto, necessario qualquer emprestimo a linguas estrangeiras que nada de novo poderão ministrar, e já, sob este prisma, é condemnavel o neologismo *scroc* (pronunciado com todas as letras) que alguns dos nossos jo:naes parecem fazer questão de integrar na lingua.

É forma vocabular de effeito acustico desagradavel e anomalo e difficil de adquirir feição genuinamente portugueza. Mas oppõem-se-lhe ainda objecções mais sérias.

Dir-se-lia um estrangeirismo e araim deve ter sido julgado pelos que o empregam, pois figura indefectivamente entre aspas. Não se identifica, porém, com nenhum vocabulo estrangeiro. Em italiano ha *scrocco* e *scroccone*, e em francez, por imitação, *escroc* (pronunciado *escró*) que se distingue de *scroc* — graphicamente por uma vogal inicial a mais e phoneticamente pela consoante final a menor.

Scroc não é, portanto, portuguez, com cujo systema morphologico e phonetico desagradavelmente collide, e não é francez nem italiano; só em inglez poderia existir, se ahí tivesse havido adaptação do francez *escroc*, pois o aparelho phonador britannico é que se compraz especialmente nessas oclusivas finaes sem vogal de apoio e nessas grupos de consoantes de *s* inicial, tão contrarios ao syllabismo regular (cf. *sport* saldo do antigo francez *disport*, ou ainda, *scrip* do antigo francez *escrepe*).

Uma palavra franceza, de origem italiana, usada em portuguez como se fosse ingleza, será talvez muito galante como symbolo da confraternização dos povos, mas é um monstro lingulstico, tanto maior quanto mais desnecessaria é a expressividade e precisão da llungagem.

Escroc em francez abrange indetermnadamente o *embusteiro* em geral, o *alicantíneiro*, o *trapaceiro*, o *caloteiro* e o *vigariista*. É principalmente como equivalente de *embusteiro* ou de *vigariista* que se emprega o aleijão *scroc*. Por que não abandonal-o e preferir *the right word in the right place?*

G.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 9 de Fevereiro de 1934, página 3.

4) Titulo: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ. Edição 12025.

—◆◆◆—

Pequenas lições de Portuguez

Merece glosa especial certa phrase de um minucioso communicado telegraphico de hontem a proposito dos disturbios de Paris: os populares na praça da Concordia arrancaram (vou citar textualmente) *as lages de granito que pavezani aquelle logradouro publico.*

Pavezar, ou melhor, *empavezar*, é um verbo derivado de *pavez*, grande escudo ou broquel, e tambem, em linguagem maritima, ty; o de bandeiroas e galhardetes com que se adornam os navios. E' isso e nada mais do que isso.

Não é crível que o redactor francez do telegramma tivesse empregado o verbo *pavoiser*, saido do substantivo *pavois* e equivalente ao portuguez *pavezar*. A tal ponto não o deve ter perturbado o tiroteio e algazarra da praça da Concordia. *Pavoiser* e *pavois* são muito communs na linguagem metaphorica da poesia franceza e a mais leve tintura litteraria basta para proteger as pennas insipientes de França contra tão absurda confusão de idéas.

Com certeza no texto original do communicado figura innocente e inoffensivamente o verbo *paver*, que corresponde ao substantivo *pavement*, portuguez *pavimento*, e se traduz singelamente por *pavimentar* ou *calçar*. *Lages de granito que pavimentam um logradouro publico*, é phrase que se lê e se entende.

C.

—◆◆◆—

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 16 de Fevereiro de 1934, página 2.

5) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, Alguns exemplos expressivos: “inconteste”. Edição 12030.

**Pequenas lições
de Portuguez**

Alguns exemplos expressivos: “inconteste”

Constituiu-se em portuguez moderno um pequeno grupo de participios passados da 1ª conjugação, de estructura anomala, sem suffixo: *pago, ganho, gasto, entregue*. Os tres primeiros resultaram da falsa analogia com as fórmulas *accolto, solto, expresso*, que ascendem a um etymo latino (verbos *accipere, solvere, port-solver, exprimere, port-exprimir*) e têm um suffixo (obumbrado embora), mas foram indevidamente associadas a *accoltar, soltar, expressar*, historicamente derivados seus; para *entregue*, com final em *e*, actuou o exemplo dos adjectivos *acorde* e *livre*, erroneamente incluídos na conjugação de *acordar* e *livrar*.

Seria pueril impugnar vocabulos tão vulgarizados, que já baniram ou cercearam o emprego dos outros correspondentes em *ado*, mas é perfeitamente justo combater a generalização systematica desse typo de participios saldos de uma confusão de idéas e que rompem a bella symetria da nossa morphologia verbal; principalmente os de modelo de *entregue* ineptamente incongruos.

Não ha, portanto, motivo plausivel para a adopção do novel vocabulo *inconteste*, em vez de *incontestado*, sem raizes na lingua quotidiana, mas do gosto de certos escriptores e oradores nossos, que têm, empregando-o, o alto prazer de não se exprimirem como toda gente.

Ha, ao contrario, razões das mais sérias a proscreevel-o.

E' um composto do prefixo negativo *in* sem a opposta fórmula simples affirmativa — *conteste*, que esteja para elle como *contestado* para *incontestado*, *regular* para *irregular*, etc., anomalia que o prejudica no systema de composição da lingua.

Por outro lado, em detrimento da clareza da sua equivalencia com *incontestado*, apparece ás vezes como synonymo de *incontestavel*; *verdade inconteste*, por exemplo, expressão muito usada por certos preciosos do estylo, será *verdade que não se contestou* ou, antes, *que não pôde ser contestada*? Somme-se ahí a precaria analogia de *entregue*, e o neologismo *inconteste* fica excrescente e isolado entre as estruturas morphologicas da lingua, que não conhece *ame* em vez de *amavel* e *aude* em vez de *audível*.

Sob o aspecto da propriedade da linguagem, a consequencia é a confusão de dois conceitos distinctos, nitidamente interpretados pelos vocabulos já existentes — *incontestado* e *incontestavel*, normalmente obtidos pelos recursos legitimos de derivação e nesse ponto de limpidez crystallina.

A que vem, portanto, *inconteste*, defeituoso na formação, na applicação e no sentido?

G.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 25 de Fevereiro de 1934, página 2.

6) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, Alguns enganos expressivos: “revisar”.

Edição 12038.

Pequenas lições de Portuguez

ALGUNS ENGANOS EXPRESSIVOS: “REVISAR”

E' absurdo o neologismo *revisar* que encontro na chronica politica de um jornal destes ultimos dias: a *commissão dos vinte e seis* *vae revisar o projecto da Constituição*, — porque associa morphologicamente com *visar* um verbo completamente outro.

Houve evidentemente a suggestão franceza dos verbos *viser* e *reviser*; mas estes não têm entre si a relação que apparentam, e seria erro grosseiro suppór o segundo um composto por prefixação do primeiro. *Viser*, portuguez *visar*, é vocabulo antigo e usual, proveniente do latim popular *visare* da 1ª conjugação nas tres linguas (em francez a vogal tonica *a* passou systematicamente para *e* e por isso a desinencia — *are* é representada por *er*). *Reviser*, (isto é, *faire une revision*) é ao contrario adaptação recente e literaria do latim classico *revisere*, da 3ª conjugação, com a suppressão do *e* final e o deslocamento da tonicidade da syllaba — *vi* — para — *ser* (lido em francez: — *sê*), o que deu ao vocabulo importado os caracteres da 1ª conjugação franceza e fallaz semelhança com o verbo *viser*.

Já em portuguez, se recorressemos a *revisere*, teriamos de fazel-o da 2ª conjugação, respeitand-o a vogal latina para a qual não ha motivo de mudança, e conservando-o, portanto, á parte e independente de *viser*, na fórma como no sentido. Não se creou, porém, esse vocabulo, que seria excepcional e extravagante, e estaria em desaccordo com a norma tradicional da lingua. O verbo correspondente a um nome abstracto em — *do* (como *revisão*) deriva-se desse nome depois de restaurado na sua fórma latina (aqui, *revisione*); assim, *inspeccionar* é *fazer inspecção*, e, recentemente, se aventurou *supervisionar*, baseado em *supervisão*, para traduzir os termos inglezes *supervision* e *to supervise*.

Revisonar, para *fazer revisão*, é o unico neologismo morphologicamente accetavel, o que entretanto ainda é pouco e não lhe justificaria a existencia. O verbo, antigo e usual, é *rever* que se applica maravilhosamente ao caso: *rever um manuscripto*, *rever provas typographicas*, *rever um projecto de Constituição*. E' o que ha e o que basta.

C.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 7 de Março de 1934, página 2.

7) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, Um equívoco de tres “caturras”.

Edição 12046.

Pequenas lições de Portuguez

UM EQUÍVOCO DE TRES “CATURRAS”

Não concordando com a regra certíssima das lições praticas de que *desapercebido* significa apenas *desapparelhado*, *desprevenido* e não pôde substituir-se a *despercebido*, citou em carta um leitor que *apercebido* apparece em Camões como synonymo de *percebido*, *avistado* na expressão “morte *apercebida*” (p. 192 da 4ª ed.). A isso, Candido de Figueiredo responde com desembaraço de encantar: “Caturrisimo” (tal se assignava o *amissivista*) “finge ignorar que ha uma figura grammatical, muito usada nos poetas classicos, e pela qual se augmentam letras no principio das palavras”; e exemplifica — *atambor*, *acypreste* (nota 3 da mesma pag.). Parece que lhe agradou o argumento, pois o repete contra Heraclito Graça que invocou o mesmo verso de “Os Lusíadas” (*Problemas de Linguagem*, Lisboa, 1905; pag. 93).

Não é, entretanto, resposta séria. Os problemas de linguagem merecem dos especialistas mais circumspecção e honestidade, e não se coadunam com essas escapulas de estudante esperto deante de objecção inesperada.

Não é crível uma liberdade poetica dessa ordem, inutil dentro do verso, pois o *a* de *apercebido* não fórma syllaba metrica e se liga a *morte*. Nem Camões, mestre na sua arte, fóra capaz de

usar um *a* prothetico que transformaria o vocabulo em outro, causando ambiguidade de phrase. Elle proprio dá alhures a *apercebido* o valor evidente de *prevenido*, *apparelhado* (est. 111, c. III, e est. 52, c. V), seguindo a linguagem militar do tempo, onde o vocabulo correspondia ao moderno *equipado* (a rigor, *equipado*).

Aqui, trata-se da estancia 106 do canto I:

“No mar tanta tormenta, tanto danno,
Tantas vezes a morte *apercebida*”.

e persiste a mesma significação, pois *morte apercebida* quer dizer *apparelhada*, *prompta* a atacar as victimas, “*prompta* a vir sobre nós”, como explica sem hesitação Epiphanio (“Os Lusíadas commentados”, Porto, 1910; v. I, p. 66). Compara-se suggestivamente a morte a um guerreiro armado em investida.

Já era a interpretação do velho Moraes, cujo dictionario (cito pela 3ª ed. ainda fidedigna) *Caturrisimo* Candido de Figueiredo e Heraclito Graça deviam ter consultado em vez de assim palrar sem criterio. Veja-se o verbete *apercebido*, onde não consta para o vocabulo a significação de *percebido*, *avistado*, e onde se lê: “*apparelhado*: morte *apercebida* no mar, “Lusíadas”, I, 106”.

E’ allás o que o proprio Camões crystallinamente nos indica através da comedia “El-Rei Seleuco” (*Obras Completas*, ed. 1843; V. III, p. 275-6):

“Seja a morte *apercebida*,
Porque já o amor ordena
A dar a meu mal saída”.

Isto é — arme-se a morte para me livrar do soffrimento. C.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 14 de Março de 1934, página 2.

8) Título: PEQUENAS LIÇÕES PORTUGUEZ, A proposito de “estadia”. Edição 12052.

**PEQUENAS LIÇÕES DE
PORTUGUEZ**

A proposito de “estadia”

São muito encontradiços em portuguez os substantivos abstractos que saíram da forma feminina singular de um particípio passado, especialmente entre os verbos que indicam estacionamento ou movimento: *parada, chegada, partida, ida, vinda*, etc.

Um delles, porém, *morada*, foi reduzido na frequencia do seu emprego pelo vocabulo *moradia*, antigo *moradéa*, que, proveniente do baixo latim *moratela* (formado como *curatela* ou *tutela*), designava no portuguez medieval o direito de morada, num feudo e, mais tarde, a pensão que recebiam os fidalgos da casa real inscriptos nos chamados livros de cozinha. Caducos esses usos, o vocabulo ficou solto e sem applicação na lingua até confundirse com *morada* em fortuita e inconveniente equivalencia de significação.

A dualidade de formas, assim estabelecida neste caso particular, deve-se attribuir o apparecimento de *tomadia* e *estadia* ao lado de *tomada* e *estada*, como se *moradia* fosse derivado do suffixo — *ia*. *Tomadia*, apesar da origem espuria, reponta aqui e all entre os antigos chronistas, que assim denominam a tomada violenta e illegitima de bens e alfaias por acto de pirataria ou guerra.

Estadia é, ao contrario, de data moderna e ainda não figura na edição de 1831 do Dicionario de Moraes. Popularizou-se a principio entre os marujos para indicar a permanencia dos navios no porto durante a carga e descarga, e, afinal, invadiu a lingua corrente prejudicando *in toto* o derivado legitimo de *estar*. E' com razão evitado na lingua litteraria, porque, além de mal construido e accumular viciosamente dois suffixos, está á margem dos substantivos analogos provém de particípios passados: *estada* impõe-se pela sua expressividade e espontanea associação com *chegada* e *partida*. Peccam, entretanto, por timidez na correção os autores que, com Mario Barreto (De Gramática e de Linguagem, Rio, 1922, v. II, p. 101), acceptam não obstante *estadia* como termo especial maritimo; o regresso ao typo regular é ainda mais aconselhavel numa lingua tecnica, como a do direito maritimo, em que o vocabulario pôde ser conscientemente escolhido e fixado. Nem caberia invocar a conveniencia de distinguir as formas em função da differença de applicação. *Estada* serve em qualquer caso, como succede com *chegada* e *partida*; pôde-se dispensar *estadia*, desde que não houve necessidade de *chegadia* e *partidia*.

Andaram acertadamente por isso os constituintes de 91, quando disseram na nossa primeira carta republicana, que tão opulentamente reguma a vernaculidade de Ruy Barbosa: “direitos de entrada, saída e *estada* de navios” (tit. I, art. 7^o, § 2^o).

Estadia quiz-se, entretanto, preferir no ante-projecto governamental de agora, com a acquiescencia do professor João Ribeiro. Felizmente, o substitutivo que lhe deu a Assembléa Constituinte, e que ora se discute, voltou ao criterio anterior.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 15 de Março de 1934, página 2.

9) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, Futebol. Edição 12053.

**Pequenas Lições
de Portuguez**

—
FUTEBOL

Não merece acceitação essa maneira de graphar o vocabulo inglez *football*.

E' de estranhar preliminarmente a intercalação da letra e depois do *t*, pois na elocução normal a consoante não fórma syllaba distincta, mas apenas prolonga a primeira syllaba como articulação post-vocalica. E' o que succede com *atmosfera*, e *ethnia*, onde a pronuncia com *e* (*atmosphera*, *ethenia*) é vulgarismo grosseiro que a boa dicção repelle e a orthographia não reconhece.

Mas não é tudo...

Cumpre considerar ainda que suprimir ou mudar letras na representação de um vocabulo estrangeiro não é aportuguezal-o; chinês de rabicho cortado não é europeu. Como admittir que *bol* seja aportuguezamento de *ball*, se *ball* em portuguez é *bola*?

Football é um composto por juxtaposição de dois elementos distinctos com individualidade de som e de conceito, facilmente comprehensíveis para qualquer brasileiro educado, embora sumaria e superficialmente instruído. Dahi a expressividade e a propositio do vocabulo que tão rapidamente o popularizou; ouvindo-o ou enunciando-o, deduzimo-lo na complexidade do sentido, como fazemos para *pontap* ou *café-concerto*. *Football* é bola para o pé, e, quando deixar de ser crystallinamente isso, não será coisa alguma.

E' caso semelhante ao de *skyscraper*, que seria intoleravel escripto *escaiscreipa*; apenas aqui preferiu-se louvavelmente traduzir a expressão no pittoresco da idéa e dizer *arranha-céu*.

Como *football* ha, aliás, innumerous outros estrangeirismos que da interpretação da fórma estrangeira retiram todo o valor e eloquencia com que figuram na phrase portugueza. Qual o escriptor, por exemplo, de tão pouca malleabilidade mental que ouse aportuguezar expressões como *minnesinger* ou *habeas-corpus*? Quem não percebe que, e não emprega-as intactas, é melhor deixar de emprega-las?

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 22 de Março de 1934, página 2.

10) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, Um erro de prosodia: “espírita”. Edição 12059.

Pequenas Lições de Portuguez

Um erro de prosodia:
“espírita”

O vocabulo *espírita*, com que se designam entre nós os adeptos do espiritismo, provém de frances *spirite*, que é adaptação um tanto arbitraria de latim *spiritus*. Vulgarizando-se pouco a pouco sob a suggestão dos escriptos francezes de Allan Kardec (Reveil), tornou obsoleto *espiritista*, anteriormente existente.

O resultado fóra, entretanto, o mesmo, se tivéssemos creado um derivado de *espírito* com o suffixo *ita*, tão legitimo em portuguez quanto *ista*, porque se teria naturalmente simplificado o radical, com a suppressão da consoante final *t* em conflicto com a syllaba *ta* do suffixo, tal como succedeu systematicamente com os nomes abstractos em *dade* ao se lhes adjungir o suffixo *oso*, ex.: *caridade* e *caridoso*; compare-se igualmente *venda* em vez de *vendida* e o popular *simplissimo* em vez de *simplicissimo* (fórma latina- *simplice*). Poucos emprestimos a linguas estrangeiras offerecem tão rigorosa coincidência com as leis da pronuncia e da morphologia vernacula.

O que não se póde admittir, porém, é que o vocabulo seja deturpado por um erro grosseiro de accentuação.

A fórma esdruxula é inaceitavel, pois não se trata de um feminino do substantivo *espírito*. A prosodia “es-pi-ri-ta” (gryphamos a syllaba predominante) evidentemente se impõe: primeiro, pela razão fundamental e historica, de que o etymo frances *spirite* é assim pronunciado; segundo, por uma razão de analogia (*syntagmatica* diria Saussure) dada a vantagem, para maior expressividade do termo, de associá-lo a *posteriori*, dentro dos mples portuguezes, aos derivados do suffixo *ita*, que têm no *i* do suffixo a intensidade: *moabitá*, *ama-llecita*, *jesuita*..

O.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 30 de Março de 1934, página 2.

11) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, A significação do vocabulo “conductor”. Edição 12066.

Pequenas Lições de Portuguez

A significação do vocabulo “conductor”

Muita gente, reflectindo por alto e sem segurança sobre os factos da lingua, deixa-se levar a conclusões inesperadas e falsas a proposito do que escuta e do que lê.

Houve recentemente, por exemplo, quem, pelos jornaes, se surprehendesse com o emprego da palavra *conductor* para certa classe de funcionarios no serviço de bondes ou carris urbanos; parecia-lhe denominação applicavel de preferencia ao motorneiro, que *condus* o carro.

Mas *conduzir*, da mesma sorte que *dirigir*, não tem apenas valor tão especial e concreto; e, portanto, a *conductor* da mesma sorte que a *director*, cabe significação mais geral e mais ampla.

Em latim, o substantivo *conductor*, *conductoris* correspondia até certo ponto ao nosso moderno *director*, de ao archaico *paredro* que com a accentuação errada, e journalismo politico de hoje reacceptou artificialmente em caso restricto), e dizia-se dos mestres d'obras, como em francez, e até dos hoteleiros. Nem o radical *duc* exprime outra coisa; delle saíram os verbos *deducir*, *adducir*, *inducir*, que auxiliam a interpretação legitima de *conducir*, bem como o *dux romano*, o *duque* medieval, e o *duce* da Italia fascista, equivalentes todos a general ou chefe; em italiano é allás de citar

o historico *condottieri*, (com mudança de suffixo), recrutador e chefe de mercenarios.

Assim situado no seu ambiente de familia, o vocabulo *conductor* apparece muito diverso do que o suppoz o nosso amator philologo. Nem o seu uso na nomenclatura do serviço de bondes resultou de qualquer confusão ou de responsabilidade popular. Trata-se do termo tecnico antiquissimo, desde o tempo das diligencias, em portuguez, como em francez, em inglez, em italiano (*conduttore*, fórma parallela a *condottiere*).

O *conductor* é o empregado que faz a cobrança, abre a portinhola, presta informações aos passageiros e lhes provê ás exigencias, regulando de modo geral a viagem: “*homme de confiance qui, sans être necessairement le cocher d'une voiture, la dirige et fait payer les voyageurs, etc*”, explicava Littré em 1863.

Das diligencias passou o funcionario aos outros meios de transporte colectivo, por que o progresso as substituiu. Nos trens de ferro, diz-se indifferentemente *conductor* ou *chefe de trem*.

Nos bondes, reduziu-se-lhe até certo ponto o papel de guia e orientador geral da viagem com o perceber, antes de tudo, a quantia das passagens; mas, ainda assim, justifica-se o seu nome de *conductor*, pois é elle quem determina as paradas e saídas, e zela pela boa ordem do carro.

O.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 4 de Abril de 1934, página 2.

12) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, “Opiniões desencontradas”. Edição 12070.

— — — — —

Pequenas Lições de Portuguez

—

“Opiniões desencontradas”

Eis ahí uma expressão muito do gosto de certos escriptores e oradores nossos, e que entretanto é substituição, para peor, de outra tradicional e escolrelta: “opiniões encontradas”.

Ha palavras que têm mais de um sentido e cumpre sabel-os distinguir para não baralhar os symbolos linguisticos a corrigir o que já está certo.

“Dois amigos encontram-se na rua”, — isto se diz e acontece: “Um bonde e um automovel se encontram”, “encontram-se dois exercitos inimigos”, — tambem se diz, e, infelizmente, tambem acontece.

E’ que o verbo *encontrar*, de accordo com a sua proveniencia (preposição *contra*), significa primacialmente *collidir*, e, em sentido figurado, *contrariar*. Por isso, frei Thomé de Jesus, falando-nos de Jesus Christo, verbera “a dureza da gente judaica, que, não só não queria receber, mas encontrava” — isto é, combatia, detraia, — “toda sua doutrina e divinas obras”. (*Trabalhos de Jesus*, ed. 1662; p. 255, 2ª columna).

Dahí, a accepção, particularmente expressiva, do adjectivo *encontrado* — leis encontradas, opiniões encontradas (isto é oppostas, contraditorias), como em Vieira, ou, mais modernamente, em Herculano, cuja lingua escripta não é archaica nem archaizante: “Deu-se uma batalha acerca de cujas circumstancias se leem nos historiadores arabes e christãos as narrações mais encontradas”. (*Hist. de Portugal*, v. I, p. 50; ed. 1894).

Nem ha perigo de ambiguidade por causa do outro valor do verbo *encontrar*. Para indicar combinação, adaptação, harmonia, temos, não menos expressivamente, a locução bem *encontrado*: “Em todas (as salas) trabalham muitas mulheres, algumas em misteres bem encontrados com a fraqueza feminina”. (Frei Luiz de Scuza, *Vida do Arcebispo*; edição 1619; p. 58, 2ª columna).

Não ha, portanto, necessidade do prefixo *des*, a que hoje muita gente recorre por confusão de idéas.

Demais, o pensamento fica prejudicado com essa mudança de fórma: *opiniões encontradas*, são as que se oppõem, se contrariam, collidem; *opiniões desencontradas*, apenas não vão para o mesmo ponto. Qual a phrase mais completa, e mais incisiva?

Responda o proprio leitor.

C.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 8 de Abril de 1934, página 10.

13) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, A conjugação do verbo “pôr”. Edição 12074.

Pequenas Lições de Portuguez

A conjugação do verbo “pôr”

Não é justificavel, no estudo da morphologia portugueza, classificar o verbo “pôr” numa quarta conjugação, feita para elle sob medida.

Preliminarmente, não ha outro verbo distincto que o acompanhe, e falta-lhe radical, nítido e fixo, como requer um paradigma verbal.

Mas é preciso considerar, acima de tudo, que não existe no caso uma desinencia *or*, como *er* em *cantar*, *er* em *vender*, ou *ir* em *partir*, onde os radicaes são *cant*, *vend*, *part*. A vogal *o* pertence ao radical, como transparece em *põe* (põ-e), e *ponho* (ponh-o), e até em *punha* (punh-a) com alternancia de *o* : *u* semelhante a de *e* : *i* de *tenho* e *finha*.

Trata-se apenas de forma secundaria saída do futuro *porei*, que decorre, por sua vez, de *poerei* com a queda do *e* atono. Como o futuro em portuguez é um derivado do infinitivo, com o qual se associa espontaneamente pela origem e estrutura, a evolução phonetica, assim processada, prejudicou o antigo vocabulo *poer* e determinou por analogia o apparecimento de *pôr*, que está para *porei* como *cantar* para *cantarei*, *vender* para *venderei*, *partir* para *partirei*.

Em *poerei*, o radical era *po* e a desinencia *erei*; em *porei*, o radical é *po* e a desinencia *rei* reduzida na sua vogal. O *e* caracteristico da 2ª conjugação, assim elidido, reponta, entretanto, em outras formas do verbo, como *puseste*, *pusera*, *pusesse*, analogas a *quiseste*, *quisera*, *quisesse*, de *querer*, e, em contraste

com *cantaste*, *cantara*, *cantasse*, ou *partiste*, *partira*, *partisse*.

Logo, em *pôr* a desinencia é *r* sem vogal. É um infinitivo irregular, que não indica nitidamente a conjugação do verbo; indicam-na, porém, outras formas caracteristicas — *põe*, *pusera*, *pusesse*, *puer*, onde figura a vogal typica da 2ª conjugação.

e.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 20 de Abril de 1934, página 2.

14) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, Regimen ou regime? Edição 12084.

PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ

Regimen ou regime?

Ha preliminarmente que observar que ambas as formas existem na lingua tanto de Portugal como do Brasil, em que pese ao illustre sr. Mattos Peixoto. E' o que a propria justificação da emenda constitucional a respeito reconhece com o dizer que — "realmente tornou-se moda, seguida pela imprensa do Rio, excepto o "Correio da Manhã", escrever *regime* em vez de *regimen*". "Essa moda" é attribuída em falso á influencia de Candido de Figueiredo, que no assumpto registrou as duas graphias, limitando-se a dar preferencia áquelle. Ambas já registrara igualmente Aulette, que até escreve exclusivamente sem n final os vocabulos analogos *cerioma* e *ceruma*.

Trata-se de um syncrétismo antigo, que não nos é licito resolver a palpite, como fez o nobre deputado Daniel de Carvalho com o afirmar sumariamente que *regime* "é erro".

Erro, porque?

A forma latina é, com effeito, *regimen* com n; mas a queda do n final é uma lei da phonetica historica do latim, com provam oarms, (exemplo de Leite de Vasconcellos), *lume*, os suffixos *amo* e *umo* (como em *velamo*, *negrum*) e *amo*, que é até vocabulo semi-culto.

Nestas condições, havendo a graphia e pronuncia *regime* em portuguez é preferivel adoptar a a accellar *regimen*, que ou ha de tender para aquella ou soará *regime*, com s nasal, em maior distancia da orthoepia latina e em prejuizo da comprehensão limpida do vocabulo. E aliás o que o illustre sr. Mattos Peixoto põe involuntariamente em evidencia, dizendo que *regimen* é pronunciado "como se a palavra fosse escripta com n final", e associando-a a *homem*, e *joem*, que pertencem a outro typo vocabular latino (*hominis*, *juvenis*). Essa deturpação está-se dando em *Adem*, *Moem*, e *Carman*, nome proprio hespanhol citado por mim; mas para que estendê-la a um caso em que salutarmente a obvia a existencia da forma legitima *regime*?

Por todos esses motivos, discordo de Gonçalves Vianna, que, admitindo embora ambas as graphias *regime* e *regimen*, dá certa preferencia á ultima, mandando seja pronunciada á hespanhola com o plural *regimenes*. O illustre sr. Mattos Peixoto, que parece lamentavelmente desconhecer os trabalhos fundamentaes do grande philologo luso, desvirtua-lho pittorescamente o pensamento (que aliás, transparece com clareza do meu artigo, creio eu), ao escrever que — "dos projectos linguistas lusitanos, Gonçalves Vianna e Candido de Figueiredo, condemnam a forma *regimen*, mas condemnam porque, segundo dizem, em Portugal se pronuncia *regime*-ns (sem nasalização do n), e não convem manter essa pronuncia erudita" (1).

Ora, repugnancia pelo n e m post-vocalicos é tão forte em Portugal quanto no Brasil, porque está na essencia da phonetica do idioma e ascende á propria historia da pronuncia latina. Nem pense o illustre sr. Mattos Peixoto que aquillo que elle chama, impropriamente, é assillabico e que é na realidade um phonema de transição (pêde diris, em ingles, Sweet), é especial á pronuncia brasileira. O s nasal em portuguez, antes de pausa, s, principalmente em syllaba tónica, desenvolve systematicamente essa vogal de residuo em todo o territorio linguistico portuguez: em Lisboa e no Norte de Portugal, e nasal nos *ois*; ao passo que no Alentejo, e no Algarve e no Brasil soa, menos divergentemente da escripta, *ois*. Veja-se Bourcier, Elementos de Linguistique Romane, ed. 1930, á pag. 403, obra fundamental, que o sr. Mattos Peixoto, "jurista e philologo", com certeza não desconhece.

O saudoso professor Ferreira dos Santos não descobriu portanto coisa alguma, e limitou-se a considerar em falso a graphia *regimen*, com n, e a consequente pronuncia *regime*, com s nasal, como sendo a norma absoluta no Brasil, o que fez Gonçalves Vianna desistir de nos aconselhar a elocução do n post-vocalico, *ois*, mesmo, a graphia e pronuncia *regime*. Agora, a etymologia do vocabulo.

Diz o illustre sr. Mattos Peixoto: — "Nem a essa graphia" — isto é, *regimen* — "se oppõe a etymologia da palavra em questão que não nos veio do frances *regime*, mas directamente do latim, com deslocção do accento, facto commum nas derivações eruditas; por exemplo: *castêto*, de *castetum*, *involvere* de *involverum*, *ídolo* de *ídolum*, *limite* de *limitem*, *oceano* de *ocetano*, *orgia* de *orgia* *myope* de *myope*".

Preliminarmente, ha para observar que a deslocção do accento não é "facto commum nas derivações eruditas", e sim acontece na pronuncia vulgar das palavras eruditas, que o povo aprende pelos livros, onde não se acham ellas com a tonicidade devidamente assignalada. Os eruditos, estes, acertaram em regra nas suas derivações, porque a grammatica e a prosodia latina eram estudos corriqueiros das classes cultas até o fim do seculo XVIII, e a tal ponto que provocou a reacção que ainda hoje presenciemos.

O povo, deturpando a accentuação dos vocabulos eruditos ao conhecê-los da índole pela escripta, guiou-se por falsas analogias que nos são dadas reconstruir.

Assim em *orgia*, *castêto*, e *oceano* (que são é aliás vocabulo erudito e sim semi-culto) houve a influencia dos vocabulos terminados em *ta*, *eto* e *ano* como *plântata*, *soneto*, *romano*, em virtude do phenomeno de metanalyse que Jespersen tão magistralmente estudou (Language its nature, development and origin, London, 1920). Em *myope*, actuou o exemplo de *Quilope* e em *involvere* deu-se um hyperurbanismo, pelo cotejo com vocabulo do typo *castêto*.

Excluo do meu exame o vocabulo *ídolo* (mas um semi-culto) citado erroneamente pelo illustre sr. Mattos Peixoto, porque o etymo latino, é *ídolum*, proparoxytono e com o breve, como se poderá ver na obra fundamental de Lindsay, (The Latin Language, Oxford, 1892; c. III, § 1, pag. 150), accorde neste ponto com o velho Dies, com o moderno e eminente Meyer-Leubke e com todos os mais romanistas da nossa época.

Excluo igualmente *limite*, porque é a este, juntamente com *regime*, que attribue Gonçalves Vianna (não, eu) origem francesa. Baseia-se o autorizado philologo luso na prosodia proxytona dos dois vocabulos, que não se explica por outro meio. Eu, por minha conta, adicionarei a esse raciocinio phonetico um semantico, observando que o vocabulo portuguez só tem applicações especiais em que se usa o vocabulo em frances ao passo que no latim *regimen* ha multiplas accepções outras (acção de conduzir, manobra de piloto, commando, leme). Dara a influencia da logica e da grammatica do Port-Royal nos nossos antigos melos pedagogicos, bem como a repercussão entre nós da Revolução Francesa, que destruiu l'Antien Regime, comprehende-se o uso de *regime* em portuguez na analyse syntactica e na literatura politica e socio-logica, por influencia francesa.

Revela-me o illustre sr. Mattos Peixoto o que elle julgará talvez, "inopportuna investigação erudita". Não a ditou a validade a quem nem sequer assigna por extenso os proprios artigos, mas sim, unica e simplesmente, o *escripto scientifico*.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 22 de Abril de 1934, página 5.

15) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, A proposito de uma “chapa” literaria.

Edição 12086.

—◆◆◆—

PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ

—

A proposito de uma “chapa” literaria

—

O vocabulo *abencerrage* nem sempre é bem comprehendido na sua forma e no seu alcance.

E' assim, prelliminarmente, que muitos escrevem e pronunciam *abencerragem*, com *em* final, por falsa analogia com os substantivos terminados em *agem* (*viagem*, *coragem*, etc.) e contra o exemplo em inglez (na tragedia de Dryden), em francez e em hespanhol. O proprio Porto Alegre, entre nós, seria de invocar no caso, embora tenha noutro sentido, claudicado com o escrever *avancerrage* (Colombo, Rio, 1892; p. 11), graphia esta em que o *an* foi evidentemente suggerido pela pronuncia franceza do digrapho *en*, e o *v* por *b* apparece por conta de certas hesitações da linguagem poetica (*covarde* e *cobarde*, *taberna* e *taverna*, etc.).

Abencerrage é aliás a forma que resulta do proprio étymo arabe: *Aben as-serraf*, ou seja, o filho do selleiro.

Trata-se do nome de poderosa familia, celebre nos ultimos annos do reino mouro de Granada, e trucidada pelo mallogrado Boabdil antes de sua queda; segundo nos informa Perez de Hirta em fantástica narrativa, que impressionou a Chateaubriand e o induziu a contar-nos as desventuras do unico sobrevivente desse exterminio. Popularizou-se assim a locução — o *ultimo dos Abencerrages* (precisamente, o titulo da novella franceza) para todo defensor isolado de uma causa, politica ou literaria, extincta. Appliou-se, por exemplo, a Bulhão Pato em face dos neo-romanticos da escola poetica de Coimbra.

Já não é hoje, evidentemente, metaphora original e imprevista; não será, porém, de refugar, desde que se lhe respeite a integridade dos elementos, e não se use, em separado, o vocabulo *abencerrage* em vez de toda a expressão, como fazem alguns com tão bemaventurada segurança, que chegam a querer corrigir os que não erram juntamente com elles.

C.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 5 de Maio de 1934, página 2.

16) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, Idólátra e alcoolátra. Edição 12097.

**Pequenas Lições
de Portuguez**

Idólátra e alcoolátra

O elemento vocabular *latra*, que se combina com *ídolo*, reduzido a *ido* no composto *idólátra*, tem na sua forma grega quantidade longa para a syllaba *la*, pronunciada, portanto, demoradamente. Disso resulta sempre, nos hellenismos do lexico latino, um vocabulo paroxytono, embora quando o não fosse o etymo grego, porque a penultima syllaba em latim, quando longa, recebe imperativamente a tonicidade.

"I-do-lá-tra" ou "i-do-lá-tra" (gryphamos a syllaba tonica) disseram sempre, normalmente, os rhetoricos e poetas romanos, e "i-do-lá-tra" dizia ainda, igualmente, Camões de maneira systemática (est. 54, c. II; 73, VII; 85, VIII; 147, X).

A deslocação prosódica, que depois se radicou, "i-dó-la-tra", foi determinada por fallaz associação de idéas com vocabulos do typo *cathédra*, *intégra* (de *integer*) etc. em que a penultima syllaba, de natureza breve, mas seguida de um grupo consonantal de oclusiva e r, era pronunciada longa e tonica na fala popular do Imperio Romano e, uma ou outra vez, na poesia, como recurso metrico.

Os nossos antigos latinistas, encontrando desses paroxytonos nos versos de Ovidio, Virgilio ou Horacio, assignalavam-nos como *liberdades poeticas*, e insistiam na prosodia esdruxula, que era a do latim classico. Nessa preocupação, insinuou-se a accentuação actual de *idólátra*, cuja penultima vogal, entretanto, como a de *envolucro* e *Oleopatra*, era longa por natureza e constituía portanto caso a parte. Deu-se um hyperurbanismo, isto é ampliação indevida de uma norma de applicação restricta.

Essas considerações invalidam a accentuação proparoxytona, que contra o uso geral determina Candido de Figueiredo para o neologismo *alcoolátra*, hybridismo expressivo que a medicina popularizou. Não ha razão de estender o erro de prosodia de *idólátra* a um vocabulo que surge na lingua contemporanea. Se dizemos muito acertadamente *telephône*, ao lado do menos feliz homóphono, podemos firmar a pronuncia "al-coo-lá-tra", embora em contraste com "i-dó-la-tra", que jáhoje seria inutil tentar corrigir. — Q.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 7 de Maio de 1934, página 2.

17) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, Regimen ou Regime? (Synopsis da questão). Edição 12107.

**Pequenas Lições
de Portuguez**

**REGIMEN OU REGIME ?
(Synopsis da questão)**

Com absoluta falta de tempo para sustentar polémica sobre assumpto plenamente esclarecido. Julgo opportuno fazer uma synopsis definitiva, reportando-me á emenda Daniel de Carvalho (*Jornal do Commerci.* de 13 de abril), aos meus artigos do *Correio da Manhã* de 14 e 20 de abril, e ás cartas do sr. Mattos Peixoto de 19 de abril e 4 de maio, também no *Correio*.

Ficou provado que:

- 1° — *regime*, sem *n*, existe no portuguez do Brasil; 2° — Gonçalves Viana adopta, ao lado daquelle fórma, a graphia com *n* pronunciado como consoante, da qual tira o plural *regimenes*;
- 3° — a pronuncia com *e* nasal (plural, *regimens*), que accelta F. dos Santos, é pessima, por viciosa e surgida de um erro de leitura que deturpa a comprehensão morphologica do vocabulo;
- 4° — havendo a fórma *regime*, sem *n*, deve ser preferida, pois evita essa deturpação e também a elocução do *n* post-vocalico, que é artificial e só se mantém em termos pouco vulgarizados;
- 5° — *regime*, sem *n*, não é erro, mas está, ao contrario, de pleno accordo com a evolução phonetica do idioma;
- 6° — *regimen*, com *n* é, além de tudo, falsa regressão erudita, pois o vocabulo portuguez vem directamente do francez *réalme*.

Logo: a emenda Daniel de Carvalho não tem cabimento.

Provou-se completamente que:

- 1° — a deslocação do accentto tonico nas derivações eruditas não é geral, e, quando acontece, tem explicação scientifica;
- 2° — assim, têm todos explicação, os exemplos que vieram á balla;
- 3° — *limite* é um caso á parte, pois tem origem franceza, como *regime*;
- 4° — *idolo*, vocabulo semi-culto, vem de um etymo proparoxytono *idolum* consignado por todos os romancistas da nossa época (entre os quaes figura implicitamente o professor Nascentes);
- 5° — com isso não se nega (é claro!) a existencia da fórma paroxytona em latim classico, tal como assignalam os latinistas (note-se a distincção dos nomes!), mas nega-se, peremptoriamente, que seja esta fórma classica o etymo do vocabulo portuguez.

C.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 26 de Maio de 1934, página 2.

18) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, A proposito da etymologia de *idolo*.

Edição 12115.

Pequenas Lições de Portuguez

A propósito da etymologia de *idolo*

A controversia a respeito das fórmulas *regime* e *regimen* (que ficaram plenamente esclarecidas crelo eu) trouxe á baila o caso da etymologia do vocabulo portuguez *idolo*, proparoxytono, em confronto com a fórmula classica prooxytona latina — *idolum* (com o longo).

Hoje, depois que foi encontrada no latim da decadencia a fórmula proparoxytona *idolum* (com o breve) já não ha propriamente um problema para resolver no caso, pois claro está que a esse vocabulo cabe a origem do nosso, egual em italiano e do francez arcaico *idole*, termos que são semi-cultos e não, propriamente, eruditos.

Não é, entretanto, ocioso averiguar como se radicou essa incorrecção na lingua popular do Imperio Romano.

Meyer-Lubke, a grande autoridade do romancismo em nossa época, explica-a por falsa analogia com os derivados latinos, proparoxytonos, do suffixo *ulus*, feito *olus* porque *u* breve em romanceo tendia para *o* (cf. *lupu-lobo*).

A mim me parece assistir mais razão a Lindsay, o historiador da lingua latina, que explica a deslocção do accento pela influencia do etymo grego *eidolon*, que era proparoxytono.

Crelo que a hypothese do eminente philologo Inglesz pôde, entretanto, ser desenvolvida e completada.

O vocabulo classico latino *idolum*, importado do grego durante o grande florescimento da literatura romana, veiu numa época em que o jogo das vogaes longas e breves imperava no rythmo da lingua e subordinava a si as regras da tonicidade. Ora, o etymo grego, que tinha a penultima syllaba longa (a vogal era representada pela letra *omega*), deu espontaneamente um prooxytono em latim, onde a penultima vogal, quando longa, atrala obrigatoriamente a tonicidade.

O empréstimo, assim feito, não se popularizou porém, pois soffria a concorrência de multiplos termos nacionaes: *signum*, *simulacrum*, *effigies*.

Só com o advento do Christianismo, que trouxe importante acervo de termos gregos para a lingua latina, foi que *idolum* ganhou vulgarização e radicou-se. Mas já não era o classico prooxytono *idolum*, que ficara relegado á literatura. Era uma nova importação do grego *eidolon*, reduzido a um valor pejorativo por força das idéas christãs e que se adaptava á lingua do Imperio em novas condições.

E' que já então desaparecera o sentimento da quantidade das vogaes, perdido na simples alternancia das syllabas fortes e fracas, de que o accento tonico (de intensidade) era a alma e ponto de apoio, como observa sensatamente Meillet na sua preciosa "*Esquisse d'une Histoire de la Langue Latine*" (Paris, 1928. cap. final). Já não se apprehendia a duração longa da penultima syllaba de *eidolon*; apprehendia-se apenas, soberanamente, que o accento tonico recaia na primeira syllaba e dava um proparoxytono em latim.

El cunhou-se muito naturalmente *idolum*, proparoxytono. Foram innocuas as tentativas eruditas para substitui-lo pela fórmula classica anterior, porque havia uma differença basica da applicação, agora pejorativa com a mudança de religião processada.

C.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 15 de Junho de 1934, página 8.

19) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, O Ensino do tupy. Edição 12132.

Pequenas Lições de Portuguez

O ENSINO DO TUPY

É de aguardar com desconfiança a já celebre cadeira de Tupy-Guarany na Universidade de S. Paulo. A sua criação não parece ter sido norteadada por empenho sincero e genuinamente científico de altos estudos de anthropologia brasileira, pois imor-se-la em complemento uma cadeira de Banto-Sudanez, não menos importante no caso, mas em que ninguém fala.

Ha para recear que se trate de manifestação extemporanea de romantismo indianista, e que o ensino da lingua primitiva vá ser ministrado no bemaventurado empenho de habilitar a menina paulista a falar e escrever tupy. Estão talvez applicados, quem sabe? o methodo directo, com quadros muítes e dramatizações adequadas, e desta sorte terêmos ainda algum dia uma terceira Constituição republicana redigida em tupy, com innovação preambular do nome de Tupan, que, significando a um tempo Deus e Trovão, reconciliará os nossos bulangistas com a democracia liberal.

Entretanto, o tupy não merece sequer emparelhar com o latim no ensino normal de humanidades, porque não interessa propriamente como estudo subsidiario da nossa grammatica historica.

Diz-se em regra o contrario, em virtude confusão — muito generalizada e já incisivamente denunciada por Saussure — que consiste em assimilar a lingua a uma simples nomenclatura.

Não é a procedencia do vocabulario que determina a agnação de um idioma, se assim fosse o ru meno não seria indiscutivelmente romanico nem o inglez, indiscutivelmente teutonico. Determinam-na primariamente, o systema phonetico e os factos grammaticos. Esses, no portuguez da Europa, são pura e unicamente latinos. Nos nossos proprios vocabulos aidos do tupy, que não são aliás dos mais numerosos houve substituições, não evolução de phonemas, sem uma unica acquisição de vogal ou consoante (nem sequer o famoso i gutural que pronunciamos tão palatal como o de *hi vi si*), e com a adaptação das originarias terminações morphologicas ás terminações dos vocabulos romanicos.

É preciso não confundir grammatica historica com etymologia vocabular. Nesta, evidentemente, o tupy é imprescindivel para o exame da parte do nosso lexico que delle provem, como é imprescindivel o estudo do grego, do celta, do arabe, do quimbundo, do nagão, do loruba, do turco, do dravidiano, do malayo, do quichua, etc.

Imagemem-se todos esses idiomas, dialectos ou falas locais incluídas no curso de humanidades para tornar mais efficiente a grammatica historica portugueza!

As pesquisas etymologicas competem a um grupo reduzido de especialistas, que por sua vez se especializam dentro da sua especialidade, circumscrevendo-se ao romanico uma Carolina Michaelis, ao arabe um David Lopes, ás linguas africanas um A. J. de Macedo Soares, ao tupy um Theodo

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 22 de Julho de 1934, página 3.

20) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, Porquê “Quatriennio”? Edição 12164.

**PEQUENAS LIÇÕES DE
PORTUGUEZ**

Porquê “Quatriennio”?

A propósito de um dos assumptos do dia, ouve-se e lê-se a cada passo a expressão “quatriennio presidencial”, quando, na realidade, o que existe em portuguez, legitima e correctamente, é “quadriennio” (com *q*), já empregado por exemplo por Fr. Luiz de Sousa.

O erro surge de falsa associação com o vocabulo “quatro”, que só pôde figurar no caso como simples elemento collateral.

Os compostos do numero quatro em latim partiram, com effeito, de uma variante *quadrus*, com *q*, e não de *quattuor*, portuguez *quatro*. O radical primitivo *quatr* já dêra em divergencia *quadrus*, e *quattuor*, feito mais tarde *quattuor*, com prolongamento do *t*, donde em latim vulgar *quattuor* e finalmente *quatro*. (Se não tivesse havido a duplicação do *t* teríamos tido em portuguez tambem *q* nesse caso, como tivemos *pedra* de *petra*).

Quadiennium foi por isso o que houve em latim, e o que empregou, por exemplo, Cicero. O elemento de formação foi o radical de *quadrus*, com um *i* de ligação depois do grupo *dr*: “*quadri*” e “*annium*” (enfraquecido em *ennium*). Identicamente, houve *quadrivium*, *quadriga*, *quadrilaterus* e *quadrumanus*, variante de *quadrimanus*, com mudança de *i* em *u* pelo contacto da consoante inicial de *manus* (de articulação labial como a vogal *u*), e *quadrupes*, em vez de *quadripes* pelo mesmo motivo.

Devemos dizer, portanto, *quadriennio*, que provem de *quadriennium*, como dizemos *quadrivio*, que provem de *quadrivium*, *quadriga*, *quadrilatero*, *quadrupede*, e, ainda, *quadrumano*, palavra esta, aliás, não de directa origem latina (pols teria sido proparoxytona em tal caso, como é *quadrupede*) mas simples aportuguezamento de um vocabulo erudito francez (*quadrumane*), que os nossos naturalistas adoptaram em época muito moderna, posterior á 4ª edição do Dicionario de Moraes.

O.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 18 de Agosto de 1934, página 2.

21) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, Um neologismo abstruso: “brasilidade”.

Edição 12187.

**PEQUENAS LIÇÕES DE
PORTUGUEZ**

—

**Um neologismo abstruso:
“brasilidade”**

Guiou-se provavelmente quem primeiro o empregou, pelos substantivos *habilidade, agilidade, semilidade* sem atentar em que o radical desses vocabulos só tem com *brasilidade* analogia phonetica e não morphologica, ou de sentido. Dahi, o abstruso e novel resultado de um nome abstracto em — *dade* derivado de um substantivo proprio e não de um adjectivo (no caso, o nome patrio *brasileiro*), como impõe a norma linguistica e o proprio bom senso. Nem se pode allegar em defesa que os antigos chronistas chamavam *brasil* aos nossos indigenas, porque, fundamentado nesse antecedente, *brasilidade* passaria a significar as ideias e praticas dos selvagens brasileiros, e incluiria em sua accepção a *anthropophagia*, a *bruxaria* e a *magia sympathica*.

Tal como hoje se usa, aliás, no nosso pernosticismo oratorio, o vocabulo não tem sequer accepção solida e definida. Accetta a desarrazada irregularidade de derivação, poder-se-ia approximal-o do termo *latinidade*, que designa as ideias e caracteres do mundo latino. Mas só a um sociologo de *magazines* ocorreria o absurdo conceito de uma civilização *brasileira typica e sui-generis*, como foi a civilização latina em confronto com o mundo oriental.

Muitos recorrem ao vocabulo para designar o amor á terra brasileira e o sentimento de cohesão das unidades estaduais que formam a nossa republica federada. E' o que se exprimiria melhor, embora chimente, por *patriotismo*, ou, a se teimar em preferir um termo especial, por *brasileirismo*, espontaneamente associado áquelle e a *notivismo, americanismo, germanismo, indianismo*, que têm todos o mesmo alcance e se valorizam uns á custa dos outros. — C.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 22 de Agosto de 1934, página 7.

22) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, A etymologia de “escapar”. Edição 12190.

PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ

A etymologia de “escapar”

São em regra inúteis ou, antes, prejudiciais, as secções de “Lições de Coisas” que algumas jornaes se revistas mantêm para o grande publico. As noções scientificas ficam eschematizadas e diluidas numa inexactidão e insegurança de conceltos, a que é preferivel a ignorancia integral. Ministram o que se póde chamar um conhecimento abaixo de zero.

Assim, a proposito da etymologia do verbo supra, vejo uma pueril anecdota a respeito de “policias” romanos que seguravam os meliantes pela capa e os deixavam “escapar” (Inhabilidade profissional que nem a nossa guarda nocturna manifesta), ao lado da curiosa affirmação de que *cappa*, dado por Diez como o etymolatinho do portuguez *capa*, é o contrario “rigorosamente italiano”, pois em latim só se encontra *pollium*, *pollolum*, *chlamys*, etc.

O autor dessa nota absurda parece absurdamente desconhecer que o vocabulario do latim vulgar, de que resultaram as linguas neo-latinas, nem sempre coincide com o vocabulario classico da literatura romana, visto que houve a emersão da lingua do Imeprio de gyrria urbanas e lingua-jare rústicos favorecidos com a convulsão e desintegracão social.

A erudição moderna ministra meios seguros de determinar um etymolatinho, independentemente de singela consulta ao Diccionario do Saraiva. Comparando-se, por exemplo, os vocabulos cognatos de duas ou mais linguas romanicas, pode-se chegar a uma forma latina indiscutivel embora não attestada pela lingua escrita: será o que se chama em philologia — um etymoltheorico.

Ora, *capa*, em portuguez e hes-

panhol, corresponde ao italiano *coppa*, e ao francez *chape*, usado hoje principalmente no sentido de *pluvial* ou *capa de asperges*. São todos antiquasimos nas linguas respectivas, como evidencia a forma franceza *chape*, onde o *ch* inicial representa uma evoluçãodo *c* latino terminada nos principios do seculo VIII, muito antes de constituir-se o italiano para poder influir nas linguas vizinhas.

Existiu, portanto, em latim vulgar *cappa*, com dois *pp*, o que explica a forma *capa* em portuguez, onde *p* simples latino entre vogaes (como em hespanhol e provençal) deu ao contrario *b*.

E’ allás o que já está provado documentalmente (como assignala o Diccionario de Nascentes) por um trecho de Santo Isidoro (principios do seculo VII), em que apparece a palavra latina *cappa*. Della derivou-se o verbo *excapare*, com o prefixo *ex* e a significação literal de *tirar a capa*, gesto naturalissimo, para a liberdade de movimentos, em quem foge; donde a significação translata do *fugir* e finalmente *salvar-se*.

C.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 29 de Agosto de 1934, página 8.

23) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, Agua “fervendo” ou “fervente”? Edição 12196.

PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ

“Agua fervendo” ou “fervente”?

Muitos grammaticos têm em prevenção a formula “agua fervendo”, natural e espontanea na lingua quotidiana, e aconselham “agua fervente” em nome da “boa linguagem”. E’ entretanto fácil, sem sair da bitola estreita do uso classico, justificar a expressão impugnada. Limite-me a citar, ao acaso, em Samuel Usque — “hua Caldeira de agua fervendo” (Consolaçam As Tribulações de Israel, ed. M. dos Remedios; III, 23).

Tem-se no caso uma subtiliza e matiz de significação, que convem salientar antes de qualquer condemnação *a priori*. *Fervendo* não é evidentemente um adjectivo á maneira de *brulant* em francez, pois não comporta sequer as noções de genero e numero. E’, não obstante, um adjectivo verbal, em que predomina o valor verbal, e que exprime, junto de um substantivo, *estados verbales em manifestação*. E’ o mesmo caso das locuções *a ferver*, *a correr*, *a brilhar*, *a cair*, que todos admittimos e empregamos.

Dizemos “astros brilhantes”, “agua corrente”, “estrellas cadentes”, porque se trata de qualidades permanentemente ligadas á coisa qualificada e que importa serem assignaladas como taes. “Astros a brilhar”, “agua a correr”, “estrellas a cair” já são phrases de outra especie, com outro conceito e comprehensão. São essas variantes de sentido, que tornam tão suggestiva a phrase “homem temente a Deus” trazida da lingua archaica; temendo transformaria em estado fortuito e transitorio o que se quer apresentar como virtude es-

sencial e immutavel do individuo.

“Agua fervendo” caracteriza-se e legitima-se, pois, na mesma ordem de idéas que nos faz dizer — “agua a ferver”. E’ sempre e gerundio, ali sob sua forma latina de ablativo, aqui sob a forma analytica criada em romango por meio do infinitivo (*ad fervere*.)

Em latim classico, usava-se sempre, como apposto de substantivos, o particípio presente do typo do nosso vocabulo *fervente*. Havia, entretanto, a noção nítida da differença de valores, que ora procuro pôr em evidencia, e, em relação aos particípios presentes de verbos transitivos, resultavam duas construcções syntaticas distinctas, ou Jespersen, entre outros autores, com precisão accentua: “os particípios em *ns* ficam com o objecto no accusativo quando é intensa a idéa verbal: *amans patriam*, mas no genitivo (á maneira de adjectivos como *tenax*), quando denotam um caracteristico mais constante: *amns patriæ*”.

Assim, numa phrase como — “audivi illam canentem” o particípio tem valor intrinseco todo especial, que se torna extrinseco na traducção portugueza — “ouvi-a cantando”, e não — *cantante*, que apparece em “vos cantante”, por exemplo, mas seria aqui descabido.

“Agua fervendo” representa, portanto, em confronto com o latim, novo estagio lingustico, com melhor distribuição de formas, já delineada allás na literatura romana imperial, quando o gerundio começou a substituir a forma em *ns* nas orações reduzidas que se segulam ao sujeito de uma oração completa, e Tacito, citado por Grandgent (trad. Mohl, Madrid, 1928; p. 89), escrevia *assurgens et populando*, como que volvendo-se a um tempo para o passado e para o futuro da lingua. — C.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 9 de Setembro de 1934, página 8.

24) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, A Expressão Popular: “Menino levado”.

Edição 12206.

**PEQUENAS LIÇÕES DE
PORTUGUEZ**

**A Expressão Popular:
“Menino levado”**

Modernamente já não é bem apprehendida a expressão “levar a breca”, tão suggestivamente utilizada, embora na phraseologia familiar

O substantivo *breca*, archaico e desusado synonymo de *sanha* ou *oúto* — *tracundia pertinax* verte em latim Bento Pereira na 2ª parte da sua “Prosodia” (Evora, 1697) — está aqui inerte e opaco em lugar de *diabo*, a quem deve ter exclusivamente cabido a principio a responsabilidade por todas as desgraças humanas. A substituição euphemica assim processada obscureceu a noção de um sujeito que se pospõe ao verbo em intuito de emphase (*levou-o, carregou-o, apassou-se del-le o diabo, — ou a breca, o delirio, o phrenesi da perdição*) e que ainda apparece nitido em Garrett: “Ha-de levar a breca estes Castelhanos, que hão de vir os levantados de Evora por ahí fóra, e talvez el-rei D. Sebastião da sua ilha encantada” (D. Felippa de Vilhena, a I, sc. III, ed. Lusitania).

A consequencia dessa incomprehensão de analyse foi a extravagante anteposição ao verbo do nome-paciente da phrase, e o des-embaracado emprego dos pronomes rectos *elle* ou *ella* em vez das fórmas objectivas que a idéa primitiva devera impor: “Fulano lovou a breca”. “*elle*”, ou “*ella* levaria fatalmente a breca”. *Levar a breca* tornou-se assim equivalente puro e simples de *perder-se*, esvaindo-se a responsabilidade do diabo, como a dos reis Inglezes com o governo parlamentar.

O mesmo foi-se paralelamente verificando em relação á locução adjectiva *levado da breca*, em que o nome *breca*, sujeito psychologico (ou adjuncto de causa efficiente) do particípio passivo *levado*, vem regido da preposição *de* em vez de *por*, construcção syntactica que foi de uso no portuguez archaico e ainda resumbrá em Camões (I, 19):

“As marítimas aguas consagradas,
Que do gado de Proteo são cor-
[tadas.”

“Menino levado da breca” é aquelle a quem um delirio demoniaco domina, e que merece na mesma ordem de idéas os epithetos de *diabrete* ou *endlabrado*. Desapparecida a comprehensão logica e semantica da locução *da breca*, concentrou-se no particípio *levado* toda a força e valor da expressão, a ponto de parecer superfluo empregal-a completa com um appendice já indistincto e frouxo. “Menino levado”, “crenança levada” foram as formulas resultantes dessa evolução gradual e integral de idéas. — C.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 15 de Setembro de 1934, página 12.

25) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, “Romancismo” ou “Romancista”.

Edição 12211.

PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ

“Romancismo” e “Romancista”

Causou estranheza o emprego systemático nestes artigos das palavras *romancismo* e *romancista* para designar respectivamente o estudo das línguas neolatinas através da sua evolução do latim, e os linguistas que a essa tarefa se dedicam.

As palavras geralmente empregadas são com effeito *romanismo* e *romanista* (sem *c*), mas o uso geral não é aqui justificavel e não pôde dizer-se *vox Dei*, pois taes formas só legitimamente se admittem como derivados de *romano*, e neste sentido já se applicam ao estudo e aos estudiosos da organização jurídica de Roma.

O adjectivo referente á desintegração linguística do territorio imperial em que se falava latim (*Romania*), é *romanicus*, portuguez *romanico*, com o prefixo *icus*. Do adverbio correspondente em *e* — *romanice*, substantivado, surgiu, com a queda do *i* postónico, o nome *romance* para as línguas romancas em geral, e para o latim vulgar evolvido que as determinou. Leite de Vasconcellos, que tem a proposito do termo “romance” uma nota admiravelmente segura e succinta nas suas “Lições de Philologia” (p. 15), coteja-lhe a origem com a de *latin*, saldo analogamente do adverbio *latine*, e cita ainda a forma *romanzo* com *o*, que vem do latim medieval *romanicum*.

Ora, de *romance*, ou *romanzo* só podem resultar em portuguez *romancismo* e *romancista*. O que indevidamente figura em regra em seu lugar, explica-se como traducção infeliz de *romanisme* e *romaniste* do francez, onde ao portuguez *romance* corresponde *roman*, tambem relacionado, mas indirectamente, ao latim *romanicus*.

Repugna manter no vocabulario tecnico da linguística portugueza dois termos de tão incorrecta formação, principalmente quando os termos exactos podem substituil-os sem maior difficuldade.

Haveria talvez para objectar que *romancista* já se usa com o valor de “novellista”, ou, “escriptor de ficção”, mas os dois sentidos do vocabulo podem coexistir sem inconvenientes dada a absoluta diversidade de alcance semantico, como coexistem dois sentidos analogos para *romance* e para o francez *roman*. Ninguem medianamente culto incluirá o “romancista Meyer-Lubke” entre os confrades de Eça ou de Alencar.

Demais, *romanista* já tem analogamente uma applicação bem determinada para um Ihering, um Keller, um Mayr, apresentando a aggravante de só se associar morphologicamente com *romano*, e só condicionar portanto legitimamente esta legitima significação. -- ‘1.

Localizado na Biblioteca Nacional Digital Brasil.

Exemplar de 07 de dezembro de 1934, página 6.

26) Título: PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ, “A dupla negação”. Edição 12282.

PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ

“A dupla negação”

“Os silêncios dos últimos dias que me *não* descobriam *nada*, agora os sentia como signaes de algumas coisa” (Machado de Assis, D. Casmurro, p. 35). “Havia já cinco minutos que *nenhum* delles ázia *nada*”. (Idem, varias historias, p. 101).

Occorrem-me ao acaso estes exemplos, entre milhares de quaesquer autores, a proposito de um principio contra a dupla negação, que é costume citar-se confusa e imprecisamente.

Não ha, com effeito, em portuguez nesse caso a regra ampla que se verifica em inglez. A phrase inclada por um verbo negativo de natureza transitiva exige pelo contrario, como objecto directo, um pronome negativo (*nada*, *ninguem*, *nenhum*, etc.) para que a negação seja cabal e absoluta: *não tenho nada*, *não vi ninguém*, *não tenho nenhuma duvida*. Não é possível supprimir a particula *não* (como se faria em inglez); nem por outro lado substituir os elementos *nada*, *ninguem*, etc. por outros de character affirmativo — *alguma coisa*, *alguem*, *algum*, sem transtorno geral do sentido. Se ha a possibilidade da variante — *não tenho coisa alguma*, é porque a posposição de *algum* ao seu substantivo torna a locução negativa e equivalente a *nada*.

Impõe-se apenas a supressão de *não* junto ao verbo, se o verbo em ordem inversa fór precedido do seu objectivo negativo — *nada tenho*, *ninguem vi*, ou, se, analogamente, uma phrase de verbo de predicação completa iniciar-se por um sujeito negativo: *ninguem falou*, *nada appareceu*.

Mas este typo de phrase não impera exclusivamente, como paradigma de correção linguistica. Existe na lingua ao lado da construcção duplamente negativa anteriormente citada, sem qualquer preferencia de ordem grammatical, determinando-se a escolha pelo effeito rhetorico visado e pelas necessidades momentaneas do estylo.

Em verdade, o escrupulo que confusamente adeja em torno de phrases como — *não descobriam nada*, etc., parece associar-se a um velho principio da grammatica latina de que duas negações se excluem e resultam numa affirmação (á maneira da regra de *menos vezes menos* em multiplicação algebraica), como em Ovidio “*ne nulla... monumenta manerent*” que equivale a “*ut ulla... monumenta manerent*” (Metamorphoses, I, 159).

Tal principio não tem, porém, efficiencia em portuguez para o caso de negações syntacticas, e apenas se applica, em commum com todas as linguas, a negações de character lexico, isto é, referentes a um unico vocabulo da phrase (“*não*” ao lado de um prefixo negativo): *não incommum*, *não descrente*

Anexo B¹⁴⁷

A CIGARRA, B3085 – 1957 – JUN – DEZ – Localização na Biblioteca Nacional (BN): 4.341.01.05. Exemplar de Junho, página 21.

1) Título: **Teatro de Martins Pena – 1 – Comédias, II – Dramas** – Edição crítica por Darcy Damasceno com a colaboração de Maria Filgueiras – Instituto Nacional do livro – MEC – Rio de Janeiro, 1956.

Um dos aspectos promissores da filologia contemporânea no Brasil é a atenção que lhe vêm merecendo os escritores nacionais. Entre eles, os da nossa época romântica oferecem um magnífico campo de estudo linguístico, porque refletem intensamente traços da linguagem coloquial, em parte por ideal estético (abeberamento das fontes populares), em parte por processo de redação (feita ao correr da pena para favorecer a espontaneidade da expressão) e em parte (reconheçamos-lo) por deficiência de preparo gramatical e literário.

Martins Pena é um dos que propiciam mais rica colheita neste âmbito e nele há para acrescentar às razões supracitadas a do gênero a que se dedicou, pois o teatro exige evidentemente uma aproximação muito grande da língua cotidiana sob pena de descambar em diálogos artificiais e “impossíveis”.

Darcy Damasceno, fazendo esta edição crítica do velho dramaturgo por encargo do nosso benemérito Instituto Nacional do Livro, empreendeu um trabalho de grande oportunidade e genuinamente filológico, embora se tenha absterido das copiosas notas, de praxe entre nós em edições desta natureza, as quais, entretanto, muitas vezes extemporâneas, desviam até da obra a atenção do leitor. O que se espera do organizador de uma edição é, antes de tudo, lucidez na adoção e colação dos textos, respeito escrupuloso a eles e tato perspicaz em resolver-lhe as dúvidas e confusões. E são justamente as qualidades que é justo ressaltar no presente trabalho, onde se contou com a colaboração da Maria Filgueiras e a exaustão do serviço de revisão do Instituto.

Não há, por exemplo, como não louvar o senso científico com que foi feita a adaptação à atual ortografia, respeitando-se formas que, a rigor erradas para qualquer tempo, representam uma interpretação gramatical mais ou menos corrente na época ou uma aceitação da pronúncia popular (Darcy Damasceno diz imprópriamente “prosódia”, pág.17, item II), como “comprimento” por “cumprimento”, “poude”, “feichar”, “mais” por “mas”, etc.

¹⁴⁷ Optamos por manter a ortografia original da época.

Neste particular, cabe apenas a restrição a respeito de se ter adotado o acento grave na partícula resultante da crase (Darcy Damasceno diz impròpriamente – “adotou-se a crase”) embora se reconheça que “raras vêzes aparece nos textos impressos e quase nunca nos manuscritos” (pág.18, item XI). Êsse acento é uma convenção puramente ortográfica em face da realidade fônica brasileira, conquanto vantajosa na técnica da língua escrita. A nossa pronúncia só conhece “a” átono fechado, e quando a partícula soa aberta é porque se tornou secundariamente tônica por ênfase (o que sucede tanto “a” em crase como com a preposição simples). Assim, a falta de acento (como em Martins Pena) e a extensão do acento à preposição simples (como em José de Alencar) são índices de duas possibilidades da pronúncia brasileira, e devem ser respeitadas numa edição crítica pelo que refletem da atitude gramatical do escritor.

Êste, entretanto, é o único senão filológico que parece mais digno de reparo. É quanto basta adiantar para se ver como é louvável e competente o trabalho que aqui se registra.

J. M. C. J.

A CIGARRA, B3085 – 1957 – JUN – DEZ – Localização na Biblioteca Nacional (BN): 4.341.01.05. Exemplar de Agosto, página 104.

2)Título: **Iniciação à Filologia Portuguesa** – Gladstone Chaves de Melo – 2ª edição, refundida e aumentada, com três mapas coloridos – Biblioteca Brasileira de Filologia, nº 12 – Livraria Acadêmica – Rio de Janeiro, 1957.

É uma sincera satisfação para os colegas e amigos intelectuais de Gladstone Chaves de Melo verificar, com a publicação deste livro, que a Política não conseguiu desviá-lo dos seus estudos e interesses de filólogo honesto, criterioso e bem formado. A segunda edição da “Iniciação à Filologia Portuguêsa” revela o resultado de um aprimoramento diuturno na especialidade em que o Autor já se firmara com expressiva figura. Trata-se de uma verdadeira refundição, que deu à obra muito maior amplitude e profundidade.

Deve-se destacar especialmente o maior acento dado à lingüística, como base “sine qua non” da filologia, o que na primeira edição não estava pôsto em termos muito nítidos. Gladstone tem tôda a razão, quando, na linha de Meillet, prefere que se chame “Lingüística Portuguêsa e não Filologia Portuguêsa o estudo científico da nossa língua” (pág. 30), e em

seguida estabelece: “Filologia é o estudo de textos literários, ao passo que Lingüística é estudo da língua como tal, independente de textos” (entenda-se “estéticos) ou de beleza literária” (ibid.). [sic] O livro, redigido numa linguagem simples, precisa e despretensiosa, fora do jargão filológico tão em moda entre nós, de um lado, e, de outro lado, sem o desleixo de composição que leva a frases redundantes e muitas vezes vazias, salpicadas de exibições extemporâneas de erudição (o que também não falta em nosso meio), apresenta idéias sólidas, ponderadas e claras, de que devem tomar conhecimento todos os nossos professores de língua materna. Isto não significa que eu esteja em integral concordância com todos os pontos de vista doutrinários de Gladstone Chaves de Melo; assim, o seu alvitre de se considerar uma classe de “determinativos” ao lado dos substantivos e dos adjetivos (qualificativos), para dirimir a divergência entre os que interpretam êsses instrumentos gramaticais como adjetivos e os que os interpretam como pronomes, parece-me um mero pano quente, que não vai ao âmago da questão e renova a atitude superada de João Ribeiro (“Gramática Superior”, 20a ed., Rio, 1923, pág. 19.). A solução definitiva foi dada por Said Ali; só há duas classes primárias (semânticas) – “nomes” e “pronomes”, e para uma outra divisão secundária (funcional) em “substantivos” e “adjetivos”. É claro que essa minha contestação não interfere com o alto apreço que me inspiram o livro, as idéias filológicas de Gladstone Chaves de Melo e a sua pessoa de intelectual, “doublé” de homem de bem em tôda a extensão da palavra. Está, pois, de parabéns a Livraria Acadêmica, que com esta publicação enriqueceu a sua Biblioteca Brasileira de Filologia e a Filologia Brasileira.

J. M. C. J.

A CIGARRA, B3085 – 1957 – JUN – DEZ – Localização na Biblioteca Nacional (BN): 4.341.01.05. Exemplar de Setembro, página 17.

3)Título: **A Análise Matemática do Estilo**, aplicação do processo de Fucks a obras literárias em português e espanhol – Tulo Hostílio Montenegro – IBGE – Conselho Nacional de Estatística, 1956.

Êste opúsculo de 76 páginas, que só apareceu em nossas livrarias no ano corrente, versa um assunto que está vivamente interessando a filologia do nosso tempo. Os estudos lingüísticos e literários, depois de terem procurado firmar e esclarecer a qualidade dos fatos de linguagem, voltam-se agora insistentemente para o problema quantitativo. Assim, há hoje a

preocupação de avaliar a frequência de um fonema, de um grupo de fonemas, de um sufixo, de uma construção sintática, e assim por diante. Essa avaliação não pode ser evidentemente uma contagem integral, senão um cálculo de proporcionalidade de acordo com os métodos estatísticos rigorosos.

A mesma orientação na crítica estilística leva a uma série de temas quantitativos por focalizar (uso de certas palavras, extensão dos períodos, preferência por vocábulos curtos ou longos, preferência por certa ordem vocabular, etc.), partindo-se para isso de “amostras” do escritor dentro dos moldes da ciência estatística. O estaticista Wilhelm Fucks encarou neste campo de estudos, propugnados com entusiasmo por um filólogo de formação clássica como Joshua Whatmough, a proporcionalidade entre vocábulos curtos e longos na literatura inglesa e alemã. E foi o seu exemplo e a sua lição que procurou seguir Tulo Hostílio Montenegro para escritores de língua portuguesa e espanhola.

Não se pode negar ao opúsculo, portanto, uma grande oportunidade nem à tentativa um estimulante aplauso. Também não cabe argüir contra êle a extrema secura de apresentação, pois um trabalho estatístico dessa natureza é uma simples fonte de material, que ao crítico literário caberá formular de maneira literária.

A conclusão a que chega o autor na aplicação do seu método já é um dado de particular interesse. Acha êle que “o processo de Fucks nada acrescenta de definitivo quanto à caracterização individual desses textos relativamente a autores, obras e idiomas” (pág. 37). A proporcionalidade entre vocábulos curtos e longos, diz êle antes explicitamente, “é característica dos idiomas e não dos autores e das obras” (pág. 22). Por outro lado, assinala a preferência pelos vocábulos curtos nos textos poéticos; a mesma preferência excepcional na prosa (“Dom Casmurro”, “Lazarillo de Tormes” e algumas outras obras) sugere que isso também se dá nas narrativas que procuram cingir o estilo coloquial e afasta-se da retórica da língua escrita. Assim, o que parece depreender-se é, antes do que uma oposição entre poesia e prosa, outra entre estilo intimista e mais retórico.

Releve-me finalmente o autor (e queira levar o reparo à conta da simpatia pelo seu empreendimento e do desejo de vê-lo prosperar) a observação de que é absurdo encarar a contagem das “letras” (pág. 8), cujo número depende da circunstância de que há consoantes (ch, lh, nh) e vogais (as nasais) que se representam em português por mais de uma letra. O que importa são as consoantes e vogais enquanto fonemas, os quais numa grafia integralmente racional e fonética corresponderiam a uma só letra.

J. M. C. J.

A CIGARRA, B3085 – 1957 – JUN – DEZ – Localização na Biblioteca Nacional (BN): 4.341.01.05. Exemplar de Dezembro, página 12.

4)Título: **Dificuldade da Língua Portuguesa** (Estudos e Observações) – M Said Ali – 5ª edição – Estabelecimento do texto, notas e índices pelo prof. Maximiano de Carvalho e Silva – Biblioteca Brasileira de Filologia, nº 1 – Livraria Acadêmica – Rio de Janeiro, 1957.

Foi uma feliz idéia da Livraria Acadêmica a de inaugurar em 1950 a sua prestimosa Biblioteca Brasileira de Filologia com esta obra clássica da filologia brasileira. O público bem o compreendeu, pois rapidamente se esgotou a 4ª edição, assim feita, e agora aqui temos uma 5ª edição, cuidadosamente preparada pelo Professor Maximiano de Carvalho e Silva, que, em virtude da escrupulosa e competente exatidão com que trabalha, é pessoa altamente qualificada para tal mister. Baseando-se na 3ª edição, a última revista pelo próprio Said Ali, o Professor Maximiano atingiu plenamente os objetivos que nos expõe numa “Advertência” preliminar: “Apresentar o texto de “Dificuldades da Língua Portuguesa” isento de lapsos de qualquer natureza, de tal modo que a sua leitura não ofereça enigmas ao leitor desprevenido”, e “apresentando ainda índices – onomástico, bibliográfico e de palavras e expressões aqui estudadas”, “facilitar a localização de determinada passagem da obra”.

Foi bom, até certo ponto, que o prazo de que dispôs não lhe tivesse permitido, num plano mais desenvolvido o ensejo ambicioso de “fazer um confronto dos pontos de vista de Said Ali com os mais recentes dados da Lingüística e da Filologia”. Uma tarefa dessas – que importa em nada menos do que num balanço crítico de enorme amplitude e num profundo conhecimento da lingüística alemã coeva de Said Ali, em que êle tanto se apoiava – não se coaduna com a função da preparação de um texto, onde nos devemos colocar na sombra para deixar falar o nosso autor. Mais tarde, o Professor Maximiano de Carvalho e Silva poderá empreender êsse trabalho num livro especial, que poderá ser a sua consagração na filologia brasileira.

Said Ali bem merece um estudo dessa ordem executado com compreensão, objetividade e largueza de vistas, pondo o velho mestre no seu verdadeiro papel de pioneiro da lingüística pròpriamente dita, num meio cultural em que dominava a gramática normativa e a filologia míope dos textos clássicos, feitos paradigmas do que se deve dizer em pleno Século XX. Melhor do que João Ribeiro, o qual também é digno de nota como focalizador de novas e mais científicas tendências, soube Said Ali encarar os textos clássicos com base e documentação do estudo evolutivo da língua e dar à gramática expositiva uma sistemática

lúcida e sagaz. A sua “Gramática Secundária da Língua Portuguesa” ainda não foi superada, aqui ou em Portugal, e alguns estudos das “Dificuldades” são o complemento doutrinário que não a faz melhor apreender e apreciar; hajam vista os capítulos sobre “Haver e Ter”, “Verbos sem Sujeitos”, “Particípios Duplos”, “O Futuro” e mesmo “A Partícula Se”, onde, na teoria fundamental discutível, sentiu certas oposições semânticas, que passam despercebidas aos adeptos da equivalência da chamada constrição passiva “sintética”, com a partícula “se”, e da analítica, com “ser” e um particípio passivo perfeito.

J. M. C. J.

A CIGARRA, B3085 – 1958 – JAN – JUN – Localização na Biblioteca Nacional (BN): 4.341.01.06. Exemplar de Março, página 123.

5) Título: **O Ensino do Latim** (Doutrinas e Métodos) – Silvio Elias – Livraria Agir Editora – Rio de Janeiro, 1957; e **Didática Especial de Português** (Para o curso secundário) – Leodegário Amarante de Azevedo Filho – Conquista – Rio de Janeiro, 1957.

Estas duas obras, publicadas nos últimos dias de 1957, focalizam o problema do ensino do latim e do português, na Escola Secundária.

Silvio Elia encarou o tema, de um ponto de vista cultural e filológico, com a segurança que era de esperar. Êle tem, em verdade, a visão nítida do que deve representar o ensino do latim para o brasileiro de boa instrução: em primeiro lugar, um “background” para compreender a estrutura da sua língua materna, ligada à latina, duplamente, pela origem e pela ação da erudição clássica, que desde o Século XV tanto a enriqueceu; em segundo lugar, um meio de penetrar na cultura antiga, que, como matriz do mundo ocidental moderno, tem de ser reconhecida em profundidade para a boa compreensão da nossa cultura.

É inútil dizer que ambos os desideratos não estão sendo satisfeitos com o atual ensino do latim e que urge uma reforma de base neste particular.

Silvio Elia traz-nos uma contribuição para isso num trabalho em que colaboram o seu preparo linguístico e filológico, a sua segurança de latinista, a sua experiência didática e – “last but not least” – o seu equilíbrio de pensamento, embora uma ou outra vez gostássemos de vê-lo mais incisivo contra a rotina (cf. p. 47 a propósito da pronúncia do latim).

Já Leodegário de Azevedo pôs a ênfase, de preferência, na pedagogia “lato sensu” e na psicologia do adolescente. Sob êste aspecto, o seu livro é utilíssimo aos professores de

português, que em regra se deixam absorver pela matéria a ensinar e não praticam uma pedagogia estruturada num sistema coerente.

Isto não quer dizer que o Autor também não considere os aspectos técnicos de ensino gramatical e filológico dentro de boa doutrina, o que não nos surpreende dados os laços mentais que o ligam à figura de Clóvis Monteiro. Apenas ocorreriam certas restrições de detalhe; assim, não é exato dizer que Camões empregou a forma arcaica “fruito” no episódio Inês de Castro (p. 97): lá se encontra a grafia “fructo”, que Epifânio Dias interpretou um tanto cerebrinamente naquele sentido, sendo porém contestado por José Maria Rodrigues de maneira que parece cabal.

J. M. C. J.

A CIGARRA, B3085 – 1958 – JUL – DEZ – Localização na Biblioteca Nacional (BN): 4.341.01.07. Exemplar de Agosto, página 34.

6) Título: **Pontos de Gramática Histórica** – Ismael Lima Coutinho – 4ª edição, revisada e aumentada – Livraria Acadêmica (Biblioteca Brasileira de Filologia, nº 4), Rio de Janeiro, 1958.

Ismael Lima Coutinho é uma das nossas figuras mais respeitáveis nos estudos da filologia portuguesa. Para êles traz, além de um grande conhecimento específico, os seus predicados de latinista e helenista e um amplo domínio bibliográfico, facilitando pela sua capacidade de leitura fluente em alemão, o que lhe dá acesso à rica literatura de linguística e filologia romântica nesse idioma. A isto se alia grande lucidez e ponderação intelectual, de par com não menor probidade e exação no trabalho.

Assim, a sua “Gramática Histórica”, na feição que adquiriu a partir da 3ª edição, é um guia excelente para os estudantes universitários, os professôres secundários de português e os leitores interessados em filologia. Situa-se em alto nível; e, em cotejo com as obras clássicas de Cornu, Huber, Nunes e Ed. Williams, se tem menor aprofundamento da matéria em certos pontos, compensa-o por uma visão mais ampla e uma base mais explícita de linguística geral. Acresce a exposição clara, metódica e atraente, muito superior à apresentação compacta de Cornu, ao estilo difuso e descosido de Nunes e à segura de formulação de Huber e Williams.

Também gostaríamos de reconhecer-lhe sobre aquelas obras a vantagem de um enfoque novo, de base estruturalista e funcionalista; mas Ismael Lima Coutinho não tornou para divisa a frase virgiliana – “Tentada via est”. Preferiu o caminho, já bem palmilhado, aberto pelas elucubrações neogramáticas. Daí, só em nota (e de maneira muito rápida e incompleta, que nem leva em conta a escola norte-americana) o referir-se marginalmente ao conceito de fonema, sem procurar aproveitá-lo no texto, numa aplicação que lhe estaria sugerida, por exemplo, na “Economie...” de Martinet e na “Entwicklung...” de Hemut Lütcke, trabalhos que não inclui em sua Bibliografia.

É, porém, uma regra salutar, no trato dos livros, a de não exigir de uma boa obra aquilo que ela não pretendeu nos dar e apenas julgá-la pelo que ela quis ser.

Louvemos, portanto, sem maiores restrições, esta “Gramática Histórica”, que soube ser tão ricamente informativa, bem orientada, bem planejada e segura dentro do quadro tradicional em que voluntariamente se colocou.

J. M. C. J.

A CIGARRA, B3085 – 1958 – JAN – JUN – Localização na Biblioteca Nacional (BN): 4.341.01.08. Exemplar de Março, páginas 28 e 29.

7) Título: **Dicionário de Sinônimos** – Antenor Nascentes – Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 343 páginas.

A sinonímia é uma das questões mais intrincadas na ciência da linguagem. Parece colidir com o princípio da economia de funcionamento e estrutura, que se considera essencial na comunicação lingüística.

Dois ou mais termos para exprimir exatamente a mesma coisa seriam, em verdade, um desperdício expressional, onerando a memória do falante e perturbando a compreensão do ouvinte. Sucede, porém, que os chamados “sinônimos” não exprimem a rigor a mesma coisa. Como nos diz Paul Garvin, a significação de um termo não é “pontual”, mas “linear”, e assim se explica por que há vários termos para cobrir essa linha, cada qual correspondente a um segmento distinto dela. Sem falar, portanto, nas diferenças estilísticas, quer decorrentes da carga emocional (que carrega cada termo sinônimo), quer provenientes do volume fonético, da natureza dos sons e da pauta acentual (que tornam cada sinônimo preferível, conforme o contexto) – há, de um termo a outro, matizes de significação intelectual, que um Dicionário de Sinônimos pode consignar com apreciável precisão.

Foi o que procuraram fazer, para o português, as velhas obras de Brunswick, de Roquete, de Francisco de São Luís, e é o que faz, mais uma vez, Antenor Nascentes, neste excelente volume, onde se põe em dia, para a língua atual, o que disseram para a do seu tempo aquêles estudiosos.

O Autor foi em verdade felicíssimo no plano e no tratamento dos verbêtes aí comprovando mais uma vez a organicidade do seu espírito, metódico e lúcido, e a sua capacidade de traduzir, com máxima singeleza, idéias que são fruto de uma das culturas filológicas mais cabais e profundas que se encontram no magistério brasileiro. O seu pendor para associar intimamente a linguagem com a vida, à maneira de Bally, sem enclausurar-se nos tentos e nas gramáticas como um rato de biblioteca, o torna especialmente apto para êsse tipo de estudo filológico que é o lexical, já que as palavras são como centelhas do estuar da vida em sua plenitude.

Êste “Dicionário de Sinônimos” coloca-se no mesmo plano de excelência em que estão o “Dicionário Etimológico” e a sua continuação sôbre os “Nomes Próprios”, do Autor, obras para o português que detêm a primazia no gênero.

J. M. C. J.

A CIGARRA, B3085 – 1959 – JUL – DEZ – Localização na Biblioteca Nacional (BN): 4.341.01.09. Exemplar de Agosto, página 12.

8)Título: **Exercícios de Português** – M. Cavalcanti Proença – Antunes (editor) – Rio de Janeiro, 1959.

O problema da aprendizagem gramatical é dos mais complexos e importantes no ensino da língua vernácula. Não é, em verdade, possível limitar-se o professor a verificar o aproveitamento do seu ensino teórico, de maneira indireta, através do que escrevem os alunos em composições escolares. Nem o ensino teórico pode ser dado apenas “in abstracto”, sem o esteio de aplicações repetidas. Daí, a necessidade de organizá-la diuturnamente para a classe, e a vantagem de ter o professor à sua disposição livros como êstes “Exercícios de Português”, que o aliviam de muito em tal tarefa.

É um pequeno trabalho composto para o ensino na Academia Militar de Agulhas Negras, pois as nossas escolas superiores das Fôrças Armadas se preocupam com razão em

adestrar os futuros oficiais no manuseio da palavra, que não é menos eficiente no campo psicológico do que, noutro campo, o são as bombas e as metralhadoras.

Em *Agulhas Negras*, a língua vernácula está a cargo de Cavalcanti Proença, que é um belo exemplo de militar interessado nas Humanidades e destas em particular na língua literária. A filologia brasileira já lhe deve o excelente estudo sobre “Ritmo e Poesia” e um “Roteiro de Macunaíma”, que é um modelo de apreciação crítica à luz da exegese lingüística. Nunca é demais louvar o cultivo das Humanidades entre os especialistas de profissão técnica, mormente em se tratando de militares, onde só as Humanidades podem humanizar uma técnica que se destina em essência a destruir os homens e só existe pelas tristes contingências que nos impõe o atraso moral do mundo.

O Autor foi muito feliz na seriação, escolha de temas e execução dos exercícios que compendia em seu livro. Ainda aqui se vê como é vantajoso que as obras elementares sejam feitas por pessoas igualmente capazes de outras de nível muito mais alto. Ao contrário do que às vezes se diz, o conhecimento profundo da língua não prejudica o professor elementar de português, mas antes lhe dá a visão exata para ser eficiente dentro da verdade lingüística. O mau professor é o de conhecimentos por demais limitados, ou que se julga um sábio quando não passa de um sabichão.

Não é de hesitar, pois, recomendar-se êste livrinho aos nossos professôres da língua vernácula, e ainda mais aos estudantes que queiram progredir por si, visto que a “Chave” final dos “Exercícios” propicia o tipo de “aluno sem mestre”.

Só num ponto cabe uma restrição a Cavalcanti Proença: quanto à sua maneira (usual entre nós infelizmente, é certo) de citar as consoantes, escrevendo a letra correspondente seguida de um “ê”. Com isso se tem uma sílaba – “guê”, “pê”, “chê” – mas nunca a referência ao som consonântico simples. O que se impõe é grafar apenas uma letra consoante, tomada para representação gráfica permanente do elemento fonético, e colocá-la entre barras – /g/, /p/, /x/. Assim se dissocia, além do mais, a transcrição fonética em face da ortografia usual, cujas convenções passam a ser mais bem compreendidas pelos alunos, fazendo-os sentir a perenidade fonética em meio à diversidade ortográfica, ou a mudança fonética apesar da imutabilidade da letra na escrita vigente.

J. M. C. J.

A CIGARRA, B3085 – 1959 – JUL – DEZ – Localização na Biblioteca Nacional (BN): 4.341.01.09. Exemplar de Agosto, páginas 12 e 13.

9) Título: **100 Textos Errados e Corrigidos** – Hamilton Elia e Sílvio Elia – J. Ozon (editor) – Rio de Janeiro, 1959.

Os Autores deste livrinho são duas figuras das mais conceituadas no nosso meio filológico contemporâneo. Sílvio é bem conhecido do público que se interessa por assuntos lingüísticos e filológicos, como o abalizado teorista de “O Problema da Língua Brasileira” e das “Orientações da Lingüística Moderna”. Hamilton, de projeção mais restrita, é justamente apreciado entre os seus colegas de magistério pela segurança e lucidez dos conhecimentos, ainda há pouco demonstradas num concurso de Latim para professor da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O escopo do livrinho é atender ao interêsse geral por êsse tipo de aprendizagem da língua, o qual confesso não ser do meu agrado: pois, além de psicológicamente contraindicado (uma vez que tende a fixar na memória o errado ao lado do certo), desgarrar-se não raro numa formulação artificial com reunir numa mesma frase erros díspares, porque privativos de níveis mentais e sociais diversos.

Entretanto, a presente obra vale muito menos pelo que anuncia em seu título do que como Pilatos no Credo, para ensejar um debate dos mais lúcidos sôbre vários pontos incertos ou controvertidos. Aí sobressai, especialmente, a preocupação de conduzir o leitor, por meio da língua, a um plano de cultura geral mediante o aprofundamento do estudo do vocabulário (hajam vista as páginas 34-38, 44-46, 146-148 entre outras).

É claro que há vários desacordos entre o autor desta Notícia e os do livro; mas isto é bem compreensível em se tratando de “erros de linguagem”, cujo conceito é tão “ondoyant ET divers” quanto, no dizer de Montaigne, o é a natureza do Homem, que os pratica.

A divergência é em regra em questão de detalhe, e não sei se se estende a esse último termo, pois a referência a êle no índice remissivo está com uma indicação em falso para o texto.

Há, entretanto, um ponto em que a divergência é mais séria.

Trata-se do Quadro Classificatório dos “Vícios de Linguagem” (p. 10), talvez da inspiração de Sílvio Elia, sempre propenso às sinopes em virtude da sua formação filosófica, que é sólida, e em regra favorece as suas elucubrações. Aqui, porém, excepcionalmente, temos um Quadro muito pouco feliz, mesmo pondo-se de lado o chamar-se latamente “vício”

o que é pròpriamente êrro. Não cabe, por exemplo, falar em erros “estáticos” e erros “evolutivos”: todo êrro tem caráter dinâmico como fôrça para quebrar, para bem ou para mal, o estaticismo da codificação vigente e, por outro lado, se houve evolução, é que essa codificação se alterou e portanto o que era êrro deixou de o ser. Nem a rigor a “cacografia” é um êrro “fonético” (que há de fonético no emprego de “z” por “s” entre vogais?), da mesma sorte que o pleonismo, anacoluto e outras figuras de linguagem só são erros em casos especiais, e então o êrro não está nelas mas na inadequação do emprêgo.

Relevem os prezados Autores a franqueza dessa crítica final, ùnicamente determinada por um alto aprêço a ambos (pois não se deve perder tempo em contestar àqueles a quem não se preza), e recebam parabéns pelo que souberam realizar, partindo embora de um tipo de exercício gramatical cujo valor, em essência, é muito discutível.

J. M. C. J.

A CIGARRA, B3085 – 1959 – JUL – DEZ – Localização na Biblioteca Nacional (BN): 4.341.01.09. Exemplar de Outubro, página 40.

10)Título: **Pequena Gramática para explicação da Nova Nomenclatura Gramatical** – Adriano da Gama Kury – Livraria Agir Editora – Rio de Janeiro, 1959.

A Nova Nomenclatura Gramatical Brasileira, organizada por Comissão de Professôres Catedráticos do Colégio Pedro II, foi uma iniciativa das mais oportunas do Ministério da Educação e também, de maneira geral, das mais felizes afora um ou outro detalhe.

O livrinho que aqui se aprecia é, na realidade, uma sucinta gramática fundamentada nessa classificação.

Quem assina esta Nota Crítica pode parecer suspeito para louvar a obra quase irrestritamente, como sinceramente acha que ela merece, porque o Autor teve a nímia generosidade de lhe dedicar, ao lado da veneranda figura de Sousa da Silveira, e freqüentemente a êle se reporta em matéria de doutrina e definições. Mas a suspeição, cabível para um juiz ou um examinador de concurso, não o é para a crítica filológica ou literária, onde apenas se chama a atenção para a qualidade de uma obra, competindo ao público leitor o veredito e até decidir da competência e da sinceridade do crítico.

Eis porque esta Nota, vencendo quaisquer constrangimentos, não hesita em apontar a Pequena Gramática como um precioso manual, que vale pela segurança doutrinária, pela clareza da exposição e pelo equilíbrio das idéias. O Autor sabe até, discretamente, indicar falhas e preencher lacunas, como a propósito da denominação de “consoante constrictiva” (p. 36, Obs. 4), em vez de “contínua”, e da ausência, na NGB, de uma classificação das vogais em função da elevação da língua, o que é um dado imprescindível para a precisa determinação das nossas unidades vocálicas (p. 31). É especialmente digna de encômios a atitude nítida a favor da nova teoria do fonema, entendido exclusivamente como elemento sônico que serve para a distinção das formas lingüísticas, independentemente de quaisquer outras peculiaridades fonéticas que não concorram para êsse fim.

Não poderia esperar outra coisa quem conhece de perto o Professor Adriano da Gama Kury e sabe-o um estudioso honesto, sagaz e incansável da língua vernácula e dos problemas da filologia. É êle uma dentre as expressivas figuras da nova geração de professôres, merecedoras de alto aprêço pela compreensão sistemática da matéria e senso de responsabilidade e profissional.

Como prova da sinceridade do que aqui se diz e já que o Autor desconfia, com razão, dos julgamentos “incondicionalmente favoráveis” (p. 15), estranhe-se a exemplificação, na página 117, de “asa de xícara” como “metáfora fossilizada”, pois o termo português provém do latim “ansa” sem maior mudança de sentido; “asa de ave” é que é figura fossilizada de linguagem (e metonímia, antes que metáfora), desde que era por aí que se segurava numa ave doméstica em meio às atividades da vida rural. O exemplo terá cabimento noutro âmbito: o da distinção entre a gramática histórica e a apreciação atual de uma língua, pois com efeito, para o falante de hoje, tende a se inverter no caso a verdade histórica e a se sentir em “asa de xícara” uma metáfora (não fossilizada, é claro) por associação secundária de ordem estilística.

E com esta chega para uma 2a edição, indubitavelmente muito próxima, termina esta Nota Crítica sôbre a “Pequena Gramática” de Adriano da Gama Kury, augurando-se ao Autor novos livros didáticos igualmente lúcidos, seguros e úteis.

J. M. C. J.

A CIGARRA, B3085 – 1960 – JAN – JUN – Localização na Biblioteca Nacional (BN): 4.341.01.10. Exemplar de Abril, páginas 80 e 81.

11) Título: **Vakomomo! Oti**, 1, Cartilha terena – Publicação feita sob o patrocínio do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Rio de Janeiro, 1959.

Êste interessante fascículo, de uma série programada de 12, representa a primeira tentativa para realizar no Brasil uma tarefa que a lingüística e a antropologia hodiernas estão executando, com grande êxito, na América do Norte, no México, no Peru, na África, na Sibéria, no Cáucaso, onde quer enfim que se encontrem populações de cultura primitiva com uma língua completamente outra da língua nacional. Trata-se de integrar essas populações na vida social e política da nação, a cuja margem vivem, mas utilizando-lhes a língua nativa como veículo para essa integração. O primeiro passo é dar à língua nativa a sua contraparte escrita, alfabetizando a população que a possui, através do seu próprio idioma, em vez de lhe ensinar, com ingentes esforços e poucos resultados, um inglês, um espanhol, um russo, um português, mais ou menos de trapos, e sôbre tal base precária e inconsistente procurar ministrar-lhe a faculdade de leitura e escrita. Pelo novo método, o nativo de cultura primitiva amplia a sua visão cósmica através de uma estrutura lingüística que espontâneamente domina, e racionaliza o seu conhecimento dessa estrutura, aprendendo a aplicá-la como língua escrita, fundamento da civilização em que o queremos colocar. Uma vez assimilado o mecanismo de transposição da sua língua nativa oral para escrita, ser-lhe-á muito mais fácil repetir a façanha à medida que fôr adquirindo a língua nacional civilizada.

É uma tarefa especialmente promissora entre populações nativas que ainda conservam pujança e vitalidade, com bom índice demográfico e uma tradição lingüística e cultural ainda coesa e firme, como é o caso (raríssimo no Brasil) dos índios Terena, no Sul do Mato Grosso. Faz pouco que o jovem e brilhante etnólogo Roberto Cardoso, numa excelente pesquisa, realizada sob os auspícios do Museu Nacional, mostrou como os Terena, inteiramente aculturados e bilíngües e até feitos trabalhadores de lavoura, operários e empregados domésticos nos povoados e campos que cercam o seu Pôsto Indígena de Cachoeirinha, guardam ciosamente os seus sentimentos e tradições tribais e mantêm a língua nativa em pleno e vigoroso funcionamento.

É essa língua, da família Aruak, como um ramo separado e distante do grande domínio Aruak da América Central, Venezuela, Guianas e norte amazônico, que “Vakomomo! Oti” assim começa a transformar em língua escrita, utilizando o método de

leitura sintético na base de frases, sobre o pequeno mundo Terena, em que recorrem os nomes ka'i e ta'e para "macaco" e "passarinho", respectivamente (representando o apóstrofo um som gutural, ou glotal, diverso do k, que ainda se emite na boca).

O trabalho é uma das contribuições valiosas que está trazendo ao Serviço de Proteção aos Índios e ao Museu Nacional o "Summer Institute of Linguistics", de Glendali, Cal., que obedece à direção técnica de abalizados lingüistas, cuja principal figura é Kenneth Pike, da Universidade de Michigan. Para o Museu Nacional está a equipe de pesquisadores lingüísticos do "Summer Institute" levantando "in loco" as nossas múltiplas e diversíssimas línguas indígenas dentro de uma técnica de registro e análise segura e objetiva. Com isso a nossa lingüística indígena está se preparando para superar a sua metodologia até agora precária, incoerente e confusa. E com êsse primeiro fascículo em uma Cartilha Terena está se preparando o Serviço de Proteção aos Índios em também empreender em novas bases a sua ingente e benemérita tarefa de integração dos índios na cultura nacional.

J. M. C. J.

A CIGARRA, B3085 – 1960 – JAN – JUN – Localização na Biblioteca Nacional (BN): 4.341.01.10. Exemplar de Outubro, página 93.

12) Título: **Gramática do Latim Vulgar** – Th. Henrique Maurer Jr. – Livraria Acadêmica, Biblioteca Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, 1959.

O conceito de "latim vulgar" firmou-se no século passado, quando o estudo intensivo das origens das línguas latinas (como o português, o castelhano, o francês, o italiano, o romeno, para só citar os principais) mostrou que elas não se explicam cabal e satisfatoriamente pelo latim das obras em prosa e verso da literatura romana. Assim, em português, "cavalo" não pode provir de "equus", nem "dia" de "dies" (com "e" da 5ª declinação), nem "fugir" de "fugere" (proparoxítono, da 3ª conjugação), mas têm de provir, respectivamente, de "caballus", de "dia" (com "a" da 1ª declinação) e de "fugire" (com "i" tônico da 4ª conjugação), formas estas que não se encontram em Cícero, Virgílio, Horácio ou qualquer outro famoso autor. Concluiu-se, com toda a razão, que as línguas ditas "latinas" se filiam num tipo de latim, que era da fala corrente e do qual os poetas e prosadores cuidadosamente se afastavam, porque era uma maneira de falar considerada "vulgar" e eles,

ao contrário, timbravam em ser “nobres” e “cultos” em sua linguagem. Tornou-se, portanto, uma tarefa essencial da disciplina chamada filologia ou lingüística românica (que procura explicar a formação das línguas latinas) a dedução e a exposição do que era êsse “latim vulgar” bastante diferente do “latim clássico” dos escritores romanos.

É um trabalho dessa natureza que nos apresenta o Professor Th. Henrique Maurer Jr., catedrático de Filologia Românica da Universidade de São Paulo. O título de “Gramática” não deve ser interpretado literalmente: o latim vulgar não se fresta a uma descrição “gramatical” no sentido estrito do termo, porque não é um “sistema” lingüístico usado num determinado momento e num determinado lugar por uma sociedade homogênea e coesa. É um conjunto de usos e inovações processando-se através dos tempos no território de domínio romano mas refugados na língua literária enquanto o permitiu a existência de uma elite social patricia com padrões literários tradicionais. O Professor Maurer parte do “postulado” de que o latim vulgar “fixou as suas características gerais básicas” no início da época imperial e dentro da cidade de Roma (p. 6) e se propõe a nos dar uma visão da Fonética, Morfologia, Sintaxe e Léxico dessa fase restrita no tempo e no espaço; mas mesmo assim não é uma “gramática” que se nos apresenta senão um apanhado das mais profundas tendências que iam distanciando o latim vulgar da “gramática” da língua literária.

É em língua portuguesa o trabalho mais amplo e completo no gênero. É comparável ao que fêz algumas décadas atrás o professor norte-americano C. H. Grandgent, enquanto êste, porém, principalmente se documentou com as obras populares ou já tardias da literatura romana (onde as tendências vulgares iam sufocando os preceitos da boa linguagem tradicional), bem como o acervo de escritos latinos sem cunho literário, o Professor Maurer prefere deduzir os aspectos do latim vulgar pela comparação do que apresentam as línguas românicas. Êste 2o método dá uma reconstituição teórica, que alguns estudiosos modernos chamam proto-romance, para distinguir do latim vulgar pròpriamente dito revelado nos escritos populares. O Professor Maurer não faz a distinção, da mesma sorte que evita outras idéias e conclusões modernas que estão estabelecendo uma revisão e reformulação de problemas em lingüística românica.

O seu livro procura seguir as diretrizes de estudo e pesquisa firmadas antes desses esforços de reformulação e revisão, talvez porque tenha receado provocar um impacto perturbador no nosso ensino universitário de letras ainda incipiente. Da minha parte não concordo com tal receio e estou certo que impactos dêsses são antes salutares e estimulantes.

De qualquer maneira, a restrição não impede de reconhecer que a “Gramática do Latim Vulgar” é uma contribuição das mais valiosas para a filologia românica no Brasil e representa uma obra sólida, de nível universitário, entre outras que a Livraria Acadêmica está lançando com acêrto cultural e (é grato dizê-lo para honra dos estudantes e estudiosos brasileiros, às vezes tão mal julgados) com pleno sucesso comercial.

J. M. C. J.